

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL / FSS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE SOUZA ARAÚJO

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

JUIZ DE FORA-MG
2015

ALINE SOUZA ARAÚJO

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

JUIZ DE FORA-MG
2015

ALINE SOUZA ARAÚJO

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 31/08/2015

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
(Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dra. Sheila de Souza Backx
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Cláudia Mônica dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

Araújo, Aline Souza.

A intervenção do assistente social na assistência estudantil / Aline Souza Araújo. Juiz de Fora, 2015.

141f. : il.

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

1. Intervenção do assistente social. 2. Assistente social. 3. Assistência estudantil. 3. Política de educação. 4. Política de assistência social. I. Eiras, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra, orient. II. Título.

*Dedico a todos os assistentes sociais que
trabalham com assistência estudantil nas
universidades brasileiras.*

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se fecha em minha vida. Mais um sonho se torna realidade! Essa é a melhor definição para esse momento! Muitos desafios surgiram ao longo dessa caminhada. As possibilidades de encará-los e superá-los, só se tornaram possíveis com a ajuda, direta e indireta, de pessoas especiais. Umas já faziam parte da minha vida, outras passaram a fazer nesses últimos anos. Todas caminharam comigo nesse tempo de preparação da minha dissertação. Isso me possibilitou ressignificar, não só a minha vida profissional, mas também, a minha vida pessoal.

Por isso, agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida. Mesmo diante de tantos obstáculos ao longo dessa jornada, sempre me deu forças, amparou e, capacitou, para que esse sonho se tornasse realidade.

A minha mãe, por quem tenho amor incondicional, pelo exemplo de honestidade, altruísmo, incentivo, paciência e cuidado comigo em toda a minha vida, mesmo nos dias mais difíceis. Ao meu pai, de modo especial, por não estar mais presente nesse mundo. A sua simplicidade e alegria, pelas minhas conquistas, ficarão para sempre marcadas em mim. Elas serão sempre, o meu incentivo maior na busca por mais conquistas em minha vida.

A minha querida irmã, pela amizade, confiança, paciência, incentivo e companhia sempre presente na minha vida e, em qualquer circunstância. A você, meu amor, gratidão e amizade eterna!

A minha família, pelo apoio e incentivo nessa caminhada do mestrado, e por ser alegrar comigo com mais essa conquista em minha vida.

A Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL-MG, nas pessoas dos professores Marcos Roberto de Faria e Maria de Fátima Sant'Anna, que possibilitaram o meu afastamento do trabalho para a realização dessa minha qualificação profissional. Além de chefes, vocês se tornaram grandes amigos! São minhas referências, profissionais e pessoais, diante de tamanha humanidade e comprometimento ao trabalho.

A minha primeira orientadora, Cláudia Mônica, que não desistiu de mim, mesmo diante dos vários obstáculos que surgiram ao longo dessa minha caminhada. A você, o meu reconhecimento pelo seu compromisso com o Serviço Social e comigo. A sua conduta profissional é apaixonante e estimulante!

A Alexandra, por ter assumido a minha orientação depois da qualificação e por ter acreditado em mim. Você com seu jeito simples, mas cheio de sentido, me ensinou que vale à

pena acreditar no potencial das pessoas. Esse trabalho só pôde ser concluído com a sua ajuda. Sua didática é fascinante, sem explicação!

A Sheila, por todas as suas contribuições ao meu trabalho e pela contribuição com esse meu trabalho e minha formação profissional. O quanto você se tornou imprescindível nesse estudo! Suas proposições, sempre muito objetivas, me proporcionaram um novo modo de encarar e viver a profissão.

A Nara Santana, por me acompanhar nessa jornada pessoal e de estudos, desde a graduação. Sua amizade me permite a cada dia, avançar não só como profissional, mas como pessoa também. O seu modo de encarar a vida é repleta de ensinamentos e de incentivos, mesmo que distantes fisicamente. É dessa forma que as verdadeiras amizades se solidificam.

A Edina Casali, Ana Amoroso e Rosângela Batistoni e ao Márcio Ferreira, por toda a minha formação profissional, desde ao incentivo à docência através da monitoria, a participação em projetos de pesquisa, até a possibilidade de encarar uma sala de aula sozinha. Esses foram momentos possibilitados por vocês em que eu muito mais aprendi do que contribuí. A admiração, confiança, amizade e carinho por todos vocês, estão resistindo ao tempo e à distância.

Todos vocês despertaram em mim a paixão pela docência! Essa é uma possibilidade que passa a surgir na minha vida novamente, mas agora com mais conhecimento acumulado. Essa troca de conhecimentos, não só teóricos, mostrou-me o quanto é importante e gratificante essa troca entre professor e aluno. Essa relação faz despertar o que há de mais bonito na docência, o comprometimento com a formação profissional de forma qualificada. Desejo ter vocês sempre por perto e, por toda a minha vida, não só como profissionais, mas como amigos e amigas também!

Aos meus grandes amigos e amigas, de ontem, de hoje e que eu desejo levar comigo para sempre: Aline Therezinha, Andreia Teixeira, Carina Vilas Boas, Carol Cambraia, Erica Marques, Fabiana Almeida, Giovanna Coelho, Juliana Borges, Marcelo Coelho, Mário Horsti, Michelle Vicentini, Rodrigo Dias, Tatiana Guidini, Vanessa Peroyton, Viviane Santos e, amigos do GPP. Vocês são peças fundamentais nessa minha conquista! Sintam-se co-responsáveis pela realização desse meu sonho. Obrigada pela parceria de sempre, seja na escuta atenta, seja na diversão, e, até mesmo na compreensão da minha ausência durante essa imersão no mundo dos estudos. Valeu cada minuto vivido até hoje com vocês! E que venham muitos mais!

Aos colegas do mestrado, professores, secretárias do mestrado (Aline e Beth) e assistentes sociais que fizeram parte da minha pesquisa agradeço, pelos ensinamentos, partilhas e colaboração durante essa etapa da minha formação profissional.

Por fim, a todos os assistentes sociais que compartilham dos mesmos anseios que circundam a assistência estudantil, nas universidades federais do Brasil. E, aos estudantes, que são a razão de ser da nossa intervenção profissional nesse espaço socio-ocupacional e, o impulso que nos leva sempre à diante, à qualificação e ao comprometimento com a realidade vivida.

Gratidão!!!

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário*

*Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável*

*Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei*

*Agora estão me levando
Mas já é tarde*

*Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo*

Bertold Brecht (1898-1956)

ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil.** 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2015.

RESUMO

Essa dissertação de mestrado tem como proposta, analisar a complexidade que circunscreve a intervenção do assistente social na assistência estudantil. Assim sendo, apresentamos alguns elementos que perpassam essa realidade, construindo uma base, histórica e teórica, para a compreensão desse processo. Tornam-se centrais nessa perspectiva de análise, a relação existente entre Estado burguês e política social - enquanto determinação contraditória típica da sociedade capitalista, os direcionamentos determinados pela política econômica e as demandas advindas da classe trabalhadora. A partir dessa problematização, buscamos compreender, como esses elementos - dando ênfase às políticas sociais de assistência social e de educação, se desdobraram no Brasil. Desvendamos a assistência estudantil, enquanto resultado desse processo. É nesse cenário, que a intervenção do assistente social se realiza. Identificamos, pela pesquisa de campo referenciada em Minas Gerais, como os assistentes sociais, que trabalham diretamente nessa questão, compreendem e lidam com a assistência estudantil e quais as suas reais condições de trabalho. A necessidade de uma construção coletiva da política de assistência estudantil e de elaboração de projetos profissionais em nossa área é apontada por eles, como a demanda mais urgente e necessária, para que a intervenção do assistente social, seja cada vez mais, qualificada e comprometida com as reais condições de vida dos estudantes.

Palavras-chave: Intervenção do assistente social. Assistência estudantil. Política de educação. Política de assistência social.

ARAÚJO, Aline Souza. **The intervention of the social worker in student assistance.** 141f. Dissertation (Masters in Social Work) –Postgraduate Program in Social Work, College of Social Service, Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2015.

ABSTRACT

This dissertation has the purpose to analyze the complexity that limits the intervention of the social worker in student assistance. Therefore, we present some elements that permeate this reality, building a base, historical and theoretical, to the understanding of this process. Become central in this analysis perspective, the relationship between the bourgeois state and social policy - while typical contradictory determination of capitalist society, the directions determined by economic policy and the demands arising from the working class. From this questioning, we seek to understand how these elements - emphasizing the social policies of social welfare and education, unfolded in Brazil. We unveil the student assistance as a result of this process. It is in this scenario that the intervention of the social worker takes place. Identified by field research referenced in Minas Gerais, as social workers, who work directly on this issue, understand and deal with student assistance and what their actual working conditions. The need for a collective construction of student assistance policy and development of professional projects in our area, is considered by them as the most urgent and necessary demand for the intervention of the social worker, is increasingly qualified and committed with the actual living conditions of students.

Key-Words: Intervention social worker. Student assistance. Education policy. Social welfare policy

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Política social: ação do estado burguês para assegurar a reprodução do capital através da reprodução social.....	56
Quadro 2- Perfil dos assistentes sociais	81
Quadro 3- Alocação da assistência estudantil na universidade.....	84
Quadro 4- Evolução do PNAES.....	84
Quadro 5- Classes econômicas dos estudantes das universidades federais nos anos de 2003/4 e 2010.....	86
Quadro 6- Perfil das universidades federais	86
Quadro 7 – Perfil das universidades federais em relação ao número de profissionais na equipe, número de estudantes por IFES e número de estudantes atendidos pela assistência estudantil	89
Quadro 8- Número de artigos sobre intervenção do assistente social na assistência estudantil (2010-2015).....	91
Quadro 9- Artigos sobre a intervenção do assistente social no CBAS (2010-2013).....	102
Quadro 10- Artigos sobre a intervenção do assistente social no ENPESS (2010-2014).....	103
Quadro 11- Artigos sobre a intervenção do assistente social no ENPESS (2010-2014).....	106

LISTA DE SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CA - Centro Acadêmico
CAENE - Comissão permanente de apoio aos estudantes com necessidades educacionais especiais
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFESS - Conselho Federal de Serviço Social
COPAES - Comissão Provisória de Assistência Estudantil
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
DA - Diretório Acadêmico
DCE - Diretório Central do Estudante
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FORPLAD - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
MG- Minas Gerais
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PRACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SP - São Paulo

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFGRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFVJM – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO II – ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: REFERÊNCIAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS	23
2.1 Estado, política social e política econômica na reprodução da sociedade burguesa.....	23
2.2 Emancipação política e conquistas sociais	28
2.3 Referências históricas na implementação das políticas sociais	30
2.4 Demandas socio-históricas para o Serviço Social	37
CAPÍTULO III - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	43
3.1 Referências históricas das políticas sociais no Brasil no período pós Constituição Federal de 1988.....	43
3.2 Política social de assistência social e política social de educação: um olhar mais apurado acerca das suas origens e de seus desdobramentos.....	49
3.3 Política social de educação no Brasil e sua relação com a assistência estudantil, no ensino superior público: o desenrolar da história	57
3.3.1 História da assistência estudantil no Brasil	58
3.3.2 Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	71
CAPÍTULO IV – O DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NO PNAES	78
4.1 Inserção do Assistente Social na assistência estudantil e suas condições de trabalho	80
4.2 Atividades desenvolvidas pelo assistente social.....	93
CAPÍTULO V- A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	100
5.1 O Serviço Social na assistência estudantil através da produção profissional.....	101
5.1.1 Centralidade na análise socioeconômica?.....	112
5.2 Horizontes de ação estratégica para o Serviço Social na assistência estudantil.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE	138

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado tem como proposta conhecer, apreender e analisar a complexidade da intervenção do assistente social na assistência estudantil. Essa é uma demanda coletiva, mas principalmente de ordem pessoal. O interesse pelo tema se deu pelo número elevado de análises socioeconômicas que eu realizava, no meu trabalho, como assistente social da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Apesar de não ser a única atividade típica desse cargo, essa era a principal intervenção realizada por mim, desde quando entrei na instituição, no ano de 2008. E, isso me deixava muito frustrada, por não possibilitar desenvolver meu potencial e avançar nas ações, já que essa situação não permitia.

A UNIFAL-MG foi fundada em 1914, mas só passou a contar em seu quadro de técnicos-administrativos em educação, com o cargo de assistente social, somente no ano de 1995. Dois anos mais tarde, esse profissional conseguiu sua transferência para outra universidade. Houve então uma lacuna, entre os anos de 1997 e 2008, em que a universidade ficou sem assistente social algum. Com a proposta de expansão das universidades em 2008, foi feito um concurso público e eu fui aprovada para o cargo de assistente social, assumindo desde então, responsabilidades perante a assistência estudantil.

A universidade já possuía algumas ações desenvolvidas nessa área, financiadas com recursos oriundos do pagamento de matrículas e de taxas, referentes a atividades acadêmicas, executadas na universidade. Desde então, os recursos arrecadados não eram suficientes para atender a demanda de todos os estudantes por assistência estudantil, gerando assim uma demanda reprimida. Como estratégia de desenvolver mecanismos seletivos, para minimizar essa questão da escassez de recursos na universidade, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, reuniu professores, técnicos administrativos e estudantes que se interessavam pela assistência estudantil, em uma comissão denominada de Comissão Provisória de Assistência Estudantil – COPAES. A sua função seria deliberar e executar as análises socioeconômicas. Vale ressaltar, que essa situação tornou-se necessária, porque até esse momento a universidade não dispunha em seu quadro de servidores, do cargo de um profissional competente para esse tipo de intervenção. E, também pelo fato do recurso arrecadado não ser suficiente para atender as demandas dos estudantes, o que resultou no fortalecimento de uma ação seletiva, em que o maior grau de pobreza passou a ser atributo de acesso ao programa.

Poucos dias após a minha posse, fui designada pelo reitor como presidente dessa comissão, COPAES. Além de assistente social, sou especialista em Planejamento e Gestão Social. Nessa condição, solicitei que algumas mudanças fossem feitas. A primeira foi ser a

única responsável pelas análises socioeconômicas, não em uma atitude centralizadora, mas por ser a única profissional de Serviço Social na universidade. Esse pedido foi feito até que novos cargos fossem viabilizados, o que só veio a acontecer no final do ano de 2012. Essa solicitação teve como finalidade garantir o sigilo profissional, de acordo com o artigo 2º do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, por entender que essa era uma de minhas competências, assegurada também pela Lei de Regulamentação da Profissão, apesar de não ser uma atribuição privativa.

A questão do sigilo era completamente comprometedora. Os estudantes que se submetiam a esse processo acabavam expostos entre seus pares, ao terem seus documentos analisados. Isso gerava um grande desconforto, criava um clima de exclusão dentro da universidade, além de haver beneficiários que estavam diretamente ligados aos avaliadores, uma vez que não havia regras estabelecidas e nem critérios para a execução dessa atividade. Além do mais, essa atividade de análise socioeconômica não deve ser de responsabilidade dos estudantes, pois não se configura em uma atividade fim da universidade – extensão, pesquisa e ensino. Esses devem participar, de forma institucionalizada, apenas na deliberação que envolva todas as ações relacionadas à assistência estudantil.

Na busca de solução para essa problemática, procurei conhecer a realidade de algumas universidades. Como eu havia me graduado na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, o contato com essa universidade foi o mais profícuo de imediato. Como eu necessitava desenvolver mecanismos de avaliação socioeconômica para dar andamento nas ações da assistência estudantil, providenciei um modelo de análise socioeconômica que foi adaptado da UFJF, com autorização das profissionais envolvidas nessa atividade.

Outra mudança solicitada por mim foi o término das atividades burocráticas, ligadas diretamente à área de serviços da universidade. Elas eram executadas pelos estudantes como contrapartida ao recebimento dos benefícios assistenciais. Essa situação causava sérios problemas, ao negar a concepção real de assistência social como direito, executada através da assistência estudantil, expressa na Constituição Federal de 1988, no artigo 203, que afirma que ela deverá ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. Além de deturpar a real necessidade de contratação, de pessoal específico, para o trabalho burocrático. Sob essas alegações, a reitoria prontamente atendeu aos pedidos então solicitados por mim.

Somente no ano de 2010 é que foi criado um setor específico para abrigar as demandas advindas dos estudantes, por assistência estudantil. Esse setor foi denominado de Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE, sendo nomeado como seu

primeiro pró-reitor um professor bastante comprometido com as ideias/necessidades apresentadas tanto por mim quanto pelos estudantes. Mesmo diante dessas conquistas é importante registrar, que ainda hoje aguardamos a aprovação do regimento interno dessa Pró-Reitoria no Conselho Superior da universidade.

Esse processo só se tornou realidade depois de quase cem anos de existência da universidade, depois de muita luta interna da COPAES, do projeto de expansão das universidades que deu origem a uma portaria e um decreto específicos da assistência estudantil, a nível federal, e principalmente, da luta empreendida pelos estudantes para terem acesso às condições que permitissem a sua permanência na universidade pública.

Durante parte desse processo de construção e consolidação da assistência estudantil, no Brasil e na universidade, atuei entre os anos de 2008 e início de 2013, como uma das responsáveis tanto pelo planejamento como pela execução dessas ações na UNIFAL-MG. Não era possível planejar e executar outras atividades, visto que eu era a única assistente social da universidade, para atender essas demandas e outras, vindas da própria universidade. Somente no final de 2012 e início de 2013, é que mais duas profissionais também passaram a atuar na assistência estudantil. Por esse motivo, as condições objetivas de trabalho era o maior condicionante do trabalho do Serviço Social.

Em 2013 precisei afastar, temporariamente, de minhas funções para buscar compreender todo esse processo e as possibilidades que estariam dadas na realidade, para que a minha intervenção fosse mais qualificada e comprometida com a realidade dos estudantes, através do mestrado.

Para conhecer e apreender os elementos que circundam essa complexidade, constituintes e constitutivos desse processo, a teoria crítica-dialética foi utilizada, ao objetivar criar uma base teórica e histórica, capaz de apresentar chaves de leituras para a compreensão desse processo na sua realidade concreta, ou seja, na sua totalidade.

Para Marx (2013) a totalidade social como totalidade, constitui-se de todas as transformações operadas na natureza pelo homem, a partir da combinação entre sujeito, práxis e tempo histórico. Compreende uma complexidade de fenômenos, que abstrai o que é aparente e fixa na essência, do que está sendo analisado.

A totalidade deve considerar a realidade em movimento, no método dialético, mesmo no momento da contradição. Esse processo caracteriza a totalidade aberta, pois configura o complexo de complexos, por ser um todo estruturado racionalmente que possui uma lógica a ser reproduzida mentalmente. Esse processo necessita de mediação dos fatos, arrancados do contexto originário do real, a partir da cisão do todo, como fundamento de todo

conhecimento. Uma dessas mediações é o retorno à realidade, como uma forma de confrontar criticamente, o que foi produzido com a realidade posta. Não mais de uma forma caótica, mas na sua forma de totalidade concreta e racionalmente estruturada.

A realidade social é considerada como uma unidade dialética, que considera o homem como sujeito objetivo e histórico-social. Pensar essa realidade é buscar o conhecimento da totalidade concreta, através do conhecimento das determinações econômicas, fundantes da sociedade capitalista. Articuladas com as determinações da superestrutura que são centrais da totalidade – políticas, culturais, jurídicas, religiosas e ideológicas, passam pelas relações entre o universal, particular e singular, por serem categorias universais constitutivas do capitalismo, que necessitam de níveis de abstrações diferentes.

Todo esse movimento permite perpassar do concreto, enquanto síntese das múltiplas determinações, ao concreto abstrato, enquanto representação mental da síntese de múltiplas determinações pelas abstrações. Esse é um instrumento utilizado para interpelar o real, através da utilização da razão, para conhecer as determinações, que são elementos constitutivos do real, além de descobrir a relação contraditória existente de como as determinações se dão.

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações - aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (LUKÁCS, 1978, p.88).

É com a abstração que se torna possível, interpelar o real, a partir da representação e chegar à determinação abstrata. Dessa forma, é possível conseguir ter acesso a um conjunto variado de determinações de complementariedade e contradições que fazem parte do real.

[...] o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo. Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de *concretização* que procede de todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade (KOSISK, 1976, p.41).

Garaudy (1967) complementa que “a dialética é um esforço para racionalizar aspectos complexos do real: o movimento, a contradição, a totalidade”. É um momento da

contradição, de totalidade aberta, efetiva, real e dialética, como complexo de complexos – lógica possível de ser reproduzida mentalmente, compreendendo principalmente o seu processo histórico, não simplesmente como um mero fato.

Para auxiliar nesse caminho, o aporte teórico de Kosik (1976) orienta e aprofunda a ideia de totalidade aberta, a partir da discussão do que é a realidade e da crítica à totalidade fechada. O autor parte da ideia de que para conhecer a realidade, a partir de uma abordagem ontológica, é necessário reproduzir mentalmente o movimento do real e ter esse movimento, como critério da verdade e aproximação do real. Essa prática, de sucessivas aproximações com o real e que tem como finalidade a liberdade, pode ser caracterizada como parte da ideia de totalidade aberta. Tem sua determinação central no método e não se confunde com um sistema fechado, pois compreende a realidade em movimento.

Para Kosik (1976), as correlações estatísticas não necessariamente desenvolvem um nexos causal (nexos para além da empiria). O todo estruturado e dialético, que se processa num movimento em espiral, aberto e racional, só é possível no pensamento. Utiliza nexos que vão além da empiria, de contradição e de complementariedade. Por isso, é efetivo e não místico, ao partir do real. Essa ideia se contrapõe à ideia de totalidade fechada, que resumidamente não é dialética. Não tem essa relação de contradição e de complementariedade que é observada na totalidade aberta. Portanto, a totalidade não é um todo já pronto e caótico, pois se concretiza não apenas através da criação do conteúdo, mas também do todo.

O conhecimento não deve ter uma finalidade em si, mas deve vincular-se à busca pela liberdade ligada à categoria de emancipação humana, que possui relação não fundada na exploração. O conhecimento verdadeiro é aquele que mais se aproxima da realidade. Para tanto, a relação existente entre o sujeito e o objeto se define sempre como materialista e histórica, pois o próprio sujeito compõe e interfere na própria realidade.

O ponto de vista a ser adotado nesse estudo, para compreender as contradições efetivas do real, é o da classe revolucionária que busca conquistar a liberdade. Por isso, a opção por esse método, que objetiva analisar a intervenção dos assistentes sociais na assistência estudantil, além de vislumbrar estratégias de intervenção profissional que fortaleçam as lutas travadas pelos estudantes, de todas as universidades federais do Brasil. A compreensão de todo esse movimento, visa conhecer a totalidade - enquanto um todo estruturado racionalmente, a partir dessa lógica que permite reproduzir mentalmente a realidade. Essa é a determinação central do método e momento da contradição, segundo Garaudy (1967).

Seguindo os direcionamentos do método crítico-dialético, a proposta para esse estudo, parte das minhas indagações, enquanto assistente social da assistência estudantil. A intervenção sempre sobrecarregada incomodava demais, além de me deixar inquieta, principalmente em relação ao grande número de análises socioeconômicas que eu me via obrigada a fazer em um espaço curto de tempo. Entre tantos outros motivos, esse foi o principal pelo qual procurei nesse estudo, buscar referências históricas e teóricas, capazes de ajudar a desvendar os determinantes constituintes e constitutivos, desse processo de trabalho. O objetivo final era criar possibilidades de estratégias para que esse meu trabalho, se tornasse algo mais prazeroso e que não tivesse um fim em si mesmo, mas que pudesse estar comprometido com algo maior, com a realidade dos estudantes.

Por essa ser uma área com pouquíssimas produções acadêmicas, esse trabalho se propõe a ter um caráter exploratório, apresentando de um modo em geral, as principais questões postas para a intervenção do assistente social nesse espaço socio-ocupacional.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Em relação à bibliografia, foram utilizados importantes autores que tinham discussões isoladas, mas que possibilitaram traçar, um chão muito fecundo, para o desenvolvimento da análise proposta nessa dissertação. Diversas fontes relacionadas aos eventos científicos da categoria, também compuseram essa dissertação.

Já a pesquisa de campo, possibilitou levantar elementos pertinentes à intervenção do assistente social, nesse espaço socio-ocupacional. Foram escolhidas cinco universidades federais mineiras, de acordo com a sua posição geográfica e sua importância para tal região. Fizeram parte da pesquisa, a Universidade Federal de Alfenas- Unifal- MG, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal de Uberlândia – UFU e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Perfil, inserção institucional, inserção do Serviço Social na assistência estudantil, avaliação/compreensão do assistente social acerca do seu trabalho e a assistência estudantil em si, realizado nas universidades, foram os elementos levantados, com os próprios assistentes sociais. Esses profissionais foram indicados pela chefia imediata, de cada instituição, ligada à assistência estudantil. Foram considerados essenciais, porque possibilitaram conhecer e apreender a realidade desses profissionais nesse espaço socio-ocupacional, a partir das reais condições de trabalho em sua totalidade, que incide diretamente em sua intervenção profissional que é objeto desse estudo.

O texto inicia-se, com uma abordagem de referências históricas e teóricas, que possibilita compreender de forma crítica, os elementos que perpassam o objeto desse estudo. Dentro dessas discussões estão a gênese e o desenvolvimento histórico do Estado burguês e de suas ações, dando ênfase à política social – decorrentes e orientadas pela política econômica. O enfoque desse trabalho privilegiou o desenvolvimento da política social, enquanto resposta às manifestações da questão social, ao assegurar a reprodução da sociedade burguesa. Dessa forma, o atendimento das demandas da classe trabalhadora só se realiza no limite estabelecido pelo próprio capital. Como forma de aproximação do real, algumas discussões foram feitas para que houvesse elementos contundentes, que ajudassem a desvelar tal realidade. A emancipação política e as conquistas sociais se constituem nesses elementos, que auxiliam na busca por referências históricas, que ajudam a explicar como se deu a implantação das políticas sociais em todo o mundo. Seguindo a lógica histórica, optou-se por já apresentar as demandas socio-históricas que constituíram o fazer profissional, que necessita cada vez mais de respostas qualificadas e comprometidas, com as reais necessidades de permanência dos estudantes, nas universidades federais do país.

A partir do levantamento de tais dados, a análise se volta para a realidade da assistência estudantil brasileira. O desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, no período posterior à criação da Constituição Federal de 1988, foi abordado para ajudar na compreensão da crise do capital, que nesse período determinou os direcionamentos da execução das políticas sociais no Brasil. Se configurou, portanto, como mais uma estratégia do processo de intensificação da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Por conta desse estudo relacionado à assistência estudantil, foi necessário compreender a fundo, como as políticas sociais de assistência social e de educação se constituíram e se desdobraram em nosso país. Logo em seguida, essa discussão passou a ser analisada sob esse mesmo prisma, mas buscando apresentar a sua relação com as ações de assistência estudantil no ensino superior público.

Essas políticas sociais foram utilizadas, como instrumentos de respostas às manifestações da questão social, ao mesmo passo em que se buscou assegurar as condições necessárias de reprodução do capital. Houve uma intensificação na execução dessas ações e uma expansão dessas atividades, que visam cada vez mais, validar (assistência social) e valorizar (educação) a força de trabalho. A assistência estudantil, executada no ensino superior público federal, torna-se mais um instrumento de garantia de ampliação do capital. Esse é o terreno em que a assistência estudantil desenvolveu-se ao longo dos anos no Brasil,

até chegar à sua forma atual, materializada no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Esses são os condicionantes sociopolíticos que incidem diretamente no desenvolvimento da assistência estudantil, que passa a ser abordada sob a perspectiva dos próprios assistentes sociais inseridos nesse espaço socio-ocupacional. Esse estudo possibilitou conhecer e desvendar, tanto a intervenção profissional do assistente social, quanto as suas condições de trabalho, a partir da realidade vivida e das atividades desenvolvidas por esses profissionais.

Criticamente, foi possível conhecer a fundo a intervenção profissional através não só da empiria, mas também da própria produção profissional, mesmo que restrita. Esse processo trouxe elementos pertinentes para a descoberta se há ou não uma centralidade da análise socioeconômica na intervenção do assistente social. Por último, buscou-se conhecer e apresentar os horizontes de ação estratégica para a profissão na assistência estudantil, enquanto realização do compromisso social assumido pela categoria profissional ao longo dos anos.

A construção coletiva, de uma política institucional de assistência estudantil e de um projeto profissional de Serviço Social, com a participação efetiva dos estudantes, através do seu movimento legítimo, em cada universidade federal do país, é apontada como a demanda mais urgente e necessária. Essa conquista possibilitaria que a intervenção do assistente social, seja cada vez mais qualificada e coerente com as demandas dos estudantes, numa perspectiva de ampliação de direitos.

Alguns impasses teóricos foram trazidos à tona para que a intervenção profissional fosse problematizada. Amparado por parâmetros que permite caminhar na produção do conhecimento, esse estudo se propõe a contribuir com a produção do conhecimento, tão escassa nessa área, além de ajudar os profissionais a compreenderem essa realidade que os cerca. Dessa forma, o estudo contribuiu para a orientação profissional desse tipo de intervenção profissional, como meio também de qualificá-la e de comprometer-se com as reais necessidades dos estudantes das universidades federais brasileiras. E, é justamente isso que será feito a partir de agora.

CAPÍTULO II- ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: REFERÊNCIAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS

A discussão proposta para esse capítulo partirá de referências históricas e teóricas, orientadas pela teoria social crítica - marxista. A gênese e a constituição do Estado serão a primeira delas, seguida da política social na sociedade burguesa. Essas reflexões abordarão como os direcionamentos do próprio Estado incidem diretamente nas ações assistenciais, desenvolvidas nas universidades federais de todo o país. E, conseqüentemente, na intervenção dos assistentes sociais que fazem parte desse processo. Esse recorte se justifica, por considerar o Estado e a política social como elementos fundamentais e essenciais nessa discussão, que perpassa pela política econômica e pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Condição essa, inerente ao sistema capitalista de produção, que resulta cada vez mais num processo de aprofundamento da desigualdade social e num constante aumento exponencial da pobreza, em relação à riqueza socialmente produzida.

As demandas históricas postas pela contradição entre as classes sociais no capitalismo possibilitaram a emergência e institucionalização do Serviço Social como profissão. Indicar tais vínculos, socio-históricos, permite compreender na atualidade a complexidade das demandas para os assistentes sociais inseridos nas Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, no âmbito da assistência estudantil.

2.1 Estado, política social e política econômica na reprodução da sociedade burguesa: referências históricas e teóricas.

Nesta pesquisa, será considerado o período de consolidação da sociedade burguesa na sua fase monopolista, em que o Estado se caracteriza como executor das políticas sociais. A preservação e o controle da força de trabalho, ocupada ou não, era a estratégia necessária para assegurar o desenvolvimento do capital, em detrimento das condições sociais do período. Isso só aconteceu quando houve o entrelaçamento das funções políticas e econômicas do Estado, na tentativa de administrar os conflitos advindos da apropriação da riqueza socialmente produzida, que se realizava com a intensificação da exploração (PAULO NETTO, 1992).

O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2013, p.257).

Tal concepção considera o Estado em seu papel contraditório, o elemento central, do desenvolvimento do capital. Ao mesmo passo em que viabiliza as condições necessárias à valorização e acumulação capitalista - através da dominação de classe, também atende os interesses das classes dominadas. Realidade essa que vem se transmutando ao longo do tempo, sem perder a essência desse modelo socioeconômico, fundado na dominação de classe e materializado na exploração do trabalho.

Segundo a análise marxiana, destaca-se que Marx foi o primeiro a afirmar (MARX, 2007) que o Estado teve sua gênese na sociedade civil, e que somente se realizou no antagonismo de classes sociais. Por isso, deve ser sempre analisado a partir da sociedade civil, já que se configura como “expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista” (SOUZA FILHO, 2013, p.27). Situação essa, decorrente da exploração estabelecida pelo capital realizada a partir da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, como meio de garantir a manutenção e a reprodução das relações sociais, tornando-se dessa forma, o viabilizador do processo de dominação de classe.

[...] o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (PAULO NETTO, 1992, p.23).

Na qualidade da dimensão da superestrutura, política e jurídica, o Estado por assumir o papel de mediador e de garantidor do desenvolvimento capitalista, possibilita a reprodução da dominação. Desempenha um papel de afirmação e de superioridade, ao se tornar um aparente defensor dos interesses gerais e viabilizador das condições materiais da sobrevivência humana.

A aparência de universalidade do Estado na sua forma objetiva desempenhou um papel importante por muito tempo, no que diz respeito ao condicionamento do pensamento político. Através dele, houve a “realização da contradição entre os interesses sociais gerais e os privados” (CUNHA, 2011, p.81). Essa condição é determinada pela própria estrutura da sociedade civil, ao configurar-se como aparência do fenômeno e não sua essência de fato.

Na realidade, para sermos mais precisos, essa “dimensão universal” diz respeito às ações do Estado que atendem a interesses das classes subalternas. Ou seja, o Estado não expressa o interesse geral nem está voltado para o bem comum, simplesmente ele também atua atendendo a determinados interesses das classes subalternas, na medida da necessidade de garantia da estrutura de dominação fundada na sociedade privada. Em outras palavras, em uma sociedade estruturada em classes sociais não há como haver interesse geral, pois os interesses estão vinculados às estruturas de classe (SOUZA FILHO, 2013, p.29).

O Estado, ao expressar a hegemonia da classe dominante, também expressa o limite da própria política no âmbito da sociedade burguesa. Limite esse, enfrentado pelas lutas da classe trabalhadora (ANTUNES, 2010) por melhores condições de vida, tonando-se dessa forma, o polo tensionador, *sine qua non* da reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Como decorrência desse processo, o Estado passou a incorporar algumas de suas reivindicações, sem colocar em xeque o desenvolvimento desse sistema socioeconômico. Ao expressar a hegemonia da classe dominante, o Estado constituiu-se num aparelho aliado primordialmente aos interesses da classe dominante que predomina sobre os demais interesses presentes na sociedade. Dessa forma, a superioridade do Estado, afirmada a partir da dominação de classe existente nesse aparelho ativo e de avanço limitado, expressa as relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista.

A classe dominante ao apropriar-se de forma privada dos meios de produção material, também se apropria indevidamente, do trabalho e da riqueza que é socialmente produzida. O trabalho, enquanto elemento ontológico primário da sociabilidade humana é o elemento central, que condiciona toda a existência humana nas dimensões social, política e até mesmo intelectual. A exploração e o constante aumento da pobreza (LUKÁCS, 1978), são frutos das condições materiais de existência humana impostas por esse sistema, que determina a mais-valia como único objetivo já que “o capital, [...] sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem preço, etc., não é nada” (MARX, 1996, p.122).

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p.45).

As políticas sociais surgem justamente nesse cenário, como objeto de intervenção por parte do Estado e de forma contraditória. Atende tanto aos interesses da classe dominante e como da classe dominada - somente após a luta estabelecida por melhorias nas suas condições de vida e de reprodução, cujas reivindicações são incorporadas mediante a própria necessidade de manutenção da ordem e do consenso social (FALEIROS, 2009).

Historicamente, a legitimação do Estado ocorreu mediante a incorporação de protagonistas sociopolíticos pertencentes à classe trabalhadora. Essa foi uma estratégia para se conquistar o consenso, necessário ao desenvolvimento do capital diante das condições políticas, econômicas e sociais existentes até então. Tornaram-se assim, ações do Estado como respostas às reivindicações postas e às expressões da questão social¹. Expressões essas, reveladas nas mais variadas formas de explicitação da contradição existente entre o capital e o trabalho, advindas da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Portanto, o desemprego, a violência, o pauperismo e, diversas outras formas, que reforçam o quadro de desigualdade social, tornam-se assim o objeto de intervenção do Estado.

[...] este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária. É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se-mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômicos-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais. (PAULO NETTO, 1992, p.25).

Nessa fase do capitalismo monopolista, como (PAULO NETTO, 2012, p. 203) “[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”, o Estado passa a ter o papel de mediador dos conflitos, de interesses diversos da sociedade. Dessa forma, o Estado, contraditoriamente, se reafirmou ao longo da história enquanto garantidor do desenvolvimento capitalista ao incorporar sob sua responsabilidade, o atendimento às manifestações da questão social, antecipadamente ou como forma de resposta às reivindicações da classe dominada.

O Estado burguês impõe limites ao desenvolvimento livre da humanidade, ao garantir e viabilizar as condições necessárias à reprodução das relações sociais, mesmo que de forma particular e fragmentada. As conquistas da classe trabalhadora, materializadas nas

¹“Questão Social apreendida como *o conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2011, p.27).

políticas sociais, ficam sempre limitadas ao desenvolvimento capitalista, já que são atravessadas por diversos condicionantes e protagonistas. São conquistas e não simplesmente concessões, sejam elas antecipadas ou não. Só se realizam com a tensão provocada, única e exclusivamente, pelas lutas sociais. Melhorias nas condições de vida e de trabalho da classe dominada são os objetivos centrais das lutas empreendidas até o momento, pelo conjunto da classe trabalhadora, embora a luta revolucionária também tenha se expressado, historicamente, por diferentes protagonistas em prol da ruptura com a sociedade burguesa. Por não tocarem no cerne da questão - a apropriação privada da riqueza socialmente produzida - as políticas sociais, configuram-se como conquistas limitadas. Mediadas pelo Estado - enquanto ente superior e como estratégia de assegurar a reprodução do capital, reproduz a relação contraditória existente entre as classes sociais. De acordo com Souza-Filho (2013, p.35-36),

[...] do ponto de vista político, o traço geral apontado por Marx da dimensão contraditória do Estado – a qual lhe permite atuar de forma a atender interesses divergentes da sociedade e, portanto, aparecer como ente acima das classes -, para mostrar que o Estado, apesar de ser essencialmente expressão de dominação de classe, é a única estrutura na sociedade capitalista capaz de realizar interesses das classes e camadas dominadas, mesmo que faça isso de modo a apresentar-se acima da sociedade e mantendo a dominação existente.

Ainda assim, são necessárias e extremamente pertinentes todas as formas de luta empreendidas pela classe trabalhadora na atualidade. A busca por melhores condições de vida, ainda se encontra em pauta. Essa parcela da sociedade é tão responsável pelos desdobramentos da política social e da política econômica, assim como o Estado e o próprio capital, mesmo que de formas distintas². Ao longo da história, a tensão realizada através da luta da classe trabalhadora possibilitou a conquista e expansão dos direitos, mesmo dentro da ordem estabelecida, contrapondo-se à naturalização das desigualdades socioeconômicas e às investidas do próprio Estado, em seu aparato repressivo, para desmobilizar as forças sociais.

²A questão da determinação do sujeito da transformação social representa uma dimensão fulcral, particularmente na tradição marxista, para pensar as lutas e o processo revolucionário. Mas o debate sobre o *sujeito da transformação social* não pode ser ideológico, não pode se orientar por opções ou escolhas, pois não resulta da vontade, do desejo. Deve-se sustentar, pelo contrário, na análise científica das condições do modo de produção do capital. São as determinações realmente existentes, e não a ideia, a vontade, o que caracteriza o sujeito de transformação social – o estudo das reais contradições, dos interesses dos diferentes grupos sociais, as potencialidades emergentes, da consciência social, das organizações e correlação de forças sociais (MONTÃO; DURIGUETTO, 2010, p. 127-128).

2.2 Emancipação política e conquistas sociais

As lutas empreendidas pela classe trabalhadora buscam melhores condições de vida, através da realização e efetivação das políticas sociais. Esse processo de tensão e de conquista, no qual há o atendimento de algumas demandas dos trabalhadores dentro da ordem capitalista, constituem o processo que Marx (2010) denomina de emancipação política. São as conquistas de direitos, na margem possibilitada pelo capital, por melhores condições de vida, de saúde, de educação, por assistência social, por mais respeito às condições de opções específicas, entre tantas outras integrantes do dia-a-dia dos trabalhadores. Os direitos civis, sociais e políticos tornaram-se conquistas efetivas somente a partir desse processo.

Em *Sobre a questão judaica*, Marx deixa claro que “a emancipação política, representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana³, mas a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente” (MARX, 2010, p.23-24). O limite de expansão da emancipação política para a humana está na submissão da política social à política econômica, típica da ordem capitalista.

Por esse motivo, são criadas apenas as possibilidades de reformas e/ou melhorias pontuais na vida de cada trabalhador, através das políticas sociais. Como já mencionado anteriormente, atuam apenas no atendimento às consequências do processo de exploração e não nas suas causas reais. Resultam na desigualdade social, decorrente da desigualdade econômica, delimitando esse tipo de atuação como limite estrutural do próprio Estado, que atua como mero defensor dos interesses das classes dominantes, enquanto aparente defensor de interesses universais.

Qualquer emancipação constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao *próprio* homem.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo *independente* e *egoísta* e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2010, p.37).

³ “A emancipação humana não é a radicalização da emancipação política, mas sua negação mais pura e frontal, sua negação mais radical possível na história: sua superação” (LESSA, 2007, p.50).

Essa questão precisa estar clara, porque a simples luta não transcenderia a questão da exploração e do aumento contínuo da pobreza⁴. Mas, é necessária para o atendimento das demandas imediatas da classe trabalhadora e para que a sua reprodução seja realizada. A superação real dessa condição denomina-se emancipação humana. Ela precisa ser uma transformação social com grande alcance, junto à realização plena da liberdade tão almejada pela humanidade. A rigor, de acordo com Cunha (2011, p.79), em Marx, não há nenhuma teoria geral do Estado, porque a ele interessa superar o próprio Estado e a ordem vigente. Isso só se tornaria possível ao fim da exploração do trabalho realizado pela classe dominada, da propriedade privada e da emancipação política, elementos inerentes ao sistema capitalista.

Reconhecer os limites existentes no Estado burguês atualmente, não implica em tratar com desprezo as suas amarras existentes. O que se deve fazer é reconhecer seus limites, permitir analisar e compreender sua gênese e seus desdobramentos, que impactam diretamente na vida de todos os trabalhadores.

Como consequência desses desdobramentos do capitalismo e da constante transformação social, dois problemas se colocam como limite da politicidade, a pobreza⁵ e a propriedade privada⁶. Em relação a esses dois problemas, nenhuma ação desenvolvida pela via administrativa, por intermédio do Estado burguês, seria capaz de resolver os problemas sociais advindos desses processos. Enquanto força social e aparente mediador da distribuição da riqueza socialmente produzida, o Estado se sustenta na profunda desigualdade social da sociedade capitalista. Por isso, as suas ações são sempre paliativas como as já realizadas

⁴ “O erro das análises das políticas públicas para a superação da desigualdade é supor se tratar de um problema de administração pública; trata-se, como vimos de um traço marcante do Estado capitalista levar adiante esse erro. Em função de não ser capaz de apreender o caráter estrutural da desigualdade, em relação à lógica imanente à produção capitalista, supõe equivocadamente que a questão se resume a meios e fins limitados aos parâmetros da sociabilidade presente, de escolhas adequadas de medidas administrativas e de suas subseqüentes avaliações e correções – em suma, o limite do Estado capitalista. Ora, se todos os dados históricos disponíveis indicam uma variação da desigualdade, com tendências atuais para o agravamento, como ainda seria possível supor ser uma questão de política pública, de administração, de medidas administrativas? A continuidade da hodierna forma de sociabilidade e de sua formação de Estado depende, em parte, dessa suposição. A vontade política, porém, é condicionada – mas não linearmente determinada – pelas forças e interesses sociais dominantes e sua impotência se revela também frente aos indicadores mais recentes. Faz mais de um século que são aplicadas políticas contra a desigualdade, especialmente nos países mais centrais, sem, contudo, sua eliminação” (CUNHA, 2011, p.86).

⁵ [...] a pobreza não é apenas compreendida como resultado da *distribuição da renda*, mas referida à própria produção. Ou, em outros termos, à *distribuição dos meios de produção*, - e, portanto às relações entre as classes – atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente). Processo esse que é radicalizado com os desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda (IAMAMOTO, 2001, p.16).

⁶ O próprio direito de propriedade não é negado por Marx e pelos marxistas, mas sim requalificado: para que esse direito se torne efetivamente universal, assegurando a todos a apropriação dos frutos do próprio trabalho, a propriedade não pode ser privilégio de uns poucos, devendo ao contrário ser socializada e, desse modo, universalizada (COUTINHO, 1997, p.151-152).

através das políticas sociais, ao longo da história, já que o interesse do Estado moderno é a perpetuação da exploração, através da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

No momento atual, a mais-valia é apropriada pelo meio industrial e pelo capitalismo financeiro na forma de juros de empréstimo, para o capital comercial e para o próprio Estado, por meio do fundo público. Dessa forma, a política econômica define os desdobramentos da renda nacional através do gasto público, sendo uma das suas dimensões a política social.

Como há uma relação intrínseca entre capitalismo e economia, a ampliação dos gastos com as políticas sociais, afeta diretamente o processo de acumulação capitalista. Essa incidência direta na mais-valia é a condição fundamental para a existência das classes sociais, das relações de forças que as envolvem, com “a participação fundamental da intervenção do Estado” (SALVADOR, 2010).

Cada vez mais, a classe trabalhadora fica submetida às forças econômicas, através da racionalidade do próprio Estado, com toda a sua complexidade política e burocrática. Por isso:

O complexo político-burocrático enquanto tal não pode ser a solução de si mesmo, nem das problemáticas contradições que o sustentam. A resolução dos problemas sociais mais decisivos, sobretudo os ligados à desigual distribuição dos meios de produção da riqueza, deve ser procurada, como Marx o sabia, fora da esfera política, mas que dificilmente poderia abrir mão dessa mesma mediação para agravar as condições objetivas necessárias ao estabelecimento de uma sociedade sem classes. (CUNHA, 2011, p.91).

A natureza do capitalismo, das classes sociais e o papel do Estado - enquanto um ente aparentemente superior ao regulamentar e implementar as políticas sociais, devem também ser parte integrante da análise sobre os determinantes da pobreza, em suas diversas manifestações e expressões, resguardando sempre suas particularidades socio-históricas e culturais. A análise desse contexto leva ao conhecimento necessário da totalidade concreta, a partir do trabalho desenvolvido pelo homem, como um todo estruturado racionalmente (MARX, 1996, p.123). E, que deve ser sempre central nas análises empreendidas, ao buscar respostas e mecanismos para se conhecer, de forma mais límpida e profunda, a realidade.

2.3 Referências históricas na implementação das políticas sociais

Assim como os direitos civis (século XVIII) e políticos (século XIX), os direitos sociais (século XX) desenvolveram-se em diversos países, em distintas formas ao longo da

história, por meio de políticas orientadas para a satisfação das necessidades básicas do ser humano. Sendo assim, as políticas sociais precisam ser analisadas em sua relação com a totalidade social.

Ao considerar seu caráter contraditório, resultante da relação de interesses contrários do capital e do trabalho, as políticas sociais nas palavras de Behring (2009, p.302), nada mais são do que “uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”. Como o seu maior condicionante é quem historicamente encontra-se melhor situado na correlação de forças, é sempre necessário desmistificar a relação intrínseca existente entre o poder econômico e o poder político, para compreender como são determinadas as relações sociais e como elas se desdobram.

Dessa forma, assegura-se ao Estado, assim como Marx já havia afirmado, a condição de “um comitê para administrar os negócios coletivos da classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1998, p. 7), já que a defesa de interesses da classe dominante predomina, nesse jogo político e social extremamente desigual.

O Estado, dessa forma, não é a expressão da universalidade, mas sim a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista, portanto, uma “universalidade alienada”. No caso da sociedade capitalista, o Estado será estruturado tendo como base a relação de exploração estabelecida pelo capital. O Estado, assim, representa a dominação de classe presente na sociedade civil para garantir a manutenção e a reprodução das relações sociais estabelecidas pela ordem do capital (SOUZA FILHO, 2013, p.27).

Essa função do Estado corresponde ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século, dado que os direitos não são naturais, e que por muito tempo foram negados aos trabalhadores. Houve uma acirrada disputa entre o campo do mercado, da economia liberal, dos direitos políticos e até mesmo da cultura. Ao mesmo passo em que se buscou maximizar o bem-estar coletivo, coube ao Estado fornecer a base legal para o mercado se desenvolver. Além de “garantir” aos indivíduos, agir de acordo com seu próprio interesse econômico. Estado esse, que na sua condição de existência mínima, condicionou as políticas sociais à sua face paliativa, pois poderiam estimular o ócio.

Ao mercado, coube o papel de regulador das relações sociais com orientação da “mão-invisível”, de Adam Smith, caracterizando dessa forma o liberalismo⁷.

A criação de programas de transferência de renda, como resposta a esse momento do Estado em sua face mínima - com reconhecimento de direitos sem colocar os fundamentos do capitalismo em questão, tornou-se uma das experiências de realização das políticas sociais em todo o mundo. Um exemplo foi o desenvolvimento da proteção social, desenvolvida por Bismarck em 1886 com as caixas de aposentadorias e pensões na forma de seguro. Esse foi mais um modo de incorporar apenas algumas reivindicações, na forma de lei, a partir da organização e mobilização da classe trabalhadora.

De acordo com Behring (2009, p.306), o enfraquecimento dos argumentos liberais se deu por conta de processos político-econômicos, como o aumento do movimento operário e a concentração e monopolização do capital. Sua primeira grande manifestação aconteceu durante a Grande Depressão nos anos de 1929 e 1932, quando se iniciou uma grande crise no sistema financeiro norte-americano. Essa situação acarretou uma diminuição exponencial de um terço de todo o comércio mundial, além do desemprego em massa. A funcionalidade estabelecida por essas crises é caracterizada pela intensificação da exploração do trabalho, e tem como estratégia, o aumento de lucros e de maior concentração da riqueza socialmente produzida, que gera a *mais-valia*.

Devido às suas imensas proporções, essa crise resultou também na crise de legitimidade do próprio capital, pressionada também pela Revolução Socialista de 1917. Keynes⁸ propôs como alternativa a esse momento do capitalismo, que o Estado passasse a executar medidas econômicas e sociais como uma forma de reestabelecer o equilíbrio econômico através de diversas medidas, tanto em tempos de depressão, como em tempos de

⁷ “[...] já podemos ver que é um grosseiro equívoco, tanto teórico quanto histórico, falar em “democracia burguesa”. Pode-se certamente caracterizar o liberalismo como uma teoria e um regime político burgueses: desde sua origem, o liberalismo se liga claramente à classe burguesa, à sua luta pela construção de uma ordem capitalista, o que não quer dizer que não existam no liberalismo – e é preciso sempre insistir nisso – muitos elementos que transcendem esse vínculo com a burguesia e adquirem valor universal” (COUTINHO, 1997, p.154).

⁸ “[...] intelectual sofisticado que expressava a vanguarda da burguesia inglesa, cujos interesses econômicos defendeu competentemente, em 1936 publicou a obra – *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* – que, por décadas, haveria de legitimar o intervencionismo estatal. De acordo com Keynes, o capitalismo não dispõe espontânea e automaticamente da faculdade de utilizar inteiramente os recursos econômicos; seria preciso, para tal *utilização plena* (que evitasse as crises e suas consequências, como o desemprego maciço), que o Estado operasse como um regulador dos investimentos privados através do direcionamento dos seus próprios gastos – numa palavra, Keynes atribuía papel central ao orçamento público enquanto indutor de investimento. Nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, as ideias de Keynes (as “políticas keynesianas”) experimentariam grande êxito” (NETTO; BRAZ, 2006, p.195).

prosperidade, por meio da reativação do consumo e do emprego. Mas, sem assegurar jamais o direito social à propriedade.

Nesse período, surgiram disputas econômicas e territoriais que justificavam a necessidade do fundo público e das guerras. Segundo Coutinho (1997), embora os direitos sociais tenham sido reivindicados pelos trabalhadores desde o século XIX, foi somente no século seguinte que essa classe teve seu pedido assimilado, e mesmo assim de forma parcial. Dessa forma, era possibilitada a participação na sua forma mínima, em toda a riqueza material e espiritual criada pela coletividade.

O keynesianismo combinado ao fordismo (organização da produção em série para o consumo em massa) possibilitou o desenvolvimento das políticas sociais, como forma de promover o crescimento do capital. Ao mesmo tempo, os bens coletivos foram administrados por intermédio da sustentação pública, com um conjunto de medidas anticrise que compôs o rol de medidas do período, como resultado de um pacto social estabelecido com a classe trabalhadora. O Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) se constituiu na expressão máxima desse processo, em suas dimensões histórica, econômica e política em diversos países europeus. O bem-estar social pôde ser desenvolvido com a ampliação da ideia de cidadania e com a política de pleno emprego. Diferentemente ocorreu nos países periféricos, ainda que os liberais tivessem receio dessa ampliação comprometer o desenvolvimento dos mercados e acarretar na instauração do socialismo.

Como um dos meios de viabilizar a realização da mais-valia, através desse caráter contraditório, o Estado passou a oferecer um salário indireto, financiado pela taxaço dos próprios trabalhadores, para regular o processo de reprodução da força de trabalho e garantir as condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores.

O *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.101).

Isso sempre se realizou na margem em que as demandas postas ao Estado fossem atendidas e não impedissem a reprodução do capital. Tudo isso aconteceu até que uma nova crise do capitalismo se instalou em todo o mundo.

Essa nova crise culminou com a alta dos preços do petróleo entre os anos de 1973 e 1974 e com o esgotamento do modo de acumulação. Uma das estratégias utilizadas foi o keynesianismo, que buscou dar uma “face” mais humanizada ao capital, com a assimilação dos direcionamentos da social-democracia. Acarretou no constante questionamento, pelas

elites político-econômicas, pelo real responsável por tal crise, culpabilizando o Estado por ter ampliado a sua intervenção. Nesse momento, passaram a questionar as políticas sociais relacionadas à proteção social, conquistadas pela classe trabalhadora.

Buscaram, portanto, reinventar o liberalismo no final dos anos de 1970 e 1980, como resposta ao momento histórico vivido por todo o mundo nos anos de 1990. Essa é uma clara caracterização dos direcionamentos dados pelo Estado neoliberal, que Sader (1995, p. 09) contextualiza seu surgimento da seguinte maneira:

Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

A determinação central da chamada crise das políticas sociais está situada na relação estabelecida entre a dinâmica do capitalismo contemporâneo, sua orientação macroscópica - de fortalecimento do mercado com a hegemonia financeira, e a restrição subjetiva e objetiva, para a expansão de direitos sociais. Tudo isso fundamentados pela ideia de igualdade, a partir das desigualdades sociais existentes na sociedade capitalista. Todos os ganhos sociais ficaram submetidos à proposta neoliberal, criando dessa forma, um novo padrão de acumulação. Além disso, toda essa situação direcionou o Estado, ainda mais a viabilizar a garantia de altos índices de acumulação pelo capital, ocasionando assim, mudanças tanto na ordem da conjuntura como na ordem estrutural. Mudanças essas não apenas econômicas, mas também de um projeto a nível global, articulando todas as políticas sociais, inclusive a de assistência social e a de educação.

[...] o Estado capitalista modificou-se ao longo da história deste modo de produção, a qual se faz na relação entre luta de classes e requisições do processo objetivo de valorização e acumulação do capital, seguindo aqui a fecunda e clássica orientação marxiana de que os homens realizam sua história, porém, não nas condições por eles escolhidas. Nesse sentido, o Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente, cumprindo seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações sociais particulares, ainda que com traços gerais comuns (BEHRING, 2009, p.70-71).

A base material do Estado neoliberal adotou um novo regime de regulação social, com a flexibilização da acumulação capitalista. Há nesse processo novas formas de produção e um conjunto de tendências e contratendências com mudanças nos processos produtivos por meio da desregulamentação do trabalho, revolução técnico-científica, privatização, hipertrofia

das atividades financeiras e flexibilização da produção. Como consequência, houve a precarização das condições de trabalho, acirramento da divisão da sociedade em classe e ataque aos sindicatos classistas, com a finalidade de manter a exploração e assegurar o lucro necessário ao desenvolvimento do capital (SOARES, 2000).

Essas novas formas ainda persistem nos dias atuais, pois há a necessidade de manter a estrutura de dominação racional, materializada no próprio Estado. Isso acontece porque o Estado possui uma ordem administrativa - a burocracia, como fundamento de racionalidade para garantir a relação de dominação. Não é de natureza somente econômica, mas similarmente do campo político-institucional e das relações sociais. Dentro dessa lógica, os problemas sociais são tratados no limite “permitido” pelo Estado - enquanto garantidor do desenvolvimento capitalista, para que a sua reprodução seja assegurada em qualquer instância, e que as demandas postas a ele, sejam atendidas sempre nesse limite da reprodução do capital e dos ditames da economia, assegurando assim, a reprodução da sociedade burguesa.

Em relação ao comportamento do gasto público, nesse período de desenvolvimento do neoliberalismo, os investimentos de recursos nas políticas sociais foram prejudicados. O conceito de cidadania se restringiu e os direitos sociais perderam a sua identidade. Isso se deu após a consagração das determinações de diversos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial, o que causou grandes prejuízos, principalmente nos países periféricos. Realidade essa, determinada pelo aumento do pagamento de juros, que passou a ser justificado como uma ampliação do gasto público total, colocando as políticas sociais na agenda de luta.

Segundo Souza Filho (2006, p. 259):

Do ponto de vista político, para viabilizar a continuidade da acumulação via intensificação da internacionalização financeira, produtiva e comercial era necessária uma direção que valorizasse o mercado como elemento central da regulação da sociedade, reestruturando o Estado para conduzir o processo nesses moldes. Para os países periféricos, principalmente para a América Latina, o enfrentamento da crise deveria passar por programas que possibilitassem a inserção internacional (diga-se de passagem, subordinada) desses países, a partir da garantia do pagamento de seus compromissos internacionais. Dessa forma, a hegemonia do pensamento político e econômico pregava a diminuição dos gastos sociais, privatização das empresas públicas, garantia de liberdade de comércio e de capitais como o cerne das recomendações de ajustes, configurando a chamada orientação neoliberal.

O Estado, ao restringir os gastos sociais, vulnerabiliza a proteção social num quadro de desemprego e subemprego. Tem como produto social desse processo, o acirramento das expressões da questão social. Na sua forma objetiva, desempenha um papel importante por

muito tempo, no que diz respeito ao condicionamento do pensamento político, já que sua gênese foi materializada pelo antagonismo de classes sociais, pela propriedade privada e pela exploração do trabalho. Desse modo, afirma a sua superioridade a partir da dominação de classe existente na sociedade capitalista.

Tudo isso acontece porque existe uma constante necessidade de expansão do capital, no intuito de garantir seu desenvolvimento, principalmente nos países denominados como subdesenvolvidos. Isso ocorre, por intermédio do deslocamento da socialização para os espaços garantidores desses ditames, como o consumo, a mídia e também a publicidade.

As políticas públicas... encerram, portanto, uma importante contradição. Por um lado, atendem à lógica de reprodução de um modo de vida típico da sociedade capitalista, o que lhe confere uma dimensão restrita enquanto alternativa histórica de superação desse quadro de desigualdades sociais. De outro, oportunizam certas condições de sobrevivência de largos segmentos sociais que, sem dispor de meios próprios de reprodução, acessam aos bens e serviços públicos. Deste modo, expressam um incessante movimento de disputas em torno de seu alcance e de sua direção, sublinhando a centralidade da relação entre Estado e Sociedade Civil para afirmação das mesmas (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 98).

Todos esses problemas estão se acirrando cada dia mais. A pobreza é um problema estrutural e substantivo, que limita grande parte da população à sobrevivência, pois o trabalhador fica submetido à condição de exploração, ao não ter sua força de trabalho remunerada adequadamente, de acordo com o tempo realmente despendido no trabalho. Ao deslocar os determinantes dessa situação da realidade, amplia-se o problema conjuntural e político, numa tentativa de desqualificar a verdadeira razão da existência da pobreza para fortalecer o sistema capitalista. A resistência a esse processo fica reservada ao conjunto dos trabalhadores, em torno de um projeto que vise à defesa de políticas sociais e a grande disputa em torno do fundo público, que deve ser destinado a todos os trabalhadores, sem exceção.

Mota (2012, p.37), ilustra bem essa situação:

Ao desistoricizar a pobreza – não por naturalizá-la como vaticínio e destino, mas tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias -, tornou-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes.

Essa aura travestida de garantias democráticas e de humanização do capitalismo, não coloca em xeque o desenvolvimento capitalista. Muito pelo contrário, intensifica-o ao considerá-lo como um bem econômico, de caráter privado, no qual o mercado dita as regras. Sendo assim, preserva-se o consenso e hegemonia da sociedade capitalista por meio de um

processo onde existe uma forte regressão social, em todo o mundo, particularmente para as relações de trabalho.

2.4 Demandas socio-históricas para o Serviço Social

Segundo Iamamoto (2008), as políticas sociais só se realizaram e continuam a se realizar como estratégia de enfrentamento da questão social pela classe dominante, após a pressão exercida pela classe trabalhadora. Somente após esse enfrentamento, entre as classes sociais, é que as políticas sociais passaram a ser materializadas como respostas político-institucionais. Como parte desse processo, a coesão social e o consenso precisavam ser construídos também como estratégia para garantir a manutenção e o desenvolvimento da ordem capitalista.

As respostas às manifestações da questão social passaram a ser dadas, portanto, pelo Estado. As políticas sociais passaram a atender algumas demandas da classe trabalhadora, sempre no limite estabelecido pelo capital e de modo a garantir a reprodução da força de trabalho, já que o trabalhador depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver e se reproduzir.

Políticas essas que nada mais são do que parcela do valor criado pelo próprio trabalhador, apropriado indevidamente, tanto pelos capitalistas quanto pelo Estado. Essa é a forma transmutada que a exploração se manifesta, inclusive na atualidade, através das políticas sociais como forma de devolução ao trabalhador de parcela mínima dos frutos de seu trabalho. As demandas legítimas dos trabalhadores também viabilizaram uma ampliação de “investimentos” pelo capital, ao criar novas necessidades a todo o momento como parte de sua estratégia de expansão.

A entrada na cena política dos trabalhadores, necessidade de coesão social, aumento da pobreza, necessidade de racionalização da produção e do trabalho, além da necessidade de respostas qualificadas exigidas e decorrentes do aprofundamento do processo de industrialização tornaram-se alguns enfrentamentos que acarretaram na expansão das políticas sociais no século XX.

Também impulsionaram a necessidade de trabalhadores qualificados, como os assistentes sociais, para executar as políticas sociais nos moldes do grande capital diante do desenvolvimento da noção de cidadania⁹.

Com esse cenário, o Estado tornou-se o garantidor de respostas à questão social. Ao assumir esse caráter essencialmente político, através da mediação da política social, passaram a ser realizadas medidas de enfrentamento entre as classes sociais que se expressaram em projetos para a sociedade. Novas necessidades e novos direcionamentos foram dados como respostas para a garantia da expansão do capital, o que acarretou em novas demandas profissionais, inclusive para o Serviço Social.

Situar a profissão como um desses elementos pertencentes a esse quadro, já que participa do processo de reprodução das relações sociais, permite apreendê-la em seu movimento contraditório. Sua atuação está necessariamente polarizada pelos interesses tanto do capital quanto do trabalho. Tende dessa forma a ser cooptada pelo lado que detém a posição de dominação, ou seja, do capital.

Reproduz [...] pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2008, p.75).

É justamente nesse cenário que a questão social se torna a base fundante socio-histórica do Serviço Social. Mesmo não sendo o foco da análise proposto para esse estudo, retomar essa questão é extremamente importante para compreender os desdobramentos da profissão. Possibilita compreender a profissão em sua totalidade, em sua relação intrínseca com o trabalho e com os interesses distintos das classes sociais.

⁹ A incorporação dos direitos sociais à noção de cidadania se deu, quando o Estado passou a assumir, cada vez mais, a responsabilidade pelos serviços sociais, destinados à sociedade civil. O discurso da igualdade se contrapunha, na realidade, com a desigualdade, inclusive das classes sociais, tanto na esfera política quanto econômica. Dessa forma, as manifestações da questão social se tornaram mais explícitas, por conta do aumento da pobreza e das consequências da expansão do capitalismo, entre elas a entrada do trabalhador na cena política.

O Serviço Social, enquanto um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho desenvolveu um significado peculiar, a partir das novas necessidades sociais. Com a exigência de profissionais qualificados, passa a lidar com os problemas advindos dos desdobramentos da sociedade capitalista. Ganha legitimidade ao ser requisitado nesse novo momento de expansão capitalista, enquanto mediador de interesses divergentes, diante do enfrentamento das manifestações da questão social.

Vale destacar, que a demanda pela atuação do Serviço Social parte daqueles que são alvo das suas ações – os trabalhadores, ao entrarem na cena política, e também do próprio capital. Situação essa que só se realiza através do patronato, que é quem remunera o assistente social e não os trabalhadores que são seu público-alvo, forjando assim uma autonomia relativa do assistente social¹⁰.

Após a crise da oligarquia agrária exportadora no Brasil houve grande expansão urbana e industrial, que deu origem às classes fundamentais do capitalismo e à árdua tarefa, por parte dos assistentes sociais, de “conciliar o inconciliável”. O Estado sempre teve uma importância decisiva na reprodução das relações sociais na condição de legislador e de controlador das forças repressivas. Por isso, utilizou da coerção como forma de enfrentamento das manifestações da questão social nas suas mais diversas formas (IAMAMOTO, 2008).

A intervenção do assistente social se realizou e ainda se realiza nesse contexto. Há uma constante necessidade desse profissional se qualificar e se responsabilizar pela mediação, entre as políticas sociais e os trabalhadores. Esses últimos precisam satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, saúde, lazer, habitação, etc.), para zelar pela reprodução da força de trabalho e garantir a reprodução do capital. Isso acontece porque o preço da força de trabalho é balizada pelas necessidades do próprio capital. A política salarial é, portanto, o elemento determinante das políticas sociais, mesmo que as políticas sociais sejam direcionadas ao atendimento de necessidades particulares na forma de salário indireto e de redução dos custos da reprodução da força de trabalho. Sem falar no exército industrial de reserva que é outro grande determinante do controle dos salários.

Assim como esses serviços tem sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes, tem, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que, devido à sua natureza, permite, no máximo, a redução da exploração e não a sua eliminação. A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada

¹⁰ Ao mesmo tempo em que o profissional faz parte do trabalho coletivo, que produz efeitos tanto nas condições materiais como nas sociais dos trabalhadores, ele não dispõe de todos os meios que são necessários para a realização do seu trabalho (IAMAMOTO, 2011).

pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. Ora, é no nível do Estado que se situam as estratégias políticas que orientam a reprodução das relações sociais. Assim, as políticas “assistenciais”, de “promoção social” ou de “bem-estar social”, como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Orientam-se no sentido de integrar à sociedade a população trabalhadora “assistida”, o que, em outros termos, significa integrá-la à ordem estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada. Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era “um problema social” em uma questão sob controle (IAMAMOTO, 2008, p.103).

Na análise histórica sobre a profissão, desde sua constituição associada à fase do capitalismo monopolista, o Serviço Social teve como função principal, basicamente, auxiliar e subsidiar o controle social. Visava difundir a ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora por estar inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e de outras entidades capitalistas. A principal demanda nesse período foi pela criação de condições favoráveis para a reprodução da força de trabalho e do controle social, pela ideologia dominante, através da mediação das políticas sociais e das contradições inerentes às relações sociais presentes na sociedade capitalista. Participa assim, também desse processo social ao reproduzir e reforçar as contradições básicas e inerentes ao capital. Isso acontece ao mesmo tempo e pelas mesmas condições em que é demandada a intervenção do Serviço Social, no processo de dominação como duas faces de uma mesma moeda.

Sua intervenção vai desde o planejamento, operacionalização e viabilização de políticas sociais destinadas às classes trabalhadoras. Por esse motivo, também é considerada uma profissão da “linha de frente” na relação existente entre seus usuários e a instituição em que o assistente social trabalha. Inclusive em situações que demandam selecionar usuários em suas ações profissionais, diante da necessidade de fiscalizar a pobreza, por conta do poder atribuído institucionalmente numa perspectiva de “integração” à sociedade, interferindo e controlando os aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora.

Este panorama, aqui apenas esboçado em largos traços, representa processos históricos por meio dos quais vem sendo forjadas e alteradas as demandas, por parte da população, de políticas sociais que se materializam, na implementação dos quais atuam os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2011, p.158).

Esse movimento envolvido na contradição também é o caminho pelo qual oportunidades são abertas aos assistentes sociais para propor, mediar e contribuir com a tensão a favor de um projeto de classe, alternativo ao capitalismo, para essa mesma fração da sociedade em que é chamado a intervir - a classe trabalhadora. O Serviço Social busca em

suas respostas às expressões da questão social, principalmente, garantir a sobrevivência da classe trabalhadora. Esse é o meio pelo qual o coletivo dos assistentes sociais enfrenta o capital para que os interesses da classe trabalhadora sejam conquistados, garantidos e expandidos, mesmo que subordinados ao pacto de dominação pré-estabelecido.

O papel dos movimentos sociais diante dessa realidade é essencial. Ao impulsionar a luta pela conquista de direitos seu poder de pressão resultou, e ainda resulta, em mudanças favoráveis à classe trabalhadora expressando assim a histórica luta existente entre as classes sociais.

Por conta dessa realidade, os assistentes sociais precisam fazer a mediação dos interesses do capital e do trabalho, já que ambos estão presentes no cotidiano da intervenção profissional. Para isso, é necessário ter clareza teórica das implicações que sua prática pode causar. É necessário apreender os compromissos estabelecidos pela profissão com os interesses de classe. Essa prática implica num caráter político e histórico que seja capaz de alterar a sua legitimidade, mesmo que a tendência predominante procure reforçar os mecanismos garantidores da reprodução do capital nos seus aspectos econômicos, político e ideológico.

As respostas da profissão às exigências históricas tendem a redimensionar o componente missionário e utópico presente na tradição conservadora do Serviço Social, uma vez que a prática profissional adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão, “sendo a história a fonte dos problemas e a chave de suas soluções” (IAMAMOTO, 2011, p.151).

A leitura da realidade só pôde avançar dessa maneira, a partir do amadurecimento do Serviço Social ao longo dos anos que culminou no “movimento de ruptura” com o Serviço Social tradicional. Esse avanço colocou novas demandas ao Serviço Social, em que Iamamoto (2011) chama a atenção, aos “temas ocultos” que envolvem as demandas profissionais e suas respostas. Ela alerta os profissionais para questões que influenciam diretamente a intervenção profissional que demandam novos olhares e uma resposta, cada vez mais qualificada, do Serviço Social. Por isso, há a necessidade do assistente social olhar mais para a sociedade e menos para o Estado, já que os fundamentos do próprio Estado se encontram na própria sociedade civil, inclusive as alterações que atualmente vem ocorrendo no mundo do trabalho. Mesmo que grande parte da população brasileira seja urbana, não se pode esquecer também daqueles que ainda sobrevivem no meio rural, pois demandam um olhar crítico em detrimento das constantes transformações do uso da força de trabalho.

Entretanto, essas análises não podem ser feitas apenas pelo viés político, pois há a tendência de aceitar a ideia da naturalização das desigualdades sociais e fazer uma análise das políticas sociais aprisionadas à esfera da distribuição da riqueza. Isso reitera o papel fundamental que a economia determina aos direitos sociais e às políticas sociais, para evitar que os direitos sejam visualizados apenas na ótica da política.

No início da década de 1990 estamos diante de uma sociedade brasileira com novas feições: com uma distinta conformação das classes sociais, dispondo de formas peculiares de organização dos processos de trabalho, e de uma ampla diferenciação interna das classes subalternas, acompanhada da ampliação significativa da população excedente, alijada do mercado formal de trabalho. A decifração dessa problemática parece-me crucial para que o assistente social consiga compreender o universo da população usuária dos serviços em que atua, rompendo o discurso monolítico sobre “a classe trabalhadora”, para apreender as distinções e particularidades de seus vários segmentos (IAMAMOTO, 2011, p.158-159).

Como a profissão de Serviço Social é uma construção histórica e sua particularidade está em intervir nos processos e mecanismos ligados ao enfrentamento da questão social, o próximo passo agora, será compreender as mudanças no capitalismo contemporâneo no Brasil (século XX), que incidem diretamente sobre a intervenção profissional.

CAPÍTULO III - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O percurso histórico ajudará a compreender a escolha teórica aqui proposta. Ela conduzirá, a partir de agora, por uma leitura crítica da política social de educação empreendida no Brasil e alguns de seus desdobramentos. O foco será no período posterior à Constituição Federal de 1988 por essa ser considerada uma conquista fundamental do processo de luta pela redemocratização do país, graças à participação ativa dos movimentos sociais. Esse período histórico marca profundamente a política social no país, mesmo que na margem delimitada pelo próprio capital. Logo em seguida, será abordada a assistência estudantil em todo o seu processo histórico, buscando compreender quais os seus reais determinantes e qual o seu verdadeiro papel ao propor assegurar a permanência dos estudantes nas universidades federais de todo o país. Por fim, será finalizado com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES criado no governo Lula, por ser a atual regulamentação da assistência estudantil no Brasil.

3.1 Referências históricas das políticas sociais no Brasil no período pós Constituição Federal de 1988

O desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, assim como na América Latina, foi condicionado pela inserção periférica desses países na economia mundial diferentemente da condição dos países centrais. Condição essa imposta pela necessidade de expansão do mercado mundial, de forma incondicional, e pela necessidade de adaptação aos “novos tempos” na busca de estratégias que assegurassem a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, de forma cada vez mais intensa e lucrativa. A particularidade do Brasil foi condicionada pelo seu processo histórico, tendo como seus elementos centrais a mão-de-obra escrava até final do século XIX.

Essa situação possibilitou a exploração do trabalho sem precedentes. A não existência de uma revolução da classe trabalhadora¹¹ como nos países centrais, mas uma conciliação entre ela e a classe dominante; um Estado nacional brasileiro criado apenas com a independência do país, condicionado pela colônia – imbricação das dominações tradicional e racional até a década de 1930, numa combinação de relações pré-capitalistas e capitalistas, como uma necessidade econômica para a realização da ordem administrativa materializada na burocracia¹² também se conformaram como elementos constituintes desse processo.

Entre os anos de 1950 e 1964 houve uma tentativa por parte do Estado de consolidar o capital, à medida que a burocracia se expandia e eliminava a pressão dos trabalhadores e da oligarquia até então presente (e ainda se faz na contemporaneidade, só que de formas distintas dessa época), o que levou à adoção da ditadura militar no país. Isso se deu em detrimento da possibilidade de atender as demandas da classe trabalhadora e optar por um governo mais democrático (SOUZA FILHO, 2013).

Essa foi mais uma adaptação do Estado brasileiro aos “novos tempos” de desenvolvimento do capital, principalmente no que diz respeito sobre o importante papel desempenhado pelo mesmo, ao assegurar as condições impostas pela política econômica. Condições essas foram necessárias ao avanço da industrialização no país, em razão da classe dominante brasileira nunca ter assumido compromissos democráticos e redistributivos no país com a classe trabalhadora (BEHRING, 2006).

Em contraposição a esse quadro houve então uma tentativa de implantação do Estado de Bem-Estar Social, através da Constituição Federal de 1988, com a participação de diversos movimentos sociais resistentes às políticas de desregulamentação de direitos e de medidas de abertura comercial do país. Nos países centrais essa ação por parte do Estado, se deu no período posterior à Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a sua entrada foi retardatória, tendo se desenvolvido somente após o ano de 1990.

¹¹ A condição da classe trabalhadora e o tratamento a ela dispensado ao longo da história, de um modo geral, e especificadamente no Brasil, é peculiar, quando se depara com análises realizadas por distintos autores. Na perspectiva de Coutinho (1997), o Estado só incorporou os direitos em sua pauta de execução, e mesmo que de forma parcial, somente a partir da luta da classe trabalhadora e da contradição existente entre capital e trabalho, o que possibilitou à burguesia apropriar-se dessas mesmas conquistas como meio de cooptar a classe trabalhadora. Duriguetto (2008), em a “Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe”, chama a atenção para a criação de novas formas de domínio do trabalho na atualidade, o que necessita analisar mais criticamente e atentamente as mudanças no mundo do trabalho nessa fase neoliberal do capital. Esse quadro impacta, negativamente e diretamente, na organização dos trabalhadores na luta por seus interesses e coloca diversos outros empecilhos na realização de lutas maiores por parte dessa classe social.

¹² Conferir SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Após esse período é que as políticas de previdência, saúde e assistência foram reestruturadas e reorganizadas, constituindo assim a seguridade brasileira enquanto um sistema. Sistema que deveria combinar direitos decorrentes do trabalho, na forma de seguro social (previdência), direitos assegurados na forma universal (saúde) e direitos considerados seletivos (assistência).

Segundo Vianna (1998), isso não foi adiante devido ao tamanho da pobreza e da lógica individualista existente de interesses em torno da desregulamentação existente entre o público e o privado, ao mercantilizar muitos direitos, dando assim novos contornos às políticas sociais conquistadas recentemente no país.

Tendo esse pano de fundo, o Brasil passou a adotar a retórica “liberal-patrimonialista” (SOUZA FILHO, 2013) na perspectiva de promover a refuncionalização do Estado, reduzindo-o, para conduzir uma nova dinâmica de acumulação como uma reação à crise econômica, sem levar em conta a sua verdadeira causa. Foi feito então um ajuste fiscal sob o discurso de que haveria uma crise do Estado e não do capital. Dessa forma, justificou-se essa situação pelo aumento de despesas e não de receitas, pelo combate à inflação, desregulamentação da economia e liberalização do comércio exterior em razão desse processo ser realidade nos países centrais.

A estratégia de centralizar os gastos sociais em programas seletivos dirigidos aos pobres ultrapassa, na América Latina, objetivo de incrementar o domínio do mercado mediante a retirada dos fundos públicos para o financiamento de benefícios sociais universais. Desta maneira, para apreciar plenamente o significado dessa estratégia, é preciso analisar o contexto global do projeto neoliberal e particularmente no que se refere à dinâmica gerada pelo processo de privatização seletiva. Teoricamente, ninguém pode se opor a uma política que canalize recursos aos que menos ou nada tem, mas adquire um significado diverso quando, concretamente, tal política implica remercantilizar os benefícios sociais, capitalizar o setor privado e desfinanciar as instituições públicas (LAURELL, 1997, p.172).

Considerar que o capitalismo esgotou a sua fase civilizatória é um dos principais pontos chaves para entender a dinâmica das políticas sociais e seus desdobramentos no Brasil. Para atender a necessidade de reprodução do capital, nos moldes descritos acima, o Brasil implementou esses “ajustes estruturais” de modelo liberal, iniciados no governo Collor e expandidos nos governos Fernando Henrique Cardoso – FHC, Lula e Dilma, numa tentativa da burguesia brasileira utilizar os mecanismos de proteção social para se legitimar. A implementação dura do modelo, com o Plano Real em 1994 e o domínio do capital financeiro no bloco do poder dominante, configura os anos de 1995 a 1998 da era FHC. A situação da economia política brasileira desde os anos de 1990 até o presente momento caracteriza-se pela

desregulamentação do trabalho, liberalização econômica, subordinação e vulnerabilidade externa estrutural, domínio do capital financeiro e presença de outras frações do capital de exportadores, além da justificativa de que o Estado seria ineficiente e teria se desviado de suas funções básicas que resultaram num serviço público precário, crise fiscal e inflação.

Nos períodos citados anteriormente, houve permanência do mesmo bloco dominante – financeiro que deu e dá a direção política geral, além de ditar as regras do transformismo político de todos esses governos. Essa situação representou a derrota do movimento operário, da seguridade social, avanço da ofensiva ideológica conservadora, vitória da elite financeira e construção de um novo consenso hegemônico.

Nesse sentido, aparece o enfrentamento das enormes desigualdades sociais e econômicas, gestadas no movimento para fortalecer o sistema capitalista e incidir na lucratividade do sistema. Na lógica da teoria neoliberal, o enfrentamento das desigualdades, via intervenção do Estado, é considerado indesejável, pois seu enorme custo incidirá diretamente sobre o lucro e também reforçará a tese de abandono do mundo produtivo, uma vez que os trabalhadores preferirão o benefício estatal ao trabalho. Essa lógica vem sendo constantemente apontada pelos neoliberais, mesmo em um mundo onde as oportunidades de trabalho são insuficientes para dar conta da demanda (COUTO, 2009, p.69).

Os direcionamentos neoliberais no país submeteram as conquistas sociais da classe trabalhadora ao ajuste fiscal, em detrimento da efetivação do Estado de Bem-Estar Social. Sendo assim, há dois direcionamentos do Estado nesse período. Um, visando à maximização do Estado como forma de garantir o desenvolvimento do capital e a contínua exploração do trabalho, resultando na produção com aumento contínuo da mais-valia. E outro, visando à minimização ao cumprir apenas com algumas funções básicas, ao mesmo passo em que o quadro de pobreza e de exclusão social retrata fielmente, a insuficiência da redistribuição de renda no país coordenada pelo próprio Estado.

As determinações de tal desmonte podem ser encontradas fundamentalmente nas necessidades expansionistas do capital em plano mundial, que se realiza através da mercantilização de serviços ainda não totalmente imbuídos da lógica mercantil, como é o caso das áreas de Educação, Previdência e Saúde. A redução de recursos públicos – operada intencionalmente pelo Estado - até então dirigidos à área social é um mecanismo de crucial importância para a realização de tal processo. Tais recursos foram, na década de 1990, sistematicamente desviados para o processo de ajuste fiscal, emanado pela cartilha neoliberal por toda a América Latina (PEREIRA, 2007, p.186).

Todo o quadro descrito acima corrobora e justifica, pela ótica do capital, a necessidade de intervenção do Estado de forma pontual e focalizada, por transferir para a sociedade civil responsabilidades que antes eram suas. Isso ocorre por conta de metas a serem

atingidas impostas pelos financiadores internacionais, inclusive em relação à assistência social e à educação, representando o aborto a essa construção de forma ampliada. Representa também o avanço da ofensiva ideológica conservadora, vitória da elite financeira e a construção de um novo consenso hegemônico diante do enfraquecimento das lutas democráticas, direcionadas especificadamente ao Estado, despolitizando-as.

Isso ocorreu depois que foi difundida a ideia do setor público como responsável pela crise do Estado devido à sua ineficiência, ao contrário do mercado e do setor privado que “se apresentariam” como espaços referenciais da eficiência e da qualidade nos serviços prestados.

Pitarelo (2013, p.29) descreve de forma clara a realidade brasileira nessa época.

A tese central do neoliberalismo é que o setor público (o Estado) é o responsável pela crise, pelos privilégios que concedeu aos trabalhadores e pela ineficiência do gerenciamento. O mercado e o setor privado são vistos como sinônimos de eficiência, de qualidade e de equidade. A saída torna-se, então, o Estado mínimo, no tamanho necessário à reprodução do capital, e, portanto, colocando em causa todas as conquistas sociais relativas ao trabalho, como a estabilidade de emprego, e os direitos à saúde e à educação, entre outros.

As políticas sociais se tornaram o mecanismo fundamental para a realização desse processo, sempre no limite da ordem capitalista, mesmo ao atender parte das demandas advindas da classe trabalhadora. E esse é o papel fundamental do Estado, criar as condições necessárias para o desenvolvimento capitalista.

Diante dessa realidade e da concepção teórica adotada nesse estudo, é descrita por Sader (1995) o desenrolar do neoliberalismo no Brasil, que determinou o desenvolvimento capitalista nos anos de 1990. Esse processo foi uma resposta tanto teórica quanto política ao Estado de Bem-Estar Social.

Sendo assim, questiona-se a ideia da “nova questão social” muito presente na política social brasileira, que procura descaracterizar todo esse desenvolvimento capitalista. O que existe na verdade, são novas expressões da questão social, que se transmutaram ao longo do tempo de acordo com o aumento da desigualdade social. O real motivo dessas novas expressões nunca deixou de ser a exploração do trabalho, materializada na apropriação privada da riqueza que socialmente é produzida pela classe trabalhadora. Condição essa, que decorre desde a implantação do capitalismo em todo o mundo. Ao Estado caberia o papel de controlar a “vulnerabilidade social”, a “inclusão” e a “integração” através da execução das políticas sociais não como o único responsável por essa tarefa, mas como o ente responsável

por intermediar os interesses antagônicos que estão envolvidos nesse processo de expansão capitalista¹³.

A reestruturação das políticas sociais é determinada, portanto, pelas exigências do capitalismo e pela pressão que os trabalhadores fazem, para que ao menos melhorias sejam alcançadas. O projeto neoliberal não visa à eliminação da intervenção do Estado na área social, mas a sua reorientação a partir da concepção global do atendimento residual para os indivíduos que não conseguem ter suas necessidades atendidas no campo privado. A matriz neoliberal se contrapõe, à perspectiva dos direitos sociais e do Estado de Bem-Estar como provedor desses direitos. Dessa forma, considera-se a análise de Sader (1995, p. 22-23), ainda atual,

[...] qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas a preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento da virada de uma onda é uma surpresa.

É importante ressaltar que houve sim um alinhamento com o desenvolvimento capitalista instalado nos países centrais. Isso acarretou em investimentos, não na ordem das necessidades sociais reais, mas na ordem para garantir a acumulação do sistema capitalista em seu processo de concentração de renda, como vem ocorrendo de forma mais intensa nos últimos anos. Esse alinhamento começou quando o país adotou os direcionamentos neoliberais e deu início à chamada reforma administrativa do Estado. Esse fato foi

¹³ Behring (2009, p.309) complementa com a descrição das proposições básicas neoliberalistas acerca do papel do Estado: 1) “Um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) Um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) A busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) Uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) Uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos, 6) O desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior”.

denominado por muitos autores, de contra-reforma, por desconstruir as conquistas constitucionais.

Agora, será apresentado como esse reordenamento social, político e econômico desdobrou nas políticas sociais de assistência social e de educação, a partir de uma concepção privatista, focalista, descentralizadora, emergencial, seletiva e parcial em que a população pobre tornou-se a única responsável pelos seus próprios problemas, criando assim um setor público destinado aos mais pobres. Nessas políticas, especificamente, não se pode afirmar que houve uma retração financeira de investimentos, mas uma reorientação de suas funções.

3.2 Política social de assistência social e política social de educação: um olhar mais apurado acerca das suas origens e de seus desdobramentos

A reprodução da sociedade, o crescimento econômico e a necessidade de legitimação da burguesia brasileira criam as condições para o desenvolvimento das políticas sociais e para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Novos arranjos são estabelecidos para assegurar o desenvolvimento capitalista.

Do ponto de vista histórico, é fundamental situar o surgimento da política social, relacionando-a com as expressões da questão social que determinaram sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, é importante relacionar a política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, deve-se buscar relacionar as Políticas Sociais com as determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração às Políticas Sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, é importante conhecer as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BOSCHETTI, 2009, p.581-582).

Para uma melhor compreensão de tal processo, destaca-se que a receita neoliberal incidiu diretamente na política social de assistência social e na política social de educação, como parte dos desdobramentos desse processo de reprodução social. O Brasil viabilizou a realização de ações para devolver ao mercado a regulação de diversos direitos. Segundo Soares (2000), a saúde, a alimentação, o trabalho, a educação, a assistência social, etc., também passaram a ser reorientadas na busca pelo consenso necessário para assegurar o

desenvolvimento do capital. Condição essa que contraria a história das lutas sociais, enquanto constitutiva da condição de sujeitos coletivos. Contraditoriamente, foram assimilados pela classe dominante como medidas de enfrentamento da pobreza relativa, com o argumento da inutilidade e ineficiência do pagamento de impostos. Os direitos passaram a ser considerados como mercadorias, regulados e orientados pelos ditames do mercado numa ofensiva ao Estado com a utilização de mecanismos compensatórios mínimos.

O Estado brasileiro, em um movimento contraditório, expande e privatiza boa parte dos direitos sociais conquistados ao longo da história. Essa combinação de ações é necessária ao desenvolvimento capitalista nos dias atuais. Torna-se então um problema, uma vez que a população pobre é a grande maioria, ou até mesmo, a totalidade da demanda pelas políticas sociais principalmente num período onde há uma forte desregulamentação do trabalho. Essa é uma das tentativas de solucionar os parcos investimentos nas políticas sociais ao longo de toda a história brasileira.

Enquanto os direitos sociais são frutos de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para seu reconhecimento legal, a compra e a venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio – o do mercado – mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais-valia decorrentes da industrialização dos serviços. A questão social no capitalismo (IAMAMOTO, 2001, p. 26).

O não acesso pleno e universal a tais direitos é um condicionante incisivo nos direcionamentos das políticas sociais, principalmente de proteção social. A seguridade social, mesmo com seu caráter excludente, garantia as condições de barganha das categorias de trabalhadores protegidos existentes no país, além de garantir a execução dos direitos sociais já assegurados.

Essa situação decorre da ausência da concepção universal de proteção social e da desresponsabilização do Estado, em relação às políticas sociais. Deixa de ser um problema do Estado ao ser transferido para a esfera privada. Assume desse modo seu caráter substitutivo, estruturante e não complementar, ao visar garantir apenas o atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores na forma de benefícios, ofertados pelo próprio Estado.

Com a adoção do neoliberalismo, a busca pela eficácia, eficiência e efetividade tornou-se o princípio norteador da execução das políticas sociais em diversos países, inclusive no Brasil. Passaram então a ser orientadas para a mercantilização e privatização da saúde e da previdência, mas não de forma radical utilizando a estratégia da restrição. Ao mesmo passo, a assistência social se amplia em todo o país deixando para trás seu caráter complementar, ao se

tornar o principal mecanismo de proteção social e meio de controle, por parte da classe dominante, garantindo a essa política um *status* diferenciado.

Nessa direção, as políticas sociais, por estarem subordinadas à política econômica desde sua origem, como uma estratégia própria da ordem burguesa, passam pelo “processo de assistencialização”, nos termos de Mota (2012). A ampliação da assistência social decorre da mercantilização das demais políticas sociais, descaracterizando desse modo os direitos sociais. Condição essa que proporciona o desmonte das políticas sociais concomitante à despolitização da proteção social, com predomínio da seletividade e da privatização em detrimento da universalidade e estatização.

O Brasil, assim como diversos países entre os quais se destaca os latino-americanos, também é um país submetido aos ditames do Banco Mundial, que financia e orienta a execução das políticas sociais, inclusive a de assistência social e educação. Impõe regras de acordo com os interesses do capital internacional, pois há um pacto entre esse órgão e a burguesia nacional brasileira. Essa fração da sociedade brasileira necessita criar mecanismos para manter-se no poder, objetivando dar continuidade ao processo de exploração dos trabalhadores que gera a acumulação de lucros, desconsiderando assim os elementos socio-históricos presentes na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que há interesse de organismos internacionais em desenvolvê-las sempre no limite da ordem capitalista, a classe trabalhadora também luta pela concretização de suas demandas materializadas por meio da política social¹⁴.

Não é de se estranhar [...] que a assistência social apareça separada da política social em vários programas de governo, documentos técnicos e, inclusive em programas e currículos escolares de unidades de ensino de Serviço Social. Da mesma forma, aparece separada da promoção social em várias propostas e ações desenvolvidas por órgãos e agentes prestadores de serviços de proteção social. Tome-se como exemplo, desta última tendência, as Políticas Sociais na área da educação. Nesta área, são consideradas medidas de assistência social apenas a merenda e a distribuição de material escolar, porque atendem a uma necessidade imediata e tangível. Já a bolsa de estudo dirigida a estudantes pobres, mesmo não exigindo contrapartida financeira, não é encarada como assistência social porque está nitidamente vinculada a uma necessidade intangível e pressupõe o desenvolvimento de potencialidades humanas, cujos resultados se verificarão a mais largo prazo. Observa-se, também, que, quando indagados sobre os critérios que orientam estas distinções, os agentes que as veiculam e operacionalizam não sabem responder. Na verdade, reproduzem, inconsciente ou irrefletidamente, opiniões arraigadas sob o peso da tradição e da força do senso comum (PEREIRA, 1996, p.22).

¹⁴ Entendemos que a expansão dos programas e políticas denominadas de assistência é uma das faces do processo de assistencialização da proteção social que tem como par dialético a privatização da previdência social, da saúde e da educação (PASTORINI; GALIZIA, 2007).

A luta dos pobres e trabalhadores desprotegidos, as mudanças nos estratos médios da burguesia urbana, as alterações no perfil demográfico – urbanização, educação formal, comunicação, família, sujeitos novos, padrões de comportamento e formas de socialização, mercantilização da cultura, a imediatividade de interpretação da realidade e mudanças políticas, configuram a política de assistência social, além de determiná-la na atualidade¹⁵.

Ao perder seu vínculo com a seguridade social, mais especificadamente com a previdência social, os cidadãos condicionados à pobreza são inseridos na política social de assistência social, para terem o mínimo de suas necessidades atendidas, de forma compensatória e não universal. A demanda cada vez maior por assistência social gera um aumento expressivo na expansão desse direito. Mesmo em condições contrárias, qualifica desse modo o grande retrocesso vivido pelos direitos, em tempos atuais de aumento exponencial do desemprego e conseqüentemente da pobreza (MOTA, 2008).

A concepção de assistência social apresenta diversos pontos e merecem ser explorados. De acordo com Pereira (1996) uma delas seria em relação ao determinante de sua ação, pois a pobreza é um problema estrutural e substantivo. O que ordena as ações de seu enfrentamento e da mesma maneira, além da disponibilidade de seus recursos, nada mais é do que um quesito/problema externo que é conjuntural e político, que implica diretamente na seletividade desse direito, ao perder a lógica universal preconizada na Constituição Federal de 1988.

Quanto mais rigorosos e restritos forem os critérios de acesso e permanência, mais focalizados e seletivos a política e/ou programa tendem a ser. Assim, é importante associar os critérios de acesso às condicionalidades para permanência. Os critérios para acesso podem ser relativos à idade, rendimento (em geral os programas voltados para indivíduos ou famílias de baixa renda), composição familiar (exemplo de programas voltados apenas para famílias mono parentais ou famílias com crianças), condição física (programas direcionados para pessoas com deficiência ou doenças específicas). As condicionalidades para permanência podem ser extremamente variadas, indo desde a participação na execução do programa, até a permanência de filhos na escola (caso do programa bolsa família). Os critérios de acesso e permanência, associados à abrangência, são fatores fundamentais para determinar a universalidade das políticas e/ou programas sociais e definir o tipo de direito que garantem (BOSCHETTI, 2009, p.585-586).

¹⁵ “Como já fora colocado, os programas assistenciais não tiveram importância estrutural nem política até finais da década de 80. E isso foi entendido como um problema, cuja solução foi dada através da criação de mecanismos constitucionais que permitissem incluir no sistema de proteção as populações historicamente excluídas. No entanto, a partir da hegemonia das reformas neoliberais, os programas assistenciais passam a adquirir uma importância financeira e política sem precedente, transformando-se em definidores dos sistemas de proteção social em detrimento de qualquer outra forma e opção” (PASTORINI; GALIZIA, 2007, p.96).

Por se encontrar na dimensão da reprodução social, a assistência social torna-se um dos principais direitos garantido pelo Estado burguês, perdendo dessa forma o sentido de mediação que lhe caberia, de garantir o acesso aos demais direitos. Essa ação, no entanto, não busca modificar a estrutura e a conjuntura que coloca milhares de brasileiros na miséria, muito pelo contrário, as fortalecem.

A política de assistência social reafirma a sua condição de política compensatória e reitera as heranças históricas e constitutivas da cultura brasileira política, em razão de ser considerada como uma “herança oligárquica, patrimonialista e autoritária”, além de reiterar a rentabilidade econômica em detrimento da supremacia das necessidades sociais (COUTO, 2004, p.145).

Diante dessa circunstância, a assistência social assume um papel estrutural na reprodução da força de trabalho. Essa política continua a ter o papel de validar a força de trabalho, como meio de garantir a reprodução do capital, por intermédio da orientação da política econômica e da legitimação do Estado, ao mesmo passo em que procura privatizar a coisa pública para assegurar a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Toda essa ampliação da assistência social vai ao encontro das demais políticas sociais de caráter permanente, como é o caso da educação que visa transformar a população tida com força de trabalho excedente, com o diferencial da qualificação profissional.

[...] situar a relação que a educação tem com outras áreas de política social. Invariavelmente, diferentes programas sociais no campo da cultura, do lazer, da política de atenção à criança e ao adolescente, da política para a juventude, da assistência, do trabalho e do enfrentamento da pobreza preveem ações, articulações e interfaces com a área de educação. Esse fato exige uma cuidadosa atenção ao modo como essas interfaces tem se dado, visto que em muitas situações elas estão aliadas às exigências dos organismos multilaterais internacionais que embora determinem mudanças significativas em vários indicadores educacionais, encobrem, na verdade, um processo de aligeiramento da formação, um falseamento das dificuldades que representam o ingresso ou o retorno de segmentos sociais à educação escolarizada, além do fato de a educação vir a ser valorizada, não como direito subjetivo, mas, como parte das estratégias de sobrevivência da população em função da vinculação desse acesso à obtenção de um recurso social no âmbito dos programas sociais. Isso tem causado um duplo efeito, contrários à perspectiva de educação que apontamos. Primeiro o de incentivo do acesso ou retorno à educação a qualquer custo e sem maiores reflexões sobre seus significados e necessidades. Segundo uma distorção da compreensão da assistência social como direito social que assegure uma renda mínima a uma dimensão assistencialista, seja pelo uso político dessa vinculação, seja pela pouca ou distorcida visibilidade que a assistência tem enquanto política pública, sobretudo junto aos profissionais da educação (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p.97-98).

Nesse sentido, considera-se como Faleiros (1980) que a política de educação é uma política de valorização da força de trabalho que qualifica mão-de-obra, independente da categoria de trabalho, conforme as necessidades de reprodução do capital. Ações essas, que não colocam a reprodução do capitalismo no limite, mesmo em momentos de crise e de intensificação das lutas sociais, promovendo assim a sobrevivência, reprodução, valorização e validação da força de trabalho¹⁶.

A primeira forma de materialização dos direitos sociais foi através do reconhecimento do direito à educação pública, laica, universal e gratuita, de acordo com Coutinho (1997). A política social de educação traz consigo a relação contraditória presente no capitalismo, ou seja, de ter ao mesmo tempo uma perspectiva de direito e de mercadoria. Sua função social, por conseguinte, é intrinsecamente vinculada ao trabalho. Busca criar as condições necessárias para formar mão-de-obra qualificada que garanta o desenvolvimento do mercado de trabalho e que assegure a realização da exploração da força de trabalho, de forma alijada, por meio de um discurso de igualdade de oportunidades, cada vez mais nos dias atuais.

Ao legitimar esse sistema contraditório, a educação não pode ser compreendida como central para que as mudanças na sociedade ocorram. Mas, como parte integrante desse processo de valorização da força de trabalho. Não se deve reduzir a esfera política à esfera da educação, porque como parte inerente a esse sistema de exploração do trabalho, transforma o próprio trabalho e os direitos conquistados em mercadorias. Cria uma massa de profissionais submetidos aos baixos salários impostos e às condições precárias de trabalho, sem grandes questionamentos. Acabam mantendo e expandindo essa forma de exploração da força de trabalho, garantindo a existência de um exército industrial de reserva, com mão-de-obra qualificada em tempos de expansão do capital especulativo e não mais somente do produtivo, como condição para que a acumulação se realize.

Historicamente, essa medida visa ampliar as garantias de exploração do capital. A precária delimitação entre as esferas pública e privada na relação entre o Estado e a sociedade civil, fortalece o caráter assistencialista que levou à mercantilização das políticas sociais, inclusive a de educação. Sendo assim, desvelou o caráter ideologicamente privado assumido no qual a educação deve ser orientada pelos interesses do mercado.

¹⁶ Conferir FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistências sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

Torna-se claro que o investimento nas políticas sociais¹⁷, só vem a reafirmar a impossibilidade da realização da justiça social. Esse mesmo Estado que argumenta estar em crise e afirma não ter condições de financiar por completo, o ensino superior público brasileiro por considerar que essa não deve uma atividade exclusiva sua, financia cada vez mais o desenvolvimento do capitalismo no país. Assegura as altas taxas de lucros e promove a “assistencialização”, inclusive da educação. A privatização¹⁸ de boa parte da educação brasileira transformou o cidadão em mero consumidor, despolitizando-o, além de contribuir para o desmonte das demais políticas sociais existentes até então. Só para ilustrar essa situação, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP relativos ao Censo da Educação Superior 2013, as universidades privadas participaram com 74% no total de matrículas de graduação.

No período 2011-2013, o número de ingressantes cresceu 16,8% nos cursos de graduação, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Nos últimos 10 anos, a taxa média de crescimento anual foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada. Em 2013, a rede privada teve uma participação superior a 80% no número de ingressos nos cursos de graduação (BRASIL, 2013).

Isso se dá principalmente, por intermédio da desoneração em relação ao pagamento de impostos. Dessa forma garante uma boa lucratividade ao capital ao não redistribuir a riqueza aos trabalhadores. Redistribuição que só poderia se efetivar mediante a execução de políticas sociais universais, jamais existentes no Brasil. Realizando assim, de forma ampla, a emancipação política no país.

Corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais. Embora seja bom lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo atributo efetivo das Políticas Sociais no país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não

¹⁷“A concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para ser garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de Políticas Sociais públicas, executadas na órbita do Estado. Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas de viabilização dos direitos sociais, que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das Políticas Sociais” (COUTO, 2004, p.48).

¹⁸ Além da paralisia governamental, a pressão neoliberal vai se fazer sentir em todos os segmentos do setor público, em especial naqueles essenciais, que são sempre atingidos pela tendência privatista e pela necessidade dos cortes financeiros. Assim, educação, saúde, previdência, assistência social e habitação – áreas básicas para a população – serão as primeiras a sofrerem o impacto da crise do Estado. Tais áreas serão responsabilizadas pelo déficit público, pelo “excessivo” e “mal direcionado” gasto estatal, “fonte única” de ineficiência e corrupção...aproveitando-se da insatisfação da sociedade com relação ao Estado, passa-se a ideia de que a responsabilidade pela crise é do “gigantismo” e do déficit público (MESTRINER, 2001, p.213).

tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade (YAZBEK, 2001, p.37).

Diante dessa realidade, muitos intelectuais fazem uma leitura de que o capitalismo seria insuperável. E por isso, haveria a necessidade de humanizá-lo, justificando dessa maneira a existência de inúmeras políticas sociais, inclusive a de educação. Essa seria uma forma de assegurar o desenvolvimento do capital e minimizar os agravamentos da questão social, decorrentes da exploração capitalista, com a certeza de que “as determinações fundamentais do sistema do capital serem *irreformáveis*” (MESZÁROS, 2008, p.27).

Sumariamente, as particularidades e os pontos em comum da relação existente entre a política social de assistência social e de educação apresentam-se da seguinte forma:

Quadro 1- Política social: ação do estado burguês para assegurar a reprodução do capital através da reprodução social.

CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	EDUCAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se em expansão com a implementação da orientação neoliberal, ao assumir o papel de mediação com as demais políticas sociais, que antes era do trabalho; • Validação da força de trabalho, por meio de desenvolvimento da proteção social, <ul style="list-style-type: none"> • Política de caráter estruturador, focalizado, seletivo e compensatório aos mais pobres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se em um processo de mercantilização e privatização com a implementação da orientação neoliberal; • Valorização da força de trabalho, através da qualificação da mão-de-obra excedente, <ul style="list-style-type: none"> • Política de caráter permanente.
PONTOS EM COMUM	
<ul style="list-style-type: none"> • Conquistas da classe trabalhadora ao longo da história; • Mecanismos de controle social por parte da classe dominante; • Submetidas ao desmonte imposto às políticas sociais com o neoliberalismo, <ul style="list-style-type: none"> • E, conseqüente despolitização da proteção social. 	

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Apresentado o quadro teórico norteador deste trabalho, o próximo passo é conhecer como a assistência estudantil emergiu no Brasil e quais os seus propósitos, diante da política de educação desenvolvida no país, enquanto estratégia de desenvolvimento capitalista.

3.3 Política social de educação no Brasil e sua relação com a assistência estudantil no ensino superior público: o desenrolar da história

Por estarem presentes e fazerem parte do desenvolvimento capitalista, a política social de educação e a política social de assistência social abrigam as contradições inerentes a esse tipo de sociedade. Imbricam desse modo na execução das ações de assistência estudantil, que será o próximo ponto de análise. Os números da desigualdade social são alarmantes e as universidades federais também abrigam essas mesmas contradições. Situação essa que acaba requerendo ações específicas para assegurar que esse espaço proporcione a sistematização e a socialização do conhecimento e do saber, como estratégias de valorização da força de trabalho.

O simples acesso à universidade é condição necessária, mas não suficiente para garantir a oferta de uma educação de qualidade, que possibilite o estudante ter acesso às várias possibilidades de aprendizagem na universidade. É necessário existir mecanismos que garantam a permanência do estudante no ensino superior público federal. Por isso, a educação deve ser considerada como uma via de reprodução da força de trabalho assegurada no âmbito do Estado, como uma forma de realização da reprodução social¹⁹.

Ações essas que se tornaram necessárias ao longo da história, como meio de garantir, as condições necessárias de manutenção dos estudantes ao escamotear o verdadeiro motivo da sua necessidade, concretizada com a exploração social. Esse se torna mais um caráter contraditório da acumulação que polariza riqueza e pobreza, produzindo uma forma de consumo bem diferente, no nível do luxo e dos supérfluos, como condição de status para uma elite e horizonte de acesso para a coletividade.

Buscar compreender essas questões leva a ter um olhar mais crítico e mais próximo, da realidade dos estudantes, principalmente daqueles que demandam por ações de assistência estudantil. Essas ações se justificam ao longo da história como meio de possibilitar aos estudantes a permanência no ensino superior brasileiro.

¹⁹ Na reprodução social, a política econômica direciona o fundo público para que a força de trabalho seja reproduzida no âmbito da unidade produtiva e, no Estado, através das políticas sociais, com a ordem administrativa da burocracia (SOUZA FILHO, 2013). Situação essa que leva a ter um cuidado, com as regras e normas que passam a ser estabelecidas, como meio de evitar a tendência de colocar um excesso de politização da gestão das políticas sociais, perdendo de vista seu aspecto econômico e a materialidade administrativa da gestão, buscando o fortalecimento da expansão dos direitos.

Atrás desse argumento, existe a lógica de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, que se transmuda ao longo da história sem perder suas raízes. Intensifica-se assim, a exploração do trabalho cada vez mais, ao expandir as ações de assistência social como forma de validar a força de trabalho e ao mercantilizar a política social de educação, para valorizar a força de trabalho, principalmente da que se encontra na condição de excedente. Desta forma, fragiliza as políticas sociais de caráter permanente, com a privatização de boa parte das conquistas sociais, até então existentes. Esse receituário que atualmente encontra-se na fase neoliberal, determina o exato papel do Estado diante dessas duas políticas sociais e das ações de assistência estudantil: garantir a reprodução do capital de forma cada vez mais intensa.

A partir desses determinantes, fica claro que a assistência estudantil na educação superior pública se materializa em ações pontuais do Estado, como forma de escamotear o verdadeiro motivo da pobreza, ao possibilitar a validação dentro do processo de valorização da força de trabalho que se encontra em formação. É com esse olhar que será apresentado a partir de agora, o histórico dessas ações, atentando para os elementos constituintes desse processo. Principalmente o Estado, com a sua desresponsabilização, focalização e seletividade das ações assistenciais, destinadas especificadamente para a pobreza e de forma emergencial, reduzida à dimensão assistencial.

Tal cenário representa o prelúdio dos caminhos percorridos na constituição da assistência estudantil, que já sinalizava sua apresentação por meio de um processo descontínuo, que está em constante movimento de construção na perspectiva de uma política de educação superior (KOWALSKI, 2012, p.84).

3.3.1 História da assistência estudantil no Brasil

A primeira forma de reconhecimento da política de assistência estudantil no Brasil foi através do Estado na década de 1930, com a Reforma Francisco Campos no ano de 1931 e através do Decreto 19.85/031, chamado de Lei Orgânica do Ensino Superior. Esta legislação tornou-se constitucional em 1934 e foi defendida pelo artigo 157. Definia acerca do auxílio que deveria ser destinado aos estudantes que tivessem necessidade de tais auxílios, como fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária. No ano de 1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes – UNE, enquanto uma entidade representativa estudantil e que contava com o apoio do Ministério da Educação – MEC. Posteriormente a esse momento histórico, foram criados importantes estabelecimentos de

ensino superior - universidades, como foi o caso em São Paulo – Universidade de São Paulo - USP, Rio de Janeiro - Universidade do Brasil transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e Rio Grande do Sul – Universidade de Porto Alegre transformada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS, dando prosseguimento nessa tendência também nos anos de 1940.

Com a Constituição de 1946, a assistência estudantil expandiu-se limitadamente até a década de 1950, na medida em que deveriam ser criadas alternativas para os problemas relacionados à assistência médico-social destinada aos estudantes, mesmo sendo assegurada pela Constituição Federal daquele momento.

No início da década de 1960, mais especificadamente no ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61) muda os rumos dessa política e passa a considerar a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido a todos os estudantes, através de assistência social, odontológica, médica e de enfermagem aos estudantes, além de garantir bolsas aos estudantes para custeio parcial ou total dos estudos que poderiam ser pagos num prazo máximo de 15 (quinze) anos.

Já em 1967, período da história em que o Brasil estava submetido à Ditadura Militar, esse direito continuou a ser garantido pela Constituição Federal, mas não foi efetivado da maneira proposta mesmo com o enfrentamento combativo dos estudantes. Com o retorno da UNE ao cenário político e o fim do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969 - que definia as infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares - a luta por moradia estudantil voltou à tona como bandeira principal de luta.

Acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, o ensino superior teve grande influência da crise do capital que se instalou em todo o mundo na década de 1970, inclusive no Brasil. Inicialmente, como o público da educação superior brasileira era composto pelos extratos médios e pela classe dominante, a assistência estudantil era destinada a alguns estudantes que pertenciam a esse grupo e que passavam por algumas necessidades. Dessa forma não compunham o rol de pessoas pertencentes à classe trabalhadora de raiz operária, proletária.

As ações governamentais de assistência estudantil no início da década de 1980 eram voltadas para as outras esferas do ensino – fundamental e médio. Por isso, três “forças” passaram a se mover nesse momento para assegurar o desenvolvimento da assistência estudantil em todo o país: o próprio Estado, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (órgão assessor da Associação Nacional dos

Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes) e o movimento estudantil, cada um com as suas particularidades, formas e interesses.

Relação essa que se estabeleceu através do desenvolvimento de ações do próprio Estado, para assegurar o desenvolvimento capitalista, como já foi descrito no item anterior, como meio de valorizar a força de trabalho; do FONAPRACE enquanto defensor dessas ações a nível institucional e interlocutor entre o movimento estudantil e as universidades, e o próprio movimento estudantil, na busca por condições que garantissem não só o seu acesso ao ensino superior, mas também a permanência.

Num momento histórico ímpar vivido pelo Brasil, o de luta pela redemocratização do país, o FONAPRACE passou a contar com representantes de todas as IFES, principalmente de pró-reitores para buscar desenvolver ações assistenciais também no ensino superior federal através da via institucional. Diversos profissionais se faziam presentes nas reuniões do fórum, inclusive assistentes sociais que passaram a ter presença marcante e combativa nesse espaço e em número significativo. Essas representações das IFES no FONAPRACE ainda acontecem tanto em nível regional quanto em nível nacional. Como o número de universidades brasileiras é extenso e as realidades são diversas, o fórum resolveu se organizar da seguinte maneira: discutindo e apresentando suas demandas, partindo da base e da região geográfica em que se encontram. Esses representantes se fazem presentes nas reuniões, mesmo que não haja um órgão específico que trate dos assuntos referentes à assistência estudantil nas universidades federais.

Os membros do FONAPRACE, ao compreenderem seu papel de intermediação entre os interesses do Estado e dos estudantes, passaram a se preocupar e interferir nos direcionamentos da política educacional brasileira e mais especificadamente, nas ações que visavam à promoção e o apoio assistencial aos estudantes universitários. A partir de então, passaram a unir forças com os estudantes na luta por uma definição de política de ação direta por parte do MEC. Ganhou força ao somar-se não só com os estudantes, mas também com as estratégias do próprio Estado que procurava ampliar a expansão constante do capitalismo de uma forma mais qualificada, já que o processo de reconfiguração neoliberal exigia esse tipo de ações nessa fase.

Em 1985 foi criada uma comissão nacional de reformulação da educação superior brasileira. A comissão propunha investimentos nessa área nas IFES, o que acabou não se concretizando. Ações destinadas aos “estudantes pobres” passaram a ser realizadas de forma muito particular por cada IFES e mantidas de forma precária, com recursos advindos da própria instituição. Em muitos casos, as ações eram executadas a partir do dinheiro recolhido

com o pagamento de matrículas e até mesmo de mensalidades nas IFES. Ação essa que foi proibida somente no ano de 2009, com a justificativa de violação do disposto no artigo 206, IV, da Constituição Federal de 1988, que garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 2015, p.70).

A Constituição Federal de 1988 representou uma grande conquista dos movimentos sociais ao se tornar resultado do processo de luta pela redemocratização do país. Dessa forma, introduziu avanços que buscaram corrigir algumas históricas injustiças sociais acumuladas secularmente. Tinha a proposta de expandir direitos, assim como aconteceu no restante do mundo com a social-democracia, ao se contrapor à longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes. Esse foi mais um processo de avanço limitado, típico da sociedade capitalista. Seu desenvolvimento só se deu após as tensões causadas pelos movimentos sociais e não na medida das reais necessidades da classe trabalhadora. A questão central de todo esse processo é o fato de não tocar na condição de exploração do trabalho, que é a origem de toda desigualdade social.

A Carta de 1988[...] amplia os direitos de cidadania, ganha dimensão social, define os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, garantindo-lhes o direito de associação profissional ou sindical, de greve e de participação em colegiados de órgãos públicos e de entendimento direto com empregadores, introduz novas formas de gestão para as áreas sociais, associadas à descentralização participativa, mas não deixa de incluir demandas nem sempre criteriosas de segmentos corporativos e do caótico aparato administrativo (MESTRINER, 2001, p. 189-190).

Contraditoriamente, a responsabilização do Estado de forma constitucional pelas políticas sociais, inclusive pela política de educação e assistência social, constituiu uma grande e importante conquista para os estudantes das IFES brasileiras. Isso se deu ao mesmo passo em que o objetivo de qualificar mão-de-obra também se fazia presente nesse processo, para dar novo impulso ao desenvolvimento capitalista ao garantir, mesmo que minimamente, mais um direito social.

A educação, como um dos direitos consagrados e assegurados como dever do Estado e da família (art. 205, *caput*), será conhecida de forma crítica no presente trabalho. A abordagem se dará através da sua execução no Brasil, buscando compreender as reais condições da intervenção profissional do assistente social e como esse se insere na realidade da assistência estudantil.

O princípio de *igualdade das condições de acesso e a permanência na escola*, presente no artigo 206, inciso I da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 2015, p.70) é o norte dessa análise, em detrimento das condições impostas ao desenvolvimento capitalista.

Tal direito até os dias de hoje não está garantido na forma de lei, mas apenas na forma de decreto presidencial, o que não garante a continuação do seu desenvolvimento em outros governos.

A luta pelo direito social à educação vai ao encontro da política social de assistência social. São mecanismos pleiteados por parte dos trabalhadores, como estratégia de luta para ter ao menos algumas de suas demandas atendidas, mesmo que o objetivo último dessa realização seja assegurar o desenvolvimento capitalista.

Portanto, a discussão de Faleiros (1980) apresentada anteriormente nesse trabalho, ainda é muito atual para os dias de hoje, pois ajuda a compreender os reais determinantes e objetivos da assistência estudantil desenvolvida no país. Como “a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar”, como descrito nos artigos 6º, 203 e 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2015, p.70) a lógica da permanência dos estudantes nas IFES está submetida ao processo de validação da força de trabalho que se realiza através da assistência estudantil.

A assistência estudantil nada mais é do que o meio utilizado para validar a força de trabalho que está em processo de formação. Desse modo, possibilita a sua qualificação e valorização, mesmo que em condições mínimas, como estratégia para assegurar a contínua apropriação privada da riqueza socialmente produzida, condição originária de toda e qualquer desigualdade social. Todas as ações desenvolvidas pela assistência estudantil, seja na forma de lei, seja na forma da ação propriamente dita, concorrem para a realização desse processo, sem jamais estar comprometida com a sua superação. Dessa forma, a sua expansão é a condição possível de ser realizada dentro dessa ordem capitalista. São essas tentativas que serão apresentadas a partir de agora, orientadas pelo receituário neoliberal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB aprovada em 20/12/1996 é resultante desse processo histórico complexo que busca normatizar e expandir a política de educação. Nela contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, certificando que o simples oferecimento do acesso à educação não é suficiente, mas que se torna necessário garantir também os meios de permanência a quem necessitar. E ainda destaca no artigo 3º “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e *permanência* na escola” (MINAS GERAIS, 2005, p.296). Como forma de orientar e expandir as ações que já eram realizadas na assistência estudantil, pesquisas e levantamentos foram realizados desde o ano de 1993 em todas IFES brasileiras pelo FONAPRACE

subsidiadas pela ANDIFES, enquanto representante oficial das universidades federais com o governo federal²⁰.

Essas pesquisas buscavam sistematizar e apresentar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES aos gestores da assistência estudantil de todo o Brasil. Objetivava-se com isso o início às mobilizações e ações que seriam necessárias para solidificar esse processo. Tornaram-se um elemento indispensável tanto no debate como na formulação e implementação das ações de assistência estudantil, ao fazer levantamentos sobre as “residências universitárias, restaurante universitário, saúde do estudante, dentre outros temas”, nos anos de 1994, 2003/2004 e 2010 (FONAPRACE, 2012, p.19). Até mesmo ao apontar quais seriam as melhores estratégias para que houvesse uma melhor aplicação do financiamento dessas ações, buscando sempre atingir um número maior de estudantes.

Baseados nessas pesquisas, representantes das IFES que participaram do processo de avaliação dos dados, apontaram ao MEC que o fortalecimento dessas ações poderia ser uma forma de minimizar as desigualdades sociais e regionais. Poderiam também ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência nas universidades públicas federais. Esses direcionamentos foram acatados pelo MEC, através do Plano Nacional de Assistência Estudantil em 2001 que foi incluso no Plano Nacional de Educação – PNE, de 10 de janeiro de 2001; na atualização do Plano no ano de 2007, através da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro desse mesmo ano e no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

O PNE de 2001 determinou em seu ponto 34, referente à educação superior, que o Estado deveria “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil tais como, bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico”. Toda essa situação da assistência estudantil se depara com a realidade de expansão das universidades federais de todo o Brasil, potencializada já no primeiro mandato do governo Lula.

²⁰ “A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. São 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 universidades federais – localizadas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Estas 67 universidades federais vivem hoje um importante processo de expansão. Em muitas regiões correspondem à única opção de ensino superior e cumprem, em todas, um relevante papel de indução do desenvolvimento econômico, social e cultural. Nas universidades federais, estudam cerca de um milhão de alunos de graduação e de pós-graduação, em todas as áreas do conhecimento, e também alunos de ensino fundamental e médio nos colégios de aplicação, escolas técnicas e agrícolas” (ANDIFES, 2012, p.1).

Segundo dados do MEC, a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. Os recursos para a assistência estudantil também aumentaram [...] (FONAPRACE, 2012, p.73).

Foi feito então um plano que deu os direcionamentos a essas ações. O Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI, lançado em 24 de abril de 2007 pelo governo Lula, através do Decreto nº 6.096, foi mais uma estratégia de garantir e legitimar a valorização da força de trabalho no Brasil. As IFES se encontravam numa situação extremamente precária, em relação ao número de vagas nas universidades para estudantes, aos investimentos financeiros de custeio e de capital e de vagas de professores e de técnico-administrativos. O Estado utilizou-se dessa estratégia para mobilizar e tentar convencer o meio acadêmico de que essa seria a melhor medida a ser tomada diante de tal realidade. Mediante este contexto, discutia-se a defesa de reformas que também deveriam atingir a educação superior, ao debater o papel das universidades públicas e redefinir o seu papel nesse momento. O REUNI determinou a expansão das universidades federais, entretanto, o acesso e a permanência no ensino superior gratuito, ainda não foram assegurados aos estudantes de forma universal e nem a todos os que apresentavam essa demanda.

[...] considera-se que o REUNI não se configura como um simples Programa de expansão universitária. Ao lado da ampliação do acesso, do melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existentes nas universidades federais, está também a possibilidade de estabelecer uma nova etapa da lógica de gestão gerencial e de ensino, influenciando, de modo decisivo, na identidade institucional. Portanto, os aspectos de gestão e financiamento repercutem nesse novo cenário de transformação do Estado de Bem-Estar Social, o qual exige instituições cada vez mais arrojadas e autônomas na diversificação das fontes de financiamento diante das adversidades impostas pelos entes governamentais (KOWALSKI, 2012, p.81).

A ampliação do acesso e da permanência na educação pública superior também são propostas integrantes desse Plano, que visava dobrar o número de estudantes matriculados nos cursos de graduação num prazo de 10 (dez) anos a partir do ano de 2008. As ações previam, além de aumentar o número de vagas, medidas para ampliar ou abrir cursos noturnos, aumentar o número de alunos por professor, reduzir o custo por aluno, flexibilizar currículos e ampliar recursos para ações assistenciais. Essa ampliação segue o mesmo percurso da política social de assistência social e de educação, como forma de validar a valorização da força de

trabalho. A justificativa para tal ação se deu pela ideia de combate à retenção e a evasão de estudantes pertencentes aos cursos superiores federais presenciais.

Essas ações também tiveram seu caráter contraditório, ao assegurar o desenvolvimento do capital e dar oportunidade às pessoas advindas da classe trabalhadora, de terem acesso a uma educação superior de qualidade. Essa ideia parte do pressuposto de que a educação é um dos principais meios de viabilização da democracia, enquanto direito social - e não o único. Essa ampliação mesmo não planejada da devida forma e consentida pela população, seguindo o processo de contradição típico da sociedade capitalista, deu possibilidade de acesso ao ensino superior aos jovens brasileiros pertencentes à classe subalternizada, que anteriormente estavam alijados desse acesso. Medida essa que teve duas grandes causas, a luta da classe trabalhadora por esse tipo de acesso e a necessidade de validar e valorizar a força de trabalho, inclusive a excedente.

Nas universidades o perfil dos alunos mudou bastante com essas medidas, como pôde ser apreendido na III Pesquisa Socioeconômica e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior e, que chegou à seguinte conclusão:

[...] 43,7% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E (cerca de 300 mil estudantes). Revelou também, que quase a metade das Universidades Federais pertencia às classes populares, cuja renda média familiar, segundo a ABEP, era de R\$ 1.459,00. O Percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010 (FONAPRACE, 2012, p.39).

Como parte integrante da reforma educacional criou-se o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para avaliar o desempenho do estudante na escolaridade básica e permitir o acesso ao ensino superior, substituindo o antigo vestibular. O Sistema de Seleção Unificada – SISU foi o meio desenvolvido pelo qual essa seleção de acesso se processa nas IFES, unicamente para participantes do ENEM. Medida essa tomada como diversas outras no país, determinada pelo governo e não consentida por aqueles que fazem parte do processo de aprendizagem. Ou seja, esse foi mais um mecanismo de viabilização da ampliação de acesso às IFES sem tocar no cerne gerador de todas as desigualdades sociais, ao mesmo passo em que não se buscou qualificar também os demais processos da educação, entre o ensino básico e o superior. Essa seria a garantia de uma educação realmente de qualidade, laica e universal. Não se realiza de fato porque o compromisso do Estado ao viabilizar essa política social, é a criação de estratégias para a garantia de expansão do capital e não de compromisso e atendimento às demandas da classe trabalhadora, que constantemente luta por melhores condições de vida.

A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para a sociedade.

Pensar a interface entre o Estado e a Sociedade Civil no processo de configuração das políticas públicas implica perceber que essa rede de interações está inserida em um processo histórico complexo, onde ambos têm particularidades e interesses próprios, apesar de serem interdependentes e autônomos. Ou seja, um tem implicações e influências em relação ao outro (FACEIRA, 2013, p.19).

Toda essa reforma na educação direciona o desenvolvimento do capitalismo, que ao gerar mão de obra qualificada para o mercado e contribuir para a formação do indivíduo competitivo, individualista, disciplinado e polivalente, também viabiliza o atendimento de demandas dos estudantes, mesmo na lógica da garantia do consumo e nunca na garantia ampliada e plena dos direitos²¹.

Ao implementar o REUNI, o MEC passou a pressionar todas as universidades federais brasileiras para aderir ao decreto, colocando à prova a autonomia universitária.²² Foi “imposto” a cada universidade federal aderir à seleção realizada pelo ENEM a partir do ano de 2009, através do SISU. A universidade que optasse por esse mecanismo de seleção, passaria a ter investimentos não somente para a garantia do acesso ao ensino superior, mas também na permanência desses novos alunos. Haveria assim, um aumento significativo no orçamento destinado especificadamente à assistência estudantil, mesmo que de forma insuficiente. A proposta era que esse valor seria dobrado no ano seguinte em que a universidade tomasse essa decisão. Mais uma vez a autonomia universitária se esbarra na questão financeira, limitando-se.

O número de universidades que aderiu a esse novo mecanismo de seleção cresceu significativamente dentro de pouco tempo, deixando de lado diversas questões. A desproporção entre recursos alocados, necessidades das IFES, ampliação das vagas destinadas à graduação em detrimento da infraestrutura e da necessária contratação de novos servidores via concurso público acabaram sendo atendidas em parte, seguindo o receituário neoliberal. Dessa forma impositiva, o Estado gerou inúmeros protestos no meio acadêmico, tanto por

²¹ Outros programas também foram implementados no Brasil como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que garante o acesso de forma gratuita ao ensino superior privado no Brasil e a expansão do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, que também garante o acesso ao ensino superior privado, só que através do financiamento público que deve ser pago após a conclusão do curso. “Em dez anos de funcionamento, o Programa Universidade Para Todos já ofereceu mais de um milhão e 400 mil bolsas de estudos integrais e parciais em faculdades particulares de todo o país. O benefício é concedido a estudantes de baixa renda, que não teriam condições de pagar pelos estudos” (PORTAL BRASIL, 2015).

²² A autonomia universitária pode ser mais detalhada no Projeto de Lei ° 7.200/2006.

parte do movimento estudantil como pelas entidades que representam os seus servidores. Mas, não foi suficiente para barrar a implantação do REUNI em todo o território brasileiro.

Como um dos desdobramentos importantes do FONAPRACE diante dessa nova realidade das IFES, destaca-se a problematização elaborada pelo Serviço Social, apresentada na 47ª Reunião Ordinária a partir de suas discussões realizadas num Seminário anterior, da Regional Centro-Oeste. O Seminário intitulado “O Serviço Social na Assistência Estudantil”, foi realizado em 05/05/2010. Algumas propostas foram apresentadas na sede da ANDIFES por um conjunto de assistentes sociais, mostrando mais uma vez a articulação teórico-prática, pertencente ao tipo de formação desses profissionais, entre as quais se destaca.

- Reposicionar a Assistência Estudantil na estrutura organizacional das IFES, considerando sua centralidade no alcance dos objetivos previstos pelo PNAES;
- Assegurar a formação de equipes multiprofissionais construídas formal e exclusivamente para o desenvolvimento da Assistência Estudantil e cuja formação respeite a proporcionalidade estudante-profissional e se dê por meio de concurso público;
- Garantir que a demanda atendida em cada IFES seja compatível com a demanda potencial;
- Estimular, em cada IFES, a criação de espaços coletivos e democráticos de construção da Política de Assistência Estudantil referenciada ética e politicamente no ideário dos direitos de cidadania, de modo a romper com a cultura da dádiva e da benesse;
- Apontar para que os estudos socioeconômicos sejam realizados com a finalidade de produção de informações, indicadores, estudos e pesquisas que favoreçam e ampliem o acesso aos serviços sociais oferecidos, rompendo com sua utilização usual, seletiva e excludente;
- Combater, rigorosamente, as contrapartidas das Bolsas Permanência que exijam dos estudantes a prestação de serviços administrativos, ressaltando que sua natureza é exclusivamente acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), estimulando, nas IFES, o debate sobre esta questão controversa;
- Apontar para a necessidade de que o FONAPRACE institua um Grupo de Trabalho – GT de Política de Assistência Estudantil que se responsabilize pela definição de princípios, diretrizes e metas para o **fortalecimento do direito à educação pública**, bem como a articulação com Institutos de Pesquisa, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012, p.34).

Como mais uma estratégia para expansão do capital através do REUNI na educação superior pública, foi criada e implementada a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Com essa legislação foi viabilizado 50% (cinquenta por cento) das vagas nas IFES como cotas para alunos de escolas públicas, com renda de um salário mínimo e meio, além de levar em conta ainda critérios de cor ou raça, de acordo com os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Outra estratégia também utilizada foi a

expansão do setor privado educacional, consubstanciada pela lógica de que a educação deveria ser regida por interesses essencialmente privados. Dessa forma, garantia-se a lucratividade do capital ao perceber o quão lucrativo seria essa fatia do mercado, deixando de lado as condições existentes e distintas entre o público e o privado. As IFES deveriam buscar recursos não estatais, ampliando o desmonte das políticas sociais, além de passar a afirmar que a privatização seria a melhor e única saída da crise vivenciada pelo país, reafirmando a subordinação do social à economia.

Novas demandas surgiram no que diz respeito à assistência estudantil. O repasse de verba mesmo que tenha se expandido, continuou insuficiente para atender as demandas históricas dos estudantes - como moradia, alimentação e transporte e as novas, como meio de garantir a sua permanência nas IFES. Essa realidade não permitiu que os estudantes pudessem ter o acesso e a permanência no ensino superior público garantidos de forma universal, já que a lógica predominante na educação é a do receituário neoliberal, tornando esse direito restrito aos que mais precisam. Ampliou-se o número de estudantes, mas não na mesma proporção da verba e do número de profissionais, que seriam necessários para desenvolver atividades relativas à assistência estudantil. Tal situação implica na não realização de um trabalho de qualidade e satisfatório no atendimento das demandas estudantis.

O Plano Nacional de Educação – PNE, através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, traçou metas e estratégias para o período entre os anos de 2014 e 2024 voltadas para a educação brasileira, visando garantir que esse processo de dominação e exploração se estendesse por todos esses anos. Entre tantas outras apontadas no PNE, destaca-se as seguintes estratégias que são referentes à assistência estudantil:

- 10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;
- 12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, 2014, p. 7-8).

Devido ao direcionamento neoliberal em relação às políticas sociais de educação (mercantilização e valorização da força de trabalho) e assistência social (expansão só que de forma compensatória e de validação da força de trabalho), as ações de assistência estudantil reafirmam o seu caráter fragmentado, focalizado, restritivo, seletivo e em níveis diferenciados de ação. O processo de seleção socioeconômica passa então a ser justificado, como o único meio de acesso à assistência estudantil oferecido pelas IFES brasileiras. Também configura um instrumento de controle e negação desse direito social de forma universal, como a materialização da desigualdade social ao legitimá-la, nas palavras de Pitarello (2013, p.313).

Essa situação se realiza como uma forma de escamotear o real problema causador de toda desigualdade social, ao assegurar a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, em prol da manutenção das condições necessárias para a exploração do trabalho, contínua e cada vez maior. A falta de recursos para o atendimento de toda demanda existente se coloca como o principal argumento para a realização desse tipo de atividade. Resulta assim, num problema social transmutado em um problema individual. A responsabilidade passa a ser do indivíduo por não se enquadrar nos moldes impostos das análises socioeconômicas. Muitos estudantes justificam o seu pedido por assistência estudantil pelo fato de sua família não possuir meios para mantê-los no ensino superior federal. Essa é uma clara consequência da precarização das condições de trabalho, que na atualidade se intensifica cada vez mais.

O profissional de Serviço Social é o principal executor dessas análises socioeconômicas nas IFES. Essa atividade passa a ser realizada de forma massiva, dificultando o desenvolvimento de outras ações também inerentes ao seu cargo. Essas e outras ações destinadas à assistência estudantil encontram dificuldades de se qualificarem. Mais adiante, será discutida essa atividade que envolve a análise socioeconômica por não ser uma atribuição privativa do assistente social e sim uma competência profissional. Acarreta, portanto, a falta de vínculos e conexões, entre a realidade profissional e da realidade vivida pelos estudantes que necessitam de assistência estudantil. A tentativa de conciliação de interesses antagônicos foi uma das principais características do desenvolvimento das políticas sociais, em especial a assistência estudantil.

Diante dessas proposições, das ações já existentes, das possibilidades e necessidades que surgem a cada momento, abaixo segue a lista com os temas relevantes que subsidiaram a ANDIFES na elaboração de seu planejamento estratégico. São também considerados desafios atuais, mesmo que já tenham sido apontados desde o ano de 2010 (FONAPRACE, 2012, p.71-73):

- 1- Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações de Assistência Estudantil nas IFES, por exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos;
- 2- Fortalecimento da Assistência Estudantil a partir da relevância das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários, com vistas à criação de pró-reitorias específicas em todas as IFES de forma uniforme no que concerne à estrutura administrativa;
- 3- Implantação e ampliação de Políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Incluir em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários e responder de forma efetiva ao alerta do **I Levantamento Nacional Sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas Entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras**, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP);
- 4- Fortalecimento da Política de Alimentação com construção de restaurantes universitários nos novos campi, nas novas IFES e nas IFES que não têm esse serviço, para garantir uma alimentação adequada nutricionalmente aos estudantes. Nesse sentido, o FONAPRACE encaminhou à ANDIFES, por deliberação da 47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, a necessidade de ações junto ao MEC e ao MPOG de reconsiderar cargos extintos na carreira do Serviço Público Federal, por exemplo, aqueles relacionados à produção e distribuição de alimentos;
- 5- Fortalecimento e ampliação da Política de moradia para atender a todos os estudantes que dela necessitam com garantia de construção de novas residências em todos os campi e IFES;
- 6- Fortalecimento e ampliação de Política de Transporte, considerando um plano de circulação sustentável em cada IFES;
- 7- Consolidação e implantação do Esporte Universitário, do Lazer e da Cultura integrados às ações de promoção de saúde. Encaminhou-se à ANDIFES o Relatório do I Encontro do Esporte Universitário, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por deliberação da 47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE;
- 8- Implantação de ações de assistência estudantil (principalmente moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico) unificadas nas IFES, para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional e implantação de ações de apoio aos estudantes para participarem de convênios no exterior;
- 9- Implantação de programas de assistência aos estudantes com deficiências e necessidades especiais e com habilidade de superdotação, integrado às ações de apoio pedagógico, considerando as especificidades de cada IFES;
- 10- Implantação e fortalecimento de Política de atendimento às demandas dos estudantes no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos, criando, organizando e estruturando creches.

Agora será apresentado como esses desafios estão sendo compreendidos e enfrentados nas IFES brasileiras. Essa análise partirá do decreto presidencial que orienta a assistência estudantil em todo o Brasil.

3.3.2 Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

O PNAES veio consolidar, qualificar e ampliar as ações de assistência estudantil existentes em todo o país, através do seu ordenamento jurídico. O programa tem como objetivo central, não só o acesso do estudante ao ensino superior público, mas também a todos os meios necessários para garantir sua permanência na universidade. Esse programa, assim com as demais políticas sociais, traz consigo a contradição presente na sociedade capitalista, ao proporcionar a validação da força de trabalho em seu processo de formação e qualificação, para que a sua valorização se torne real. Ao mesmo passo em que busca criar as condições necessárias para a realização desse processo, também atende algumas demandas colocadas pelos estudantes como essenciais para a sua permanência e conclusão dos estudos.

Esse processo só se tornou realidade no ano de 2007, após a elaboração de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado pelo FONAPRACE e aprovado pela ANDIFES. Foram definidos conceitos, princípios, objetivos, diretrizes, áreas estratégicas, etc. que passaram a normatizar as ações de assistência estudantil nas IFES. Só que agora de forma mais qualificada, numa tentativa de dar um maior suporte para garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso só se tornaria possível com a garantia de condições de sobrevivência ao estudante, mesmo que minimamente, para desfrutar as possibilidades de estudo oferecidas pelas IFES ao viabilizar a reprodução das relações sociais. Condições essas, destinadas não só à alimentação, moradia e transporte, mas à também outras que propiciam um melhor aproveitamento dos estudos, como o acesso à cultura, esporte, lazer, dentre outras.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para “poder fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 2007, p.32-33).

Tal normatização passou a ser o meio de assegurar ao menos essas mínimas condições de sobrevivência humana nas universidades federais, através da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o PNAES e que foi publicada da seguinte forma:

PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, na forma desta Portaria.

Art. 2º O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior.

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - assistência à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche; e
- IX - apoio pedagógico

Art. 3º As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente.

§ 1º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

§ 2º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do caput.

Art. 4º As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio.

Parágrafo único. As IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES com vistas a cumprimento do parágrafo 1º do art. 3º.

Art. 5º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira.

Art. 6º O PNAES será implementado a partir de 2008.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Essas ações foram ganhando força ao longo do tempo através de diversas lutas, por parte dos gestores, mas principalmente por parte dos estudantes das IFES brasileiras. Desde então, houve uma pressão para que essas orientações deixassem o âmbito do MEC e se tornassem uma legislação a nível nacional. Mesmo sem as garantias de uma lei, foi implementado o Decreto presidencial de nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre esse mesmo programa, reorientando e expandindo as práticas de assistência estudantil existentes até então.

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Apesar de já existirem ações relacionadas à assistência estudantil em várias IFES, somente após essas duas normatizações é que houve uma orientação para a sua execução em todo o país, respeitando as particularidades de cada IFES. O aumento da pressão pela criação de setores específicos que tratassem desse assunto nas universidades, como pró-reitorias e diretorias, também entraram na pauta da nova realidade vivenciada pela assistência estudantil no Brasil. Estratégia essa que possibilitou consolidar, qualificar e ampliar as ações já existentes, numa tentativa de evitar a retenção e a evasão do estudante no ensino superior público, de acordo com suas diretrizes.

Esse foi um direito conquistado a duras penas pelos estudantes. Mesmo que seja realizado, na margem possibilitada pela reprodução do capital, precisa ser ampliada a todo estudante de forma universal. Somente assim, é que haveria um real avanço dentro dessa

ordem estabelecida já que essas ações são financiadas pelos próprios trabalhadores e executadas diretamente pelo Estado, através de cada universidade.

Mediante tal realidade vivida pelos estudantes, medidas paralelas e conjuntas em nível nacional, como promoções de atividades de cultura, esporte, inclusão digital, cotas, transporte, creches, alimentação, moradia e assistência à saúde, entre outros, fazem parte do rol de estratégias presentes na normatização que orienta o PNAES. Essa é mais uma tentativa de melhorar as condições dos estudantes nas IFES, orientadas pelos objetivos do decreto exposto acima. Dessa forma, ficou orientada a execução do PNAES em todo o território brasileiro, respeitando as particularidades de cada IFES, visando não só a permanência na universidade do “estudante pobre”, mas também de ter as condições necessárias para participar das atividades fins da universidade, que são o ensino, a pesquisa e a extensão.

Essas ações de assistência estudantil executadas pelas IFES devem considerar as especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente de cada universidade federal, visando viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, de acordo com o parágrafo único do decreto do PNAES.

Com a incorporação de traços assistenciais, o PNAES apoiou-se na compreensão de que medidas de transferência de renda direta não seriam suficientes para assegurar as condições necessárias aos “estudantes pobres” de estudarem. Dessa forma, dois grandes problemas se colocam: o acesso e a natureza das ações desenvolvidas. A questão do acesso se coloca na primeira ordem, por ser central nas atividades desenvolvidas atualmente, de acordo com a hipótese que será verificada na pesquisa. A análise socioeconômica é o meio principal que permite esse acesso, justificado pela escassez dos recursos financeiros destinados a essas ações.

Já a natureza das ações desenvolvidas deve ser dividida em duas formas para análise: a primeira, as que só são possíveis de serem realizadas mediante seu financiamento – como alimentação, transporte, moradia, dentre outras. A segunda, as ações que são possíveis de serem realizadas sem o aporte financeiro, como encaminhamentos à saúde pública, grupos de discussões diversas, acompanhamento dos estudantes em suas variáveis necessidades, dentre outras ações. Essa segunda linha de ações deixa de ser realizada, ou é realizada de forma muito precária, por conta do restrito número de profissionais destinados a desenvolverem a assistência estudantil no âmbito institucional. Nesse caso, destaca-se o trabalho realizado por assistentes sociais de forma extremamente precária e pontual.

Esses argumentos complementaram a luta do FONAPRACE que já havia sido travada pela consolidação do PNAES e por sua transformação em uma política de estado e não de governo, através da sua transformação em legislação a nível nacional devido ao seu relevante papel no espaço educacional brasileiro²³. A necessidade da construção de uma matriz orçamentária para distribuição clara dos recursos em todas as universidades do Brasil se torna imprescindível para o desenvolvimento do programa.

O PNAES é ao mesmo tempo uma conquista e um desafio. Ele ainda se encontra em construção, mesmo após alguns anos de existência em universidades federais no Brasil. E, é justamente nesse contexto que o trabalho do assistente social se realiza e se torna cada vez mais necessário.

O aumento expressivo de estudantes que necessitam de assistência estudantil, o fato desse programa não ser universal e sim muito restritivo, coadunado com isso, o número restrito de profissionais nos quadros técnicos das IFES, são fatores que condicionam e limitam o trabalho dos assistentes sociais. Esses profissionais centram-se na análise socioeconômica para que os estudantes tenham acesso aos benefícios oferecidos, deixando de lado as inúmeras atividades que poderiam ser desenvolvidas como ações de assistência estudantil. Esse processo contínuo de ações deve promover as condições necessárias, para que os estudantes tenham não só o acesso ao ensino superior, mas a todas as condições necessárias para sua permanência nesse espaço de difusão de conhecimento e saber que valida a força de trabalho que se encontra em formação.

A estratégia de ação profissional diante de tal realidade não deve se desvincular dos condicionantes da educação e dos que produzem e reproduzem as relações sociais. Ou seja, das condições reais que perpassam a existência humana, buscando compreender todo esse processo histórico na sua totalidade, de forma crítica e intervindo assim, de forma mais qualificada na realidade social.

Nessa direção, sabe-se que as orientações ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas aliadas às legislações específicas da profissão, são ferramentas fundamentais para a realização de um trabalho qualificado. Esse deve ser desenvolvido no PNAES por assistentes sociais, de acordo com o compromisso social assumido pela categoria na busca pela universalização de todos os direitos, inclusive de assistência estudantil.

²³ A luta por uma política de Estado e não de governo, é pelo fato que em 2007 o documento que regia a Assistência Estudantil no Brasil era uma Portaria Ministerial. E, em 2010, depois de muita luta, conseguimos que o então presidente da república no momento, baixasse um decreto assegurando a Assistência Estudantil como política de Estado, o que dificultaria retrocessos.

Não há dúvida de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.189-190).

Desse modo, ao conhecer um pouco mais sobre o desenvolvimento da assistência estudantil no Brasil até na sua forma mais recente, o PNAES, agora se faz necessário avançar na análise. No próximo capítulo, esse trabalho se propõe a apresentar e buscar compreender, como esses determinantes incidem diretamente nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, especificadamente na assistência estudantil.

CAPÍTULO IV- O DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NO PNAES

O presente capítulo propõe apreender e analisar a intervenção do assistente social na assistência estudantil. As contradições inerentes a esse espaço socio-ocupacional, constitutivas e constituintes desse processo, serão também abordadas de forma dialética para conhecer a realidade dessa intervenção profissional em suas particularidades.

Ao utilizar esse método o objetivo é compreender - pela ótica do assistente social que participa desse processo, como a dinâmica da sociedade burguesa incide diretamente no desenvolvimento da assistência estudantil e conseqüentemente na intervenção desse profissional. A busca efetiva pelo conhecimento é aquela que mais se aproxima da realidade, perpassando pela relação entre o sujeito e objeto, tendo a realidade como o elemento central do conhecimento a partir de uma abordagem ontológica, materialista e histórica, já que a realidade é composta e também sofre interferências do próprio sujeito. Como o conhecimento não deve ter uma finalidade em si mesmo, deve então vincular-se à busca pela liberdade ligada à categoria de emancipação humana que não possui relação fundada na exploração.

A teoria marxista tendo por objetivo conhecer a realidade em sua totalidade e suas contradições, não faz a separação entre a teoria, enquanto momento final de construção da realidade através da reprodução mental e seu método, enquanto procedimento mental que dá acesso ao real. Não desenvolve uma “metodologia” única com etapas e procedimentos pré-definidos. Método e teoria são distintos, mas só existem em unidade.

O ponto de vista adotado para a compreensão das contradições efetivas do real e das condições que incidem diretamente na intervenção do assistente social na assistência estudantil, deve ser o ponto da classe revolucionária que busca conquistar a liberdade. Marx (2013) coloca a necessidade de se conhecer a fundo a sociedade, explorando suas categorias e determinações já que são produtos históricos e não simplesmente produtos do momento. A compreensão de todo esse movimento deve ser realizada com vistas da totalidade – que é um todo estruturado racionalmente, a partir de uma lógica que pode ser reproduzida mentalmente por ser a determinação central no método e que também é o momento da contradição, segundo Garaudy (1967).

Outro elemento constitutivo do método são as categorias que Marx não define, mas apresenta como uma questão metodológica. Segundo Dussel (2012), o tema central do método crítico-dialético são as categorias que reconstituem a realidade numa ordem abstrata, que surgem a partir da realidade que é a totalidade concreta, com suas múltiplas determina

O real [...] é o ponto de partida da abstração. No real, as determinações são momentos da sua existência, formas de ser da própria sociedade. Enquanto abstratas, são já fruto de um ato analítico de separação metodológica. As determinações abstratas, enquanto definidas, são “conceitos” e, enquanto “instrumentos” ou “mediações” *interpretativas*, são categorias. A ordem em que estas guardam entre si é a própria ordem real que guardam as determinações como momento da realidade da sociedade burguesa concreta [...]. Mas, e isto é essencial, não se pode confundir a estrutura da sociedade burguesa com a “ordem natural” da economia, válida para todas as épocas – este é o fetichismo em que operam os economistas burgueses (DUSSEL, 2012, p.57).

Como forma de aproximar a pesquisa com o objeto proposto nesse estudo, alguns passos foram adotados para a realização da sua análise. Após definir e percorrer todo o arcabouço histórico e teórico nos capítulos anteriores, agora é o momento de continuar as sucessivas aproximações com o real. Para tanto, foi identificada a necessidade de se conhecer a intervenção do assistente social na assistência estudantil, já que essa é uma atividade presente nas universidades federais do Brasil há certo tempo e que nos últimos anos ganhou um impulso maior, ocasionando a sua expansão através da viabilização do REUNI, que tinha como uma de suas propostas a consolidação e expansão da assistência estudantil.

O primeiro recorte da pesquisa foi necessário porque o PNAES é executado em instituições federais, entre elas as universidades federais que possuem graduação presencial, já que o financiamento das suas ações é a nível federal.

Dessa forma, foram escolhidas cinco universidades federais mineiras para participarem da pesquisa proposta para esse estudo. É no estado de Minas Gerais que se encontra o maior número de universidades federais, num total de onze. Outros motivos inclusive de cunho mais pessoal, também determinaram a escolha dessas universidades. Entre eles, o fato de que é nesse estado que o presente mestrado é realizado. E, senão o mais importante e determinante, o fato de que o trabalho desenvolvido pela autora e parte integrante dessa pesquisa ser assistente social vinculada à assistência estudantil em uma universidade federal mineira, a Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG.

Como forma de apreender as diversas realidades e as possíveis variações na intervenção profissional, optou-se por escolher cinco universidades em diferentes regiões estratégicas do estado que estariam em cidades polos. O tempo de existência dessas universidades também fez parte dessa escolha, como estratégia para buscar mais elementos pertinentes à execução da assistência estudantil ao longo dos anos.

As universidades definidas foram a Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG, por contemplar a região sul do estado e ser o espaço de intervenção da autora dessa pesquisa; Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, por estar na zona da mata mineira e por ser o

local do desenvolvimento do mestrado; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, por estar na região central, ser uma das maiores universidades do país e executar a assistência estudantil de forma peculiar através de uma fundação; Universidade Federal de Uberlândia – UFU, por estar no triângulo mineiro e executar a assistência estudantil através de uma pró-reitoria de extensão, e por fim, a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, por estar na região mais ao norte do estado e por ser uma universidade recém-criada. As diferentes formas de estruturação da assistência estudantil nessas universidades federais serão apresentadas ainda nesse capítulo.

Após a definição das universidades pesquisadas, o próximo passo foi produzir um questionário semi-estruturado, que se encontra no apêndice desse trabalho, destinado aos assistentes sociais que trabalham com assistência estudantil nesse espaço socio-ocupacional. A princípio, a proposta seria de que seria feita essa pesquisa na forma presencial. Mas após as mudanças na política de educação, em que cortes foram realizados no orçamento, incidindo até mesmo no pagamento de bolsas que subsidiariam esse processo, optou-se por enviar esse material via e-mail após contato telefônico. Os profissionais prontamente manifestaram a sua vontade de colaborar com essa pesquisa. Dessa forma, assumiram o compromisso de responder via e-mail o questionário, além de se colocarem à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que pudessem surgir. E assim foi feito. Essa forma de aplicação da pesquisa teve prejuízos mínimos, visto que os profissionais envolvidos esclareceram todas as dúvidas que surgiram, tanto por e-mail quanto por telefone.

Nesse questionário enviado aos assistentes sociais, estiveram presentes questões relativas ao perfil profissional, inserção institucional, inserção do Serviço Social na assistência estudantil, avaliação/compreensão do assistente social acerca do seu trabalho na assistência estudantil e assistência estudantil na universidade em si, que será visto a partir de agora.

4.1 Inserção do assistente social na assistência estudantil e suas condições de trabalho

As condições empíricas da política social de educação que se realiza nas IFES será o foco a partir de agora. Tais condições também se expressam como condições de trabalho do assistente social na assistência estudantil e se efetivam em suas particularidades, por isso é necessário debruçar sobre essa realidade para apreendê-las.

Para tanto, uma primeira aproximação com o real será realizada. E no caso desse estudo, a aproximação será com a realidade vivida pelos assistentes sociais na assistência estudantil através da sua inserção e intervenção nas IFES.

Esse primeiro movimento será com a apresentação do perfil desse profissional. Como forma assegurar o sigilo proposto aos participantes dessa pesquisa, denomina-se a partir de agora as universidades federais participantes e seus respectivos assistentes sociais através das letras “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

Quadro 2- Perfil dos assistentes sociais.

PERFIL					
	A	B	C	D	E
Idade	29	37	34	59	30
Ano de conclusão da graduação	2009	2002	2009	1978	2007
Faculdade/universidade pública ou privada	Pública	Particular	Particular	Particular	Pública
Formação presencial ou à distância	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Pós-graduação	Especialista e mestrando (a)	Especialista e mestre	Especialista	Especialista	Especialista e mestrando (a)
Início da assistência estudantil na universidade	1970	2007	1929	1976	1995
Início dos trabalhos na assistência estudantil	2013	2012	2010	2000	2008

Fonte: Dados obtidos pela autora (2015).

Como se pode constatar, os profissionais possuem perfil jovem, com idade em torno dos 30 e poucos anos. A formação acadêmica é caracterizada por ser recente, em um período de expansão das universidades em todo o país, abrangendo tanto o ensino público como o privado dos cursos de Serviço Social. Dois profissionais são formados em faculdade/universidade públicas e três em particulares. Essa situação retrata também o número ainda restrito de universidades federais em relação ao número de universidades particulares, inclusive das instituições que oferecem formação em Serviço Social. Segundo os últimos dados divulgados do Censo da Educação Superior do ano de 2013, realizado pelo INEP, a “rede privada de ensino superior concentra 4.374.431 matrículas presenciais, ou seja,

71% do total. Os outros 1.777.974 estudantes estão em instituições públicas” (RODRIGUES; MOREN, 2014, p.3). É justamente nesse quadro que os assistentes sociais se formam e se qualificam.

Assim como qualquer outro trabalhador, os assistentes sociais também participam do processo de validação e de valorização da força de trabalho, tanto na sua própria formação como na formação de diversos outros profissionais. É a partir dessa última condição que o assistente social passa a ser requerido e a fazer parte da assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. Tornam-se dessa forma, profissionais mediadores de interesses distintos. Nesse espaço de trabalho, objetivam assegurar as condições necessárias para expansão do capital, só que nesse caso específico, através da validação da força de trabalho que se encontra em processo de formação.

Todos os profissionais que participaram dessa pesquisa tiveram sua formação na forma presencial. Mesmo que seja um número restrito, essa amostra não expressa à realidade da educação no Brasil, inclusive de assistentes sociais que tem na educação à distância e privada, um meio de formação profissional bastante significativo nos dias atuais.

Um terço desse crescimento de 3,3 milhões de matrículas no ensino superior entre 2003 e 2013 foi registrado nos cursos de educação à distância, majoritariamente na rede privada. O número saltou de 49.911 em 2003 para 1.153.572 em 2013. Deste total, quase 1 milhão, ou 86,6%, está matriculado em instituições particulares (RODRIGUES; MOREN, 2014, p.3).

Outro ponto que merece destaque é a qualificação dos assistentes sociais. Todos os pesquisados possuem no mínimo uma especialização. Dois estão em processo de formação a nível de mestrado e um profissional já possui o título de mestre. Essa situação corrobora com a necessidade de constante qualificação profissional que o mercado de trabalho exige e também com a expansão da pós-graduação no Brasil, assim como a expansão da graduação já apontada anteriormente. O plano de carreira ofertado aos profissionais técnicos-administrativos em educação é outro condicionante dessa qualificação, pois incorpora ao salário porcentagens significativas a cada título conquistado, de acordo com a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 (30% para especialistas, 52% para mestres e 75% para doutores, quando possuem formações nesses graus de forma correlata com a sua carreira na universidade e cargos de nível superior).

Há também a exigência de profissionais qualificados que se coloca pela necessidade de lidar com as transformações constantes das manifestações da questão social, advindas dos desdobramentos da sociedade contemporânea. O assistente social é a peça fundamental para

mediar esse processo, ao possibilitar a execução da assistência estudantil e atender mesmo que pontualmente, as demandas postas pelos estudantes universitários.

Cada vez mais esse profissional ganha espaço e legitimidade por essas capacitações que resultam em respostas mais qualificadas, através da criação de mecanismos que possibilitam uma intervenção mais comprometida com a realidade dos estudantes.

Por mais que ações de assistência estudantil já venham sendo realizadas há muitos anos pelas IFES, como pode ser constatado no quadro acima, somente com a implantação do PNAES é que há uma significativa expansão dessas ações. Tal ordenamento jurídico passou a orientar essas ações e determinar que o Estado se responsabilizasse pelo seu financiamento.

Dessa forma, pode-se afirmar que a entrada de assistentes sociais especificadamente na assistência estudantil, só veio se expandir depois do ano de 2007, em que foi publicada a Portaria Normativa que instituiu o programa. Essa foi uma das estratégias da política social de educação através do REUNI e uma resposta, mesmo que limitada, aos constantes pedidos de melhores condições de permanência nas universidades por parte dos estudantes. Medidas essas que só foram realizadas após a pressão exercida pelos trabalhadores vinculados e comprometidos com a assistência estudantil e principalmente pelos estudantes que não possuem condições adequadas de permanência nesse espaço de formação profissional.

Essas demandas são apresentadas cada vez mais de forma incisiva pelo movimento estudantil, através de documentos e principalmente de mobilização realizada entre os próprios estudantes de forma presencial e através das redes sociais. Em uma das universidades pesquisadas nesse ano de 2015, houve uma ocupação da reitoria que tinha como principal pauta a reestruturação da assistência estudantil na universidade.

As reivindicações eram em torno da restrição orçamentária que a assistência estudantil estava passando, além das condições de execução da mesma que incide diretamente no trabalho de todos os profissionais envolvidos, inclusive dos assistentes sociais. Condição essa que causa atraso no atendimento das demandas desses alunos, devido ao número restrito de profissionais e o curto prazo em que são esperados os benefícios. A luta pela expansão do atendimento e o cumprimento da lei, mudanças na burocratização da assistência estudantil na universidade, além da histórica luta por moradia estudantil também fizeram parte das reivindicações desse movimento e com certeza também é de outras várias universidades federais do país (MANIFESTO..., 2015).

Para avançar nessa compreensão da realidade é necessário buscar compreender como a inserção institucional do assistente social se realiza na universidade, mais especificadamente

na assistência estudantil. Conhecer seu espaço físico, a equipe e a forma de organização dos serviços é imprescindível nesse processo.

Quadro 3- Alocação da assistência estudantil na universidade.

Alocação da assistência estudantil na universidade				
A	B	C	D	E
Pró-reitoria específica, criada recentemente e em processo de estruturação	Pró-reitoria específica, com diretorias em processo de estruturação	Pró-reitoria específica para deliberações. A execução fica a cargo de uma fundação	Pró-reitoria de extensão, e diretorias, inclusive de assistência estudantil	Pró-reitoria específica, com diretorias em processo de estruturação

Fonte: Dados obtidos pela autora (2015).

A estruturação da assistência estudantil nas IFES incide diretamente na execução dos serviços oferecidos aos estudantes. O reconhecimento da importância desse espaço nos últimos anos impulsionou também a criação de espaços específicos voltados para a assistência estudantil nas universidades. Essa conquista e outras que serão apontadas a seguir só se tornaram realidade por conta da pressão exercida pelos estudantes. Diante da luta histórica por melhores condições de acesso e de permanência nas universidades, somente no final dos anos 2000 é que esse serviço se estruturou em maior número nas IFES.

Essa não é a única condição para que um trabalho qualificado e comprometido com as reais condições de permanência seja realizado com os estudantes. O montante orçamentário destinado especificadamente à assistência estudantil é imprescindível para assegurar a realização de diversas ações.

Quadro 4- Evolução do PNAES.

Evolução do PNAES					
Ano	Total do recurso	% crescimento	% total	Número de ingressantes nas ifes	Número total de estudantes nas ifes
2011	R\$ 395.189.588,00	_____	126,48%	308.504	1.032.936
2012	R\$ 503.843.628,00	27,49%		334.212	1.087.413
2013	R\$ 603.787.226,00	19,84%		325.267	1.137.851
2014	R\$ 742.720.249,00	23,01%		_____	_____
2015	R\$ 895.026.718,00	20,51%		_____	_____

Fonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – FORPLAD (2015).

Como não há dados publicados referentes aos Censos do Ensino Superior dos anos de 2014 e 2015, serão considerados os dados referentes aos anos compreendidos entre 2011 e 2013.

Segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2013, entre os anos de 2003 a 2013, o total de matrículas aumentou 85,6%, passando de 3,9 milhões para 7,3 milhões. Essa expansão determinada pelo REUNI alterou significativamente o perfil dos estudantes, além de trazer à tona toda a demanda reprimida que historicamente se constituiu na assistência estudantil.

Com a utilização do ENEM/SISU pelas IFES, houve a possibilidade de ingresso de estudantes oriundos de diversos lugares do Brasil, seja através da política de cotas ou não, que também possibilitou o acesso ao ensino superior de pessoas que historicamente - por conta da sua cor, raça e condição financeira estavam alijadas.

O conhecimento por toda a equipe que executa a assistência estudantil do montante destinado a esse fim é de extrema importância para a realização das atividades, inclusive às relacionadas à intervenção profissional do Serviço Social. Na rubrica das IFES há um valor específico destinado ao desenvolvimento das ações de assistência estudantil que devem ser realizadas, baseadas nos direcionamentos do próprio PNAES. Esse conhecimento permite barganhar com a universidade e com o próprio MEC através das prestações de contas, se o montante está sendo suficiente ou não e se as ações propostas estão atendendo às demandas dos estudantes de cada IFES.

Esse tipo de documentação e de conhecimento é um importante instrumento de intervenção profissional. Precisa se tornar cada vez mais público, já que é financiado pela classe trabalhadora e destinado a essa mesma classe.

Outro ponto importante é o fato de que os estudantes das IFES não pertencem majoritariamente à classe dominante. Ao contrário, pertencem à classe trabalhadora que não são detentores dos meios de produção. Suas famílias, mesmo as de classe média, também pertencem a essa classe, pois em sua maioria são profissionais liberais, servidores públicos, assalariados de um modo em geral e profissionais autônomos. De acordo com a pesquisa do FONAPRACE (2011), 41% das famílias dos estudantes recebiam até o ano de 2010 uma média de três salários mínimos. Esse índice aumenta nas regiões Nordeste e Norte e diminui nas regiões Sudeste, Sul e Centro.

Os estudantes vinculados à classe média alta e à classe dominante estão também nas universidades públicas, mas em menores números, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 5- Classes econômicas dos estudantes das Universidades Federais nos anos de 2003/4 e 2010

Classes econômicas dos estudantes das Universidades Federais nos anos de 2003/4 e 2010		
Classe econômica	Pesquisa 2003/4	Pesquisa 2010
A	15,6	15,3
B	41,5	41,1
C	30,9	33,6
D	11,1	9,6
E	0,8	0,5
C+D+E	42,8	43,7

Fonte: FONAPRACE (2011).

A partir dos dados coletados no ano de 1997 nessa mesma pesquisa do perfil dos estudantes, o FONAPRACE (1997) considerou como público-alvo da assistência estudantil, as categorias denominadas de C, D e E. Fizeram parte dessas categorias nas pesquisas dos anos de 2003/4 e 2010, 42,8% e 43,7% dos estudantes das IFES, respectivamente. No ano de 2010, o público-alvo se estendeu e englobou também a classe B2, somando um contingente de 67,16% dos estudantes que necessitavam de assistência estudantil.

Quadro 6 - Renda Familiar por Classes.

Renda Familiar por Classes		
Classe	Pontos	Renda média familiar (Valor Bruto em R\$)
		2009
A1	42 a 46	11.480,00
A2	35 a 41	8.295,00
B1	29 a 34	4.754,00
B2	23 a 28	2.656,00
C1	18 a 22	1.459,00
C2	14 a 17	962,00
D	8 a 13	680,00
E	0 a 7	415,00

Fonte: FONAPRACE (2011).

A classificação econômica utilizada nessa pesquisa se fundamentou na classificação da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa-ABEP. Também apresentou algumas modificações que foram necessárias para sistematizar melhor os dados dessa pesquisa, como a mudança na definição de divisão de mercado por classes econômicas. Foram considerados na definição de classes econômicas, portanto, os itens relacionados a bens, facilidades e serviços (televisor, banheiro, automóvel, empregada mensalista, máquina de lavar, geladeira, computador e acesso à internet), ao grau de instrução do chefe de família, classificação econômica e estimativa da

renda familiar por classes econômicas (analfabeto/ até 3ª série fundamental, até 4ª série fundamental, fundamental completo, médio completo, superior completo e pós-graduação) e faixas de pontuação estabelecidas pela ABEP para classificação econômica e estimativa da renda familiar por classes econômicas (FONAPRACE, 2011, p. 19).

Essas informações demonstram o “mito” existente, de que as universidades federais possuem, em sua maioria, estudantes ricos²⁴. Se por um lado esse foi um meio de democratizar o acesso às vagas, por outro o trânsito de estudantes coloca problemas para a sua permanência nas universidades. Essa problemática demanda uma maior oferta de financiamento para assegurar a permanência desses estudantes nas IFES. Essa situação corrobora com a ampliação de recursos em 126,48%, apresentada no quadro 4 e justifica a necessidade de mais recursos para a permanência também desses “novos” estudantes nas IFES, já que os recursos atuais não são suficientes para cobrir toda a demanda existente.

Essa situação decorre da não existência de ações sistemáticas e nem de financiamento direto dessas ações, assim como em diversas outras políticas sociais por não serem de cunho universal. Vive-se, portanto, a contradição de ampliação de vagas mediante a precarização das condições de realização do ensino superior público e de todo o trabalho envolvido nesse processo ao ampliar os investimentos, mas não na medida necessária.

Devido às várias formas de participação e de decisão decorrentes do desenvolvimento histórico, social e político das IFES, nem todos os assistentes sociais tem o acesso a esse tipo de dado e às decisões que devem ser tomadas com o dinheiro público. O processo de discussão e de decisão de como deve ser planejado e gasto o orçamento da assistência estudantil, exige cada dia mais, maior transparência e decisões conjuntas com as partes das universidades – professores, técnicos-administrativos e estudantes, que vão além da condição administrativa. Em universidades que esse processo ainda não ocorre é necessária uma mobilização urgente, principalmente por parte dos estudantes, para que esse quadro seja revertido e enfim torne-se público de fato. Ao passo em que a assistência estudantil vai se institucionalizando nas IFES e perdendo seu caráter patrimonialista e patriarcal, torna-se necessário desenvolver mecanismos que consolidem esse processo, como despersonalizar as ações desenvolvidas e criar “regras”, que orientem o jogo burocrático na tomada de decisões. Essa pode ser uma estratégia não só de conhecimento da verba destinada à assistência

²⁴ Para maiores informações sobre a pesquisa, conferir <http://www.abep.org> e http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf.

estudantil, mas também de pressionamento pela expansão dos serviços oferecidos e do seu financiamento.

Conhecer as reais possibilidades de intervenção permite vislumbrar possibilidades que vão além das que já são determinadas em lei e com orçamento específico. Medidas essas que além de se tornarem possíveis, tornam-se extremamente necessárias ao se buscar uma intervenção mais qualificada e comprometida com a realidade dos estudantes.

Há diversas ações que historicamente são já são executadas pela assistência estudantil nas distintas universidades pesquisadas, através de recursos próprios e/ou de recursos específicos para essas ações, pelo governo federal, como vem ocorrendo desde 2007. A maioria das ações são aquelas que são ofertadas atreladas a algum tipo de financiamento, como auxílio moradia, transporte e alimentação, auxílio creche, auxílio à realização de atividades acadêmicas como a compra de material instrumental de aula prática como no caso da odontologia.

A participação em diversas atividades pedagógicas de estudantes que não possuam condições financeiras para tal é possibilitada pela assistência estudantil. Não só por conta do compromisso assumido com as condições de permanência na universidade, mas também como mecanismo utilizado para evitar a retenção e a evasão de estudantes nas IFES que possuam esse perfil. Trabalho de campo, curso de idiomas, eventos científicos, culturais e esportivos, até mesmo ações destinadas à promoção de acessibilidade em toda a universidade, principalmente no que diz respeito ao material especial, constituem as diversas atividades pedagógicas pertencentes à formação acadêmica dos estudantes. Vale destacar que essas ações e outras não são só determinadas pela legislação em vigor, mas também de acordo com a realidade de IFES e das demandas vindas dos estudantes.

Para além dessas atividades, a assistência estudantil deve promover o acesso à rede de atendimento público quando não são ofertadas pela própria universidade. O encaminhamento ao estado, município e em algumas vezes até mesmo ao setor privado, é o que possibilita um atendimento psicológico, médico, laboratorial, nutricional, social, pedagógico, entre outros, aos estudantes das IFES. Esses encaminhamentos são realizados a partir de demanda espontânea que chega principalmente ao Serviço Social nesse espaço socio-ocupacional.

Diante da gama de possibilidades existentes de intervenção profissional possibilitada pela própria legislação do PNAES e até mesmo por conta da diversidade de formação profissional que poderia compor a equipe responsável pela execução da assistência estudantil, como – pedagogos, psicólogos, nutricionistas, médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes

sociais, administradores e assistentes administrativos, as atividades desenvolvidas ficam restritas devido à pequena variedade e o número de profissionais envolvidos com essas ações. Vale ressaltar que nem toda universidade pesquisada conta a participação de todos esses profissionais. Diante de tal realidade, os assistentes sociais pesquisados apontaram a necessidade de se realizar um trabalho entre diversos profissionais para melhor atender as demandas dos estudantes.

Em decorrência de tal situação, outro ponto crucial no desenvolvimento da assistência estudantil, decorrente da expansão das IFES pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 7 - Perfil das Universidades Federais em relação ao número de profissionais na equipe, número de estudantes por IFES e número de estudantes atendidos pela assistência estudantil.

Perfil das universidades federais pesquisadas					
Nº de profissionais na equipe		Nº de estudantes por IFES	%	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	%
A	15	15.592	6,66	5.000	2,13
B	12	9.041	8,33	1.500	1,38
C	18	33.242	5,55	5.984	1,00
D	38	15.000	0,26	5.726	1,00
E	10	5.500	10	1.554	2,82

Fonte: Dados obtidos pela autora (2015).

Obs.: Alguns números apresentados são aproximados ao seu número real e de acordo com cada fonte pesquisada.

Alguns pontos desse quadro merecem destaque. A universidade que apresenta um número maior de profissionais na equipe ainda possui em seu quadro, servidores que ainda não atingiram os requisitos para a aposentadoria e que seus cargos já foram extintos pelo MPOG. É nessa universidade que a assistência estudantil é desenvolvida por outra pró-reitoria que não é específica para tratar dos interesses dos estudantes e que mesmo contando com um número maior de profissionais, o assistente social entrevistado fez a seguinte afirmação:

Nossa estrutura física, de pessoal e equipamentos passou por significativo aumento, mas não acompanhou a demanda e hoje sofremos com falta de pessoal e espaço físico para o desenvolvimento das ações necessárias na área de assistência estudantil. Além disso, temos algumas ações na área da assistência estudantil que ainda não conseguimos implementar, por exemplo, projetos na área de saúde.

Na universidade que possui 18 profissionais na equipe, o assistente social afirmou que esse número é suficiente para implementar as ações previstas pela Assistência Estudantil. Vale ressaltar que nessa universidade, todos os serviços prestados aos estudantes são

terceirizados, através do atendimento por profissionais contratados via Fundação, nas mais diversas áreas, abrangendo serviços oferecidos pelo Serviço Social, Medicina, Odontologia, Psicologia, dentre outros, o que impacta diretamente acerca da sua concepção de suficiência dos serviços prestados.

Visto que a instituição oferece bolsas para manutenção acadêmica dos estudantes, além de atendimento social, psicológico e clínico, contribuindo dessa forma para um bom desempenho acadêmico e proporcionando uma trajetória universitária com mais qualidade a fim de minimizar as dificuldades de permanência e conclusão da graduação.

Já a relação existente entre profissionais que compõem a equipe, ao maior número de estudantes nas IFES e ao maior número de estudantes atendidos pela assistência estudantil, considerando a proporção existente e comparada entre todas as universidades pesquisadas, podemos observar que esses dados ilustram bem a sobrecarga de trabalho. Essa situação pode estar relacionada não só ao aumento crescente de estudantes de forma diferenciada do crescimento de profissionais que seriam necessários para executarem um trabalho mais comprometido com os estudantes e até mesmo com a assistência estudantil.

A nossa equipe de trabalho conta com bons profissionais, mas em um número muito restrito em relação ao quantitativo necessário para desenvolver um trabalho que atenda as diversas necessidades dos estudantes, sejam eles necessitados ou não de ajuda financeira. É necessário avançar para além da distribuição de bolsas. Diversas ações são possíveis, desejadas e até mesmo propostas para serem realizadas, mas que não conseguem obter sucesso e até mesmo serem executadas devido ao pequeno número de integrantes da equipe, o que acaba dando foco às ações mais relacionadas à distribuição de bolsas.

Como o Serviço Social fica responsável pela maior parte do processo (da Assistência Estudantil), ficamos muito sobrecarregados. As demais profissões que fazem parte da assistência estudantil, como desenvolvem apenas ações bastante pontuais e administrativas, não ficam com sobrecarga.

A equipe atual não é suficiente para atender as demandas presentes e tão pouco para implementar as ações previstas pela assistência estudantil, principalmente a equipe de Serviço Social, a qual possui a maior demanda no setor. Devido ao quadro insuficiente, projetos e ações voltadas para a assistência estudantil, de acordo com o PNAES, ficam prejudicadas e restritas ao serviço de bolsas e auxílios, demanda que afeta todo o setor.

Na concepção desses profissionais, com a estruturação melhor e maior da equipe envolvida nesse tipo de trabalho haveria a possibilidade de executar outros tipos de intervenções profissionais. Há um incômodo muito grande a esses profissionais por gastarem boa parte de tempo de trabalho em atividades relacionadas à análise socioeconômica. Esse tempo poderia também servir para pensar e organizar o próprio trabalho a ser desenvolvido, além de buscar acompanhar mais qualitativamente a realidade dos estudantes.

Um dos fatores que mais condiciona o trabalho em equipe nessa situação é o número restrito de profissionais vinculados à assistência estudantil. Mesmo com a expansão dos cursos e conseqüentemente de alunos e de pessoal proposta pelo REUNI, esse número permanece insuficiente para quase todos assistentes sociais pesquisados. Os cargos ainda existentes no MPOG foram ofertados às universidades que ficaram responsáveis pela escolha dos profissionais que seriam necessários para o desenvolvimento das suas ações. As possibilidades de escolhas não estavam vinculadas a um quantitativo de profissionais, mas sim a um montante orçamentário disponibilizado especificadamente para esse fim.

Quadro 8 - Perfil das Universidades Federais em relação ao número de assistentes sociais na equipe, número de estudantes por IFES e número de estudantes atendidos pela assistência estudantil.

Perfil das universidades federais pesquisadas					
Número de assistentes sociais na equipe		Nº de estudantes por IFES	%	Nº de estudantes atendidos pela assistência estudantil	%
A	5	15.592	20	5.000	20
B	4	9.041	25	1.500	25
C	11	33.242	9,09	5.984	1,63
D	11	15.000	9,09	5.726	3,47
E	3	5.500	33,33	1.554	9,41

Fonte: dados obtidos pela autora (2015).

Obs.: Alguns números apresentados são aproximados ao seu número real e de acordo com cada fonte pesquisada.

Com a apresentação do número geral de estudantes nas IFES e do número de estudantes atendidos pela assistência estudantil, em relação ao número de assistentes sociais envolvidos nessas ações, precisa-se recordar, que nem todos os estudantes solicitam benefícios assistenciais. E, nem todos que solicitam, passam a ser atendidos, por diversas razões, que vão desde a constatação da não necessidade de atendimento à falta de recursos orçamentários, para o atendimento dos estudantes.

Essa situação retrata fielmente o desenvolvimento atual da sociedade burguesa, determinado pelo neoliberalismo, em que o atendimento das ações assistenciais é destinado a um público muito específico, aos mais pobres dos pobres. Dessa forma, as ações mostram-se cada vez mais pontuais, seletivas e restritivas.

A precarização dessa relação de trabalho, instituída nesse espaço de trabalho é presente, também entre os assistentes sociais. Esses profissionais, ao mesmo passo em que atuam na realidade, também passam pelas mesmas condições de exploração, em que os demais trabalhadores são submetidos, estabelecida pelo próprio capital. No caso das IFES,

fica a constatação da superexploração do trabalho do assistente social e da limitação de desenvolver outras atividades que são almejadas por esses profissionais e que ficam impossibilitadas por conta do próprio trabalho já desenvolvido.

Há uma peculiaridade em relação a essa realidade. Há também assistentes sociais que trabalham de forma contratada e que executam a seleção socioeconômica, o acompanhamento dos estudantes na assistência estudantil e o atendimento de demandas espontâneas. Para ilustrar essa situação, um dos assistentes sociais que participou dessa pesquisa, fez a seguinte afirmação:

[...] se pensássemos em ações além das pontuais tanto para o Serviço Social como para os outros profissionais, no sentido de buscar um acolhimento maior destes alunos, principalmente os vulneráveis, no sentido de desenvolver atividades que contribuiriam para sua formação, a saber: palestras, oficinas, acompanhamento mais intenso (processo de escuta, acolhimento, dentre outros), identificação das necessidades e dificuldades destes alunos, pesquisa, etc, e que envolveriam todos os profissionais, aí sim eu digo que deveriam ter mais servidores. Mas infelizmente, não é a preocupação da gestão atual.

Essa análise do assistente social decorre da realidade vivida por ele e por diversos outros assistentes sociais que atuam nas IFES. Por conta da restrição orçamentária, focalização de atividades que necessitam de financiamento e até mesmo na ausência de profissionais distintos é que há uma sobrecarga na intervenção realizada especificadamente por esses profissionais. Quanto aos demais, por desenvolverem ações mais pontuais e restritas é que essa sobrecarga não se realiza.

Essa sobrecarga se intensifica ainda mais quando há o atendimento de outras demandas vindas da universidade, como de recursos humanos, saúde, etc. Em algumas universidades em que o número de profissionais no quadro em geral é maior, não há tanto essa sobrecarga. Já em outras em que o número é mais restrito, a sobrecarga se realiza através de demandas por análises socioeconômicas para efetivação da matrícula – que muitas das vezes, caberia à graduação resolver isso, de análise para isenção de concurso público e acompanhamento de servidores, que deveria estar vinculada à gestão de pessoas. Mas diante dessa situação, os profissionais de Serviço Social estão conseguindo se posicionar e negar a realização de algumas dessas atividades, já que as ligadas à assistência estudantil são em grande número, o que requer tempo e dedicação para a sua realização.

A carga horária é outro fator que incide diretamente nessa sobrecarga. Os profissionais celetistas fazem 30 horas semanais, já os estatutários que compõem o quadro de servidores possuem realidades distintas. Os que fazem 30h semanais conquistaram esse

direito ou por acordo geral na universidade ou por medida judicial. Mas ultimamente alguns profissionais estão perdendo esse direito.

Outros assistentes sociais fazem 40 horas semanais assim como os demais servidores das IFES. Essa questão precisa ser mais trabalhada entre esses profissionais e o seu conselho representativo – CFESS e CRESS's, para que o direito à redução da jornada de trabalho sem redução de salário seja algo real no cotidiano profissional, de acordo a legislação em vigor.

Em duas IFES, a contratação de assistente social se dá de forma peculiar. Numa a contratação é feita por tempo determinado para auxiliar especificadamente os profissionais estatutários na atividade de análise socioeconômica. Já em outra, todos os assistentes sociais envolvidos com a assistência estudantil são contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, somente para a sua execução dessas ações.

Essas questões, além de trazer diversos prejuízos para a categoria profissional ao impossibilitar a realização de um trabalho mais qualificado e comprometido, também dificultam tanto a sistematização quanto a produção científica vinculada ao seu espaço de trabalho. A única forma de se realizar essa produção para os assistentes sociais pesquisados foi na sua formação a nível de pós-graduação.

Considerando as ações desenvolvidas na Assistência Estudantil e as atividades decorrentes que são necessárias de serem realizadas, como a análise socioeconômica - para se ter acesso aos benefícios, como seria possível, diante dessa realidade, realizar um trabalho mais qualificado e comprometido com as reais necessidades dos estudantes pelos assistentes sociais? Como seria possível desenvolver um vínculo com esses estudantes, se a proporção de profissionais é acima de 1 para 300? E como esses profissionais podem ter qualidade de vida, se precisam dar conta de todo esse fluxo de trabalho em 40 horas semanais?

A sobrecarga de atividade é um dos principais determinante da condição de trabalho que incide diretamente nas ações que são desenvolvidas pelos assistentes sociais na assistência estudantil, que será apresentado também no próximo capítulo.

4.2 Atividades desenvolvidas pelo assistente social

As possibilidades de ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais na assistência estudantil são diversas e estão dadas na realidade. Mas diante da conjuntura atual em que a sobrecarga de trabalho se torna uma constante na vida desses profissionais, essa realidade diverge das possibilidades existentes.

De acordo com os profissionais participantes dessa pesquisa, as atividades executadas por eles em seus espaços socio-ocupacionais são as seguintes:

- Análise socioeconômica;
- Planejamento, execução e avaliação de editais e auxílios;
- Atendimento individual de alunos;
- Entrevista;
- Visita domiciliar,
- Encaminhamentos à rede socio-assistencial.

Essas atividades reafirmam o direcionamento atual da assistência estudantil, que se realiza através do PNAES, com a focalização da política social. A intervenção profissional encontra-se restrita à execução de ações que possibilitam ou não o acesso dos estudantes à assistência estudantil. Essa situação aumenta ainda mais a sobrecarga que é imposta a esse profissional, nesse espaço socio-ocupacional.

Diante do contexto que envolve estrutura física e de pessoal, o Serviço Social atua no atendimento de demandas individuais; no planejamento, execução e avaliação de editais de bolsas e auxílios, e principalmente na análise socioeconômica, trabalho que absorve a atuação profissional.

Restringe-se à avaliação socioeconômica: atendimento aos alunos por meio de plantão, esclarecimentos quanto às bolsas, auxílios, documentações solicitadas para fins de requerimento da bolsa e auxílios.

Entre o desejo e a realidade há um abismo imenso a ser superado. Por conta do número restrito de profissionais na equipe, há um acúmulo de tarefas para esses poucos profissionais resolverem, entre eles o assistente social. No caso da minha universidade, como somos apenas três assistentes sociais, nossas atividades centram-se na análise socioeconômica, mas também fazemos atendimentos esporádicos de esclarecimentos e encaminhamentos ao serviço de saúde no município.

A atividade desenvolvida pelo assistente social em nossa universidade, restringe-se à análise socioeconômica e ao planejamento, execução e avaliação semestral do atendimento para liberação das bolsas da Assistência Estudantil.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na assistência estudantil se resumem na análise socioeconômica, entrevista, visita domiciliar e atendimento sócio-assistencial.

Como ilustração da sobrecarga e da restrição, será abordado a problemática acerca do acompanhamento desses alunos que passam a integrar a assistência estudantil. Eles não são acompanhados de forma sistemática e qualitativa, nem pelo Serviço Social e nem pelas demais profissões integrantes dessas ações, quando elas compõem o quadro de servidores. Apenas dois assistentes sociais afirmaram que fazem esse tipo de intervenção, de forma pontual - uma vez por semestre e por encaminhamento de outros profissionais, coordenadores

de cursos e demais setores da universidade. Nenhum outro tipo de ação é executada ou planejada para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes que solicitam assistência estudantil dentro das IFES até o momento. Mas esse é o desejo exposto de forma clara por três assistentes sociais pesquisados.

A intervenção do assistente social não é planejada na assistência estudantil em nenhuma das universidades pesquisadas, o que prejudica ainda mais a viabilização de um acompanhamento por parte do Serviço Social. A escuta qualificada seria uma das estratégias capazes e eficazes para colaborar com o processo formativo do estudante. Nesse processo, muitas vezes os estudantes esbarram em dificuldades/problemas que bastariam um “olhar” mais apurado para encaminhá-los para o atendimento de suas necessidades ou simplesmente ouvi-los em suas demandas. Esse tipo de ação, se tivesse um planejamento que respaldasse o Serviço Social, poderia ser desenvolvido mais facilmente nas universidades federais.

Não há um projeto específico desenvolvido para esse tipo de intervenção profissional. São realizadas ações isoladas e/ou pré-estabelecidas, a partir da construção cotidiana do próprio fazer profissional. Por conta da demanda excessiva de serviços, os assistentes sociais ficam esgotados, impossibilitando assim um momento para pensar e planejar a sua intervenção por um determinado período e a nível institucional.

O planejamento seria mais um instrumento de trabalho em que os assistentes sociais se apoiariam ao se depararem com a tensão provocada pelos próprios estudantes. Tensão legítima que incide diretamente na intervenção profissional, principalmente quando solicitam um atendimento mais rápido de suas demandas e se deparam com a realidade das IFES, que não tem em seu quadro de servidores um número adequado de profissionais destinados a realizarem todas as ações que envolvem assistência estudantil.

Os profissionais pesquisados fizeram alguns apontamentos e deixaram claro o desejo para que essa fosse mais uma realização profissional, a criação de um projeto de intervenção profissional, dentro da assistência estudantil. Esse seria um meio de orientar a intervenção e estabelecer limites e parâmetros para a sua atuação nesse espaço socio-ocupacional. Essa é uma demanda que também precisa ser construída coletivamente, tendo por base as ações já desenvolvidas ao longo do tempo e o compromisso assumido pela categoria profissional, através da sua Lei de Regulamentação e de seu Código de Ética.

No momento não existe um projeto escrito de intervenção específicos do Serviço Social, uma vez que as ações do assistente social ainda estão restritas aos programas de bolsas e auxílios, mais especificadamente, avaliações socioeconômicas. Os profissionais possuem propostas embrionárias para construção desse projeto.

Não possuímos nenhum projeto de intervenção profissional institucional. Devido a diversas circunstâncias - afastamentos, entrada na universidade a pouco tempo de outros assistentes sociais, desenvolvimento de análises socioeconômicas, etc., ainda não foi possível desenvolvê-lo. Mas há um desejo que esse projeto se torne realidade para orientar a intervenção profissional de todos os profissionais envolvidos na assistência estudantil, além de subsidiar cada um para que as ações não sejam desencontradas e que possam ter um respaldo na universidade.

Em uma das universidades pesquisadas não há o projeto e nem uma perspectiva de construção, já que o assistente social acredita que isso deve ser uma definição da gestão e não dos profissionais. Já as outras duas universidades pesquisadas, afirmam que há um projeto profissional na instituição em que trabalham, que nada mais é a descrição das atividades realizadas, pertinentes ao processo de seleção e concessão de bolsas e auxílios, e não uma sistematização por escrito não só das ações profissionais, mas o direcionamento delas como orientação ao Serviço Social para atuar na assistência estudantil.

As atividades que os assistentes sociais apontaram como desejo para expandir a sua intervenção profissional são as seguintes:

- Acolhimento dos estudantes;
- Conhecimento das necessidades e dificuldades dos estudantes;
- Atendimentos grupais;
- Atendimentos interdisciplinares;
- Acompanhamento e orientação sobre diversos temas e áreas distintas (saúde, assistência social, educação, mobilização social, articulação social, formação política e social);
- Tornar a assistência estudantil como um espaço efetivo de apoio e permanência dos estudantes no ensino superior;
- Discussões e planejamento da política de assistência estudantil;
- Executar diversas ações;
- Monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas;
- Desenvolvimento de pesquisa e projetos relacionados à assistência estudantil e sua avaliação, com outras universidades em âmbito nacional;
- Realização de palestras e oficinas;
- Olhar mais crítico e reflexivo;
- Produção científica acerca do trabalho realizado.

O grande incômodo presente entre os assistentes sociais pesquisados é o modo como vem sendo executada a sua intervenção, na assistência estudantil. Algumas ponderações corroboram com essa situação:

Penso que a assistência estudantil ainda tem muito que avançar nesta instituição e conseqüentemente o trabalho do assistente social deve acompanhar esse crescimento para desenvolver ações que realmente contemple o objetivo disposto no PNAES.

O profissional poderia desenvolver muitas outras atividades, como enfatizado anteriormente (e que não cabe somente ao serviço social, mas aos também aos demais profissionais): buscar um acolhimento maior destes alunos, principalmente os vulneráveis, no sentido de desenvolver atividades que contribuiriam para sua formação, a saber: palestras, oficinas, acompanhamento mais intenso (processo de escuta, acolhimento, dentre outros), identificação das necessidades e dificuldades destes alunos, pesquisa, etc.

A questão da falta de planejamento incide também diretamente na autonomia do profissional e na sua relação com o estudante, que necessita de assistência estudantil.

Quanto à autonomia, os assistentes sociais identificaram que ela se limita desde a ordem financeira, espaço físico e até a sua relação com a gestão da assistência estudantil. Esses “detalhes” pertinentes à intervenção profissional incidem diretamente no modo em que os estudantes reconhecem os assistentes sociais, como profissionais da assistência estudantil. A identificação profissional com a figura de um juiz, enquanto aquele que determina o atendimento ou não das necessidades dos estudantes, é a forma em que os assistentes sociais, são unânimes ao afirmarem que essa é apreensão dos estudantes quanto à sua intervenção na assistência estudantil.

É justamente no cotidiano diante de tais adversidades que as possibilidades de mudanças são encontradas e possibilitadas de serem materializadas, pelos próprios assistentes sociais nesse espaço de trabalho, através da sua intervenção profissional.

Acerca da compreensão profissional em relação às demandas dos estudantes por assistência estudantil, destaca-se o dizer de um dos profissionais pesquisados:

É uma demanda que vai além do que é ofertado hoje. Os alunos não querem só bolsa, auxílio, eles também nos procuram para discutir o rumo da assistência social que querem, eles necessitam de um acompanhamento mais sistemático. Muitos nos procuram para falar de suas necessidades pessoais, das dificuldades que passam em sua família, que não é só em âmbito financeiro, mas sim afetivo, social, conflitos familiares, etc. Por isso, que enfatizo que o Serviço Social é muito mais que apenas fazer avaliação socioeconômica, existem muitas outras atividades interessantes que podem ser desenvolvidas por este profissional, o que falta é uma organização maior.

Esse foi mais um dos questionamentos feitos aos assistentes sociais como estratégia de problematizar a sua intervenção profissional. Outro profissional destaca o não entendimento da assistência estudantil, enquanto um direito conquistado por parte dos

estudantes na tentativa de feiticizar essa situação, enquanto outros estudantes a reconhecem e lutam pela sua expansão e até mesmo pela sua universalização.

Muitos nos vêem como referência na assistência estudantil, posso dizer uma grande parte, mas como temos uma gestão fechada, isto é perceptível a alguns alunos: de que a decisão está na direção, pois alguns alunos procuram a direção e não o Serviço Social. E, como o discurso da direção é de que foi o Serviço Social que indeferiu (o pedido por assistência estudantil), os discentes acabam ficando com uma visão negativa. Neste sentido, a nossa tentativa foi de mudar esta imagem. Como o parecer do Serviço Social é na maioria das vezes favorável ao recebimento, já que lutamos por uma universalização dos direitos, o indeferimento acaba não sendo do Serviço Social e, sim da falta de recurso, que acaba limitando este direito. Na última divulgação nos posicionamos e, sugerimos que a divulgação fosse feita de outra forma. Quando houvesse o indeferimento, que colocasse: Indeferido, por falta de recurso financeiro. E assim foi acatado.

Situações como essa remetem à necessidade de se repensar o fazer profissional, a sua intervenção. Momentos reflexivos e avaliativos são necessários para que um trabalho com qualidade e comprometido socialmente seja realizado. Essa não foi apenas uma constatação da pesquisa, mas o desejo expresso pelos profissionais de Serviço Social.

Buscando estimular a realização desse processo, os assistentes sociais foram perguntados também sobre as mudanças possibilitadas com a implantação do PNAES em todo o Brasil. Mesmo com a recente inserção institucional na assistência estudantil dos profissionais pesquisados, alguns se sentiram provocados e fizeram algumas ponderações, entre as quais se destaca:

Eu não trabalhava com assistência estudantil antes. Mas, acredito que com sua criação houve mudanças significativas, quanto ao trato daqueles alunos que não possuíam condições de se manter em uma universidade, dando outro olhar, a esses discentes. Não adianta criar planos, programas, etc., se a verba e a estrutura não são suficientes para mantê-los. Hoje contamos com pouco recurso e, o que se vê é que muitos alunos que são considerados, aos olhos do Serviço Social, vulneráveis socioeconomicamente, não estão conseguindo o recurso. Hoje, conseguimos atender apenas alunos que possuem, a grosso modo, se pensando só no aspecto econômico, uma renda per capita de 320 reais no máximo. Quando eu passei a trabalhar na universidade, nós conseguíamos atender até 900 reais per capita, isso em 2012. Se passaram 3 anos e o corte foi brutal. O que se nota, é que os planos e programas são criados apenas para “inglês ver”, pois quem está na prática não possui condições mínimas de trabalhar e consegue enxergar que o recurso é mínimo. A assistência estudantil favoreceu muitos alunos de situação vulnerável, pois deram esperanças a eles de conseguirem realizar o sonho de ir para uma universidade, estudar, se formar e trabalhar. Isto fez com que muitos alunos migrassem para as cidades, que tivesse uma universidade e uma propaganda da existência de assistência estudantil. Ou seja, recursos para esses discentes socioeconomicamente vulneráveis. Neste sentido, eles migram, mas, nem todos conseguem auxílios. Acabam por se frustrarem e ir embora. Neste sentido, há uma inserção de muitos alunos na universidade, mas também uma evasão significativa.

Essa é a clara manifestação da desigualdade social, conseqüente do processo de expansão capitalista em que a apropriação privada da riqueza socialmente produzida é cada vez mais intensa.

CAPÍTULO V – A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para compreender os determinantes socio-históricos da intervenção do assistente social na assistência estudantil, esse capítulo se propõe a explorar a produção profissional relativa a esse espaço de trabalho e a apontar estratégias profissionais possíveis dentro da assistência estudantil. Ao apresentar os elementos que permeiam esse processo, buscar-se-á relacioná-los com a pesquisa empírica empreendida nesse trabalho, para assim desmistificar a relação existente entre as demandas destinadas ao Serviço Social e suas respostas profissionais.

Esse caminho a ser percorrido agora, objetiva levantar alguns elementos teóricos que ajudarão a compreender melhor a intervenção do assistente social na assistência estudantil. Para tanto, a discussão será fundamentada a partir de um levantamento bibliográfico da produção profissional, nos principais eventos da categoria. A chave de leitura desse processo será a relação existente entre as demandas socio-históricas e as repostas profissionais, do Serviço Social, nesse espaço de trabalho, dando um foco maior às demandas apresentadas pelos próprios estudantes e as tensões que são causadas diante dessa situação.

A partir de então, será problematizada a questão da análise socioeconômica na assistência estudantil, já que a centralidade é a hipótese apresentada nesse estudo. Sua centralidade ou não será abordada não só a partir desse material, mas também com dados obtidos através da pesquisa empírica e com os marcos legais que normatizam e orientam a intervenção profissional na atualidade, especificadamente na assistência estudantil.

Num segundo momento serão apresentados os horizontes de estratégias profissionais dos assistentes sociais, específico da assistência estudantil. Profissionais esses que se inserem na divisão socio-técnica do trabalho, para fazer a mediação de interesses divergentes entre as classes sociais nas universidades federais.

O desenvolvimento da análise da profissão e dos desafios que estão presentes no cotidiano do trabalho do assistente social, especificadamente na assistência estudantil, é o que ora se propõe. Além de refletir acerca da atuação profissional, em suas condições objetivas e subjetivas nesse meio permeado pelas contradições presentes nas relações sociais num momento de intensificação da exploração do trabalhado, inclusive do desenvolvido pelos assistentes sociais.

5.1 O Serviço Social na assistência estudantil através da produção profissional

Ao introduzir o debate acerca da intervenção profissional, busca-se fazer as mediações necessárias para compreender como a assistência estudantil vem se configurando, ao longo da história enquanto um espaço de trabalho do Serviço Social.

Para auxiliar nessa discussão, será apresentado o levantamento bibliográfico feito da produção profissional, a respeito dessa temática nas suas diversas formas como fontes dessas informações. Foi realizada uma busca, utilizando os termos “assistência estudantil” e “intervenção/trabalho do assistente social na assistência estudantil”, a partir do ano de 2010 quando foi sancionado, pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto que dispõe sobre o PNAES. Esse recorte se tornou necessário para diferenciar as ações que as universidades federais já desenvolviam antes desse decreto com as desenvolvidas posteriormente, como uma forma de não perder as peculiaridades do desenvolvimento dessas ações relacionadas à assistência estudantil.

Foram averiguados trabalhos apresentados nos maiores eventos da categoria como o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, trabalhos publicados nas revistas de maior circulação do Serviço Social, além de consulta ao Banco de Dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Com essa diversidade de fonte, esperava-se encontrar inúmeros trabalhos que discutissem o tema proposto, mas para surpresa, encontrou-se um número muito restrito de trabalhos.

Numa abordagem inicial, sistematizou-se esse quantitativo restrito de artigos publicados nos dois grandes eventos da categoria profissional, e posteriormente o seu conteúdo. Nas revistas especializadas da categoria não foi encontrado nenhum artigo específico e nem que seja relevante para essa discussão. Em relação às teses e dissertações pesquisadas, o quantitativo não difere muito dos artigos dos eventos. Por isso, foi feito um detalhamento e sistematização dessas e outras questões, apresentando cada trabalho criado, seus autores e o título de cada um. Mais adiante, o exercício será de relacionar o conteúdo encontrado com as demandas históricas do Serviço Social nesse espaço socio-ocupacional, e com a pesquisa empírica, buscando sempre apresentar as peculiaridades desse processo.

Quadro 9 - Número de artigos sobre intervenção do assistente social na assistência estudantil (2010-2015).

Fonte	Anais do ENPESS	Anais do CBAS	TOTAL
Número de artigos	18	26	44
Porcentagem %	40,90%	59,10%	100%

Fonte: Anais dos ENPESS's (2010;2012;2014) e CBAS's (2010; 2013).

Nos CBAS's realizados nos anos de 2010 e 2013 foram encontrados apenas 10 artigos que discutiram a temática proposta nesse estudo, sendo que apenas 1 tratava especificadamente de universidade particular. Já nos ENPESS's dos anos de 2010, 2012 e 2014 foram contabilizados 7 artigos, e como nos CBAS's, apenas 1 artigo remetia à universidade particular. Como esse número muito restrito, optou-se por expandir a pesquisa para a intervenção do assistente social também nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's que somaram mais 24 artigos no total. Outros 3 artigos considerados, fizeram essa mesma discussão sem mencionar qualquer instituição de ensino específica no país, totalizando 44 artigos analisados. Por esse motivo, o interesse por essa discussão ainda não é muito latente dentro do Serviço Social, e esse trabalho se propõe a contribuir para essa expansão.

Esses são os dois eventos que mais reúnem profissionais assistentes sociais de todo o Brasil, mas o CBAS se destaca por ser o maior evento de natureza político-científica, que tem como objetivo construir uma agenda das entidades nacionais da categoria através do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social - CFESS/CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO. Há uma peculiaridade por ser esse o evento voltado para a socialização de experiências profissionais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, inclusive na assistência estudantil.

Por esse ser um espaço de divulgação científica e técnica dos profissionais assistentes sociais, observou-se que a maioria dos textos optou por apresentar sistematizações, de um modo geral, acerca da política de educação no Brasil, política de assistência estudantil no Brasil e, em cada instituição de ensino. Os autores contextualizaram sua intervenção, suas condições objetivas de trabalho, as particularidades das atividades profissionais que executa diariamente. Essa foi uma tentativa de articulá-las ao Projeto Ético-Político Profissional e em alguns dos casos identificando desafios postos à profissão, resguardando as variações existentes entre eles.

Outro fato que merece ser mencionado é o aumento, mesmo que pequeno, da quantidade de textos referentes à temática proposta para esse estudo. No ano de 2010 foram aceitos apenas 8 (oito) artigos no CBAS. Já no ano de 2013 esse número saltou para 18 artigos, um número nada muito expressivo diante do tamanho do evento. Qual seria o motivo pelo baixo número de produção desse tema? Qual seria o motivo do aumento, mesmo que tímido, da produção? Poderia ser um reflexo do aumento de profissionais que passaram a trabalhar na assistência estudantil nos últimos anos? A grande expansão de investimentos em pessoal tanto nas universidades quanto nos institutos federais, em todo o território brasileiro, resultou em novas contratações de assistentes sociais via concurso público para trabalhar em diversas áreas, inclusive na assistência estudantil.

Os assistentes sociais pesquisados afirmaram que a sobrecarga de trabalho dificulta o processo de produção científica, além da sua recente inserção nesse espaço de trabalho. As poucas produções profissionais, sejam elas sistematizações e/ou artigos, foram realizadas para participação de congressos e como parte avaliativa de pós-graduação que esses profissionais participam. Nunca foi realizada nenhuma sistematização como forma de planejar e avaliar a intervenção executada pelos próprios assistentes sociais.

Quadro 10 - Artigos sobre a intervenção do assistente social no CBAS (2010-2013).

	CBAS/Ano	Autor(a)	Título do Artigo
1	XIII CBAS	Maria A. Silveira	A política de assistência ao estudante: espaço de intervenção do Serviço Social na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
2	XIII CBAS	Altair J. de C. Micheli e Maria J. de F. Viana	O processo histórico do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação. Ciência e Tecnologia em Goiás: dimensões da prática profissional do assistente social – 1989 a 2009.
3	XIII CBAS	Ingredi P. Oliveira, Ana P. L. Nascimento, Ana P. G. S. Bárbara, Lucyana B. Santos, Maria A. S. M. Oliveira e Vania de Jesus	O Serviço Social e a assistência estudantil no IFS: uma análise do Programa de Inclusão Social no período de 2009.
4	XIII CBAS	Elizete R. de Oliveira e Edmara	A Assistência estudantil como espaço de atuação do Serviço Social.

		M. de Souza	
5	XIII CBAS	Ana C. G. Ferraz, Eliana P. Borges, Leandro D. de Oliveira, Roseni L. da Mota, Telma F. B. Gil e Vanessa P. da Costa.	Assistência estudantil no ensino de graduação – uma análise das propostas da divisão de assistência ao estudante da UFRJ.
6	XIII CBAS	Vania de Jesus	Escola Técnica Federal de Sergipe: trajetória histórica e reflexões sobre a atuação do Serviço Social na instituição.
7	XIII CBAS	Flávia A. S. de Melo	Serviço Social e educação: considerações sobre a assistência estudantil no processo de expansão do ensino superior.
8	XIII CBAS	Isabel C. S. Angelim	Universidade, assistência estudantil e Projeto Ético-Político do Serviço Social: desafios no tempo presente.
9	XIV CBAS	Mirtes V. S. dos Santos	A intervenção do assistente social na educação escolar técnica: competências e saberes no fazer profissional: uma experiência vivenciada no IFBA/ Campus Salvador.
10	XIV CBAS	Ana F. M. Ramos	O Serviço Social no IFMG Campus Congonhas. Limites e possibilidades de atuação profissional.
11	XIV CBAS	Cristiane Q. L. Carvalho	O trabalho do(a) assistente social na universidade pública: a “política de assistência estudantil” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em foco.
12	XIV CBAS	Ana B. de S. Cyrino, Ingrid C. Areque e Roberlane N. Grana.	Política de Assistência estudantil: impactos, desafios e possibilidades postos ao Serviço Social no contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil.
13	XIV CBAS	Patrícia R. de O. Vicenal	Sistematização da prática do assistente social na educação: atuação e perspectiva no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins.
14	XIV CBAS	Érika L. L. da S. Ferreira, Francisco R. V. de Melo, Danielle F. Garcia e Tacylla D. L. da Silveira	O fazer profissional do assistente social na comissão permanente de apoio aos estudantes com necessidades educacionais especiais – CAENE da UFRN.
15	XIV CBAS	Josiela S. Cavalheiro e Mara R. A. de Medeiros	O Programa Nacional de Assistência estudantil e o Trabalho do assistente social nos Institutos Federais Gaúchos.

16	XIV CBAS	Alaíde M. B. Cavalcanti	O Serviço Social na educação inclusiva: contribuições e desafios para o Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
17	XIV CBAS	Elias de S. Oliveira, Edinalva Julio e Edineia A. M. Dutra	O Serviço Social e construção da política de Assistência estudantil na Universidade federal da Integração Latino Americana: dilemas e desafios.
18	XIV CBAS	Kleber R. Durat e Ivana A. W. Moreira	A assistência estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR: perspectivas para análise da atuação dos assistentes sociais na política de educação.
19	XIV CBAS	Késsia R. de O. França	A expansão da educação profissional no RN e o trabalho do/a assistente social no IFRN.
20	XIV CBAS	Welton da C. Lino, Amanda N. da Silva e Thayana C. O. de Castro	A política de ação afirmativa no ensino superior e a intervenção do assistente social no PROINICIAR/UERJ.
21	XIV CBAS	Jaqueline L. da Silva	As particularidades do trabalho do assistente social na educação profissional e tecnológica: reflexões sobre as atribuições e as competências profissionais.
22	XIV CBAS	Patrícia F. de Freitas, Mayara C. P. da S. Medeiros, Ariádine de O. R. da Silva, Keyla de S. L. Cruz e Teresa H. G. Soares	Desafios e perspectivas do Serviço Social na educação: refletindo sobre a realidade da assistência estudantil no IFCE.
23	XIV CBAS	Rita de C. C. M. Rossi	O desafio da educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo e o trabalho do assistente social – o relato de uma experiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
24	XIV CBAS	Lígia da N. Fernandes	Serviço Social e educação: intensificação do trabalho profissional na Rede Federal de Educação, Ciência e tecnologia.
25	XIV CBAS	Clefra V. Guedelho	O estudo sócio-econômico como atribuição do assistente social na política de educação profissional e superior.
26	XIV CBAS	Sebastião R. Marques, Maria do S. R. Marques e Camila C. Rolim	Serviço Social e assistência estudantil: aspectos da análise do trabalho do assistente social na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Fonte: Anais dos CBAS's (2010; 2013).

No ENPESS, mesmo sendo um dos mais importantes eventos científicos do país, a estrutura dos artigos não difere muito dos descritos acima - CBAS's, em seu formato. Esse evento tem como missão socializar a produção de conhecimento, principalmente através de estudos e pesquisas acadêmicas relacionadas a programas de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado), da área do Serviço Social. Em relação ao conteúdo, o grande diferencial é que alguns artigos problematizam a intervenção profissional, sendo alguns desses frutos do processo de elaboração de dissertação de mestrado.

Acompanhando essa estrutura, houve um aumento, mas nada muito expressivo na produção de artigos. No ano de 2010 foram apenas 4 (3 dos IF's e 1 de IFES), em 2012 foram 6 (3 dos IF's e 3 das IFES, sendo 1 particular) e no ano de 2014 foram 8 (4 dos IF's sendo que 2 são iguais e que apenas os títulos os diferenciam, 3 de IFES e 1 sem identificar a instituição a que se referia). Esse aumento tímido poderia ser explicado a partir das mesmas condições apontadas anteriormente (em relação aos CBAS's)? Mas diante dessa realidade, pode-se afirmar que a temática envolvendo a intervenção do assistente social na assistência estudantil está em processo de constituição, consolidação e expansão, ao considerarmos o quão recente são os novos encaminhamentos dados a essa política em todo o Brasil.

Quadro 11 - Artigos sobre a intervenção do assistente social no ENPESS (2010-2014).

	ENPESS/Ano	Autor(a)	Título do Artigo
1	XII ENPESS	Elen Amaral Siqueira	A atuação do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Ji-Paraná.
2	XII ENPESS	Maria Asenate Conceição Franco	Atuação do Serviço Social no IFbaiano Santa Inês – BA: algumas considerações.
3	XII ENPESS	Simone G. Paura, Ivana A. Machado e Maria L. L. Soriano	Breves considerações sobre o trabalho do assistente social na educação superior: uma experiência na UERJ.
4	XII ENPESS	Keyla de S. Lima e Marcia L. B. Peixoto	Reflexões sobre a prática do Serviço Social no Instituto Federal do Ceará – Campus Maracanaú.
5	XIII ENPESS	Cristiane Q. L. Carvalho	Desafios e perspectivas para o trabalho do assistente social na universidade pública.
6	XIII ENPESS	Ágela M. P. da Silva e Elvira A. S. de Araújo	Educação e assistência estudantil: o trabalho do assistente social no IFTO.

7	XIII ENPESS	Mariana L. de Melo	A expansão dos IFRN's: limites e possibilidades do Serviço Social na educação.
8	XIII ENPESS	Maria A. C. Franco, Jacibarbara de S. Oliveira, Luzinete da C. dos Santos e Erica de J. A. Vieira	A prática política do assistente social na educação: limites e possibilidades neste espaço sócio-ocupacional contemporâneo.
9	XIII ENPESS	Jennifer C. N. G Pinto, Amanda S. Belo e Malú R. Vale	Assistência estudantil na UFRRJ: um espaço de atuação do assistente social.
10	XIII ENPESS	Miriam M. da Silveira	A política de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras e a atuação do Serviço Social.
11	XIV ENPESS	Mirtes V. S. Santos	A intervenção do assistente social na educação escolar técnica: competências e saberes no fazer profissional: uma experiência vivenciada no IFBA/ Campus Salvador.
12	XIV ENPESS	Priscila dos S. S. Pereira	A política de assistência estudantil e o trabalho do assistente social no CEFET/RJ.
13	XIV ENPESS	Lenise J. Pedroso	A política de permanência estudantil na Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília/SP: desafios postos ao Serviço Social.
14	XIV ENPESS	Edna M. C. de Abreu	O Serviço Social na educação profissional e tecnológica à luz do Projeto Ético-Político Profissional.
15	XIV ENPESS	Aline S. Araújo	Programa Nacional de Assistência estudantil nas universidades federais e a intervenção do assistente social.
16	XIV ENPESS	Angelita M. C. G. Lança, Gabriela A. Masson e Letícia T. Pereira	Política de educação superior brasileira: educação profissionalizante e tecnológica e desafios para o Serviço Social.
17	XIV ENPESS	Josemar de A. Oliveira e Victor M. Elias	Serviço Social e trabalho: atuação profissional na rede federal de educação. (*)
18	XIV ENPESS	Josemar de A. Oliveira e Victor M. Elias	Serviço Social e educação: notas introdutórias ao debate da atuação profissional em rede federal. (*)

Fonte: Anais dos ENPESS's (2010; 2012; 2014).

(*) Os dois textos destacados com esse sinal possuem títulos diferentes, mas o conteúdo deles é idêntico.

Em relação à produção da categoria em revistas especializadas em Serviço Social a realidade é um pouco diferente. Foram pesquisados artigos relacionados à temática proposta nesse estudo a partir do ano de 2010 nas revistas *Temporalis*, *Katálysis*, *Libertas*, *Textos e Contextos*, *Praia Vermelha*, *Serviço Social e Sociedade* e *Ser Social*, consideradas as de maior circulação na área do Serviço Social. Em **nenhuma** dessas revistas foram encontrados artigos específicos à intervenção do assistente social na assistência estudantil. Mas foram encontrados artigos que abordavam a política de educação, de assistência estudantil, de direitos, carências, tradição marxista, só que de uma forma geral, sem dar nenhuma ênfase à intervenção profissional.

O III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-MG apresentou dois artigos apenas que fizeram esse tipo de abordagem proposta. Eles se limitaram a trabalhar com um relato de experiência na UFMG, através da Fundação Mendes Pimentel que terceiriza o trabalho dos assistentes sociais e o outro traz reflexões acerca do trabalho realizado em Instituto Federal de Ensino.

Produções acadêmicas encontradas especificadamente no *site* da Capes, também não são muito extensas. Na pesquisa sobre “intervenção do assistente social na assistência estudantil” não foi encontrada nenhuma produção.

Quando foi substituído na pesquisa o termo “intervenção” pelo “trabalho”, foi encontrada apenas uma dissertação de mestrado que tem como título: “O processo de trabalho do(a) assistente social na universidade pública: análise da política de assistência estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro”, de autoria de Cristiane Queiroz Leite Carvalho, do ano de 2012. As temáticas trabalhadas giraram em torno de universidade, trabalho, política educacional e significado social da profissão do assistente social na sociedade capitalista. Sobre a intervenção, a autora deu destaque ao trabalho do assistente social na assistência estudantil desenvolvida na UERJ, ao considerar três pontos principais para a sua análise: as suas particularidades, a política de assistência estudantil na referida instituição e as particularidades do trabalho do(a) assistente social nas diferentes unidades acadêmicas que lidam com a política de assistência estudantil. Nessa dissertação, a autora apresenta o trabalho do assistente social na assistência estudantil, ao focar no trabalho desenvolvido em uma universidade estadual. Esse fato a difere do trabalho realizado nas universidades federais, por ser desenvolvido só com os alunos cotistas, restringindo ainda mais a assistência estudantil, e conseqüentemente o número de estudantes abrangidos por essas ações. Outro ponto que merece destaque é o fato de que o PNAES, por ser um programa federal, não faz parte da realidade dessa universidade estadual.

Outras teses e dissertações pesquisadas abordavam apenas a política educacional dando ênfase à política de assistência estudantil, não trazendo à tona a discussão da intervenção profissional nesse espaço de trabalho.

Os artigos dos CBAS's e dos ENPESS's que abordam a intervenção do assistente social na assistência estudantil, em suma, retratam o histórico dessa política dando ênfase à implantação do PNAES a nível nacional e às demandas e/ou atividades que devem e são realizadas pelos assistentes sociais nesse espaço de trabalho.

Em nenhum dos artigos analisados é feita a diferenciação de assistência estudantil e do PNAES que nesse trabalho foi considerado como momentos distintos ao longo da história, com suas particularidades de uma mesma ação. A instituição do programa através de legislação garantiu direcionamento, aporte financeiro específico e gestão das ações de assistência estudantil. Portanto, deixa de ser realizada de forma isolada por cada instituição e passa a ser orientada pelo decreto nacional que orientou todas as ações desenvolvidas na assistência estudantil, respeitando as particularidades da realidade de cada universidade/instituto. Isso se deu porque o financiamento passa a ser responsabilidade do governo federal, mudando o status dessas ações de uma ação isolada de governo para uma ação de Estado. O que não inviabiliza que cada instituição através da sua autonomia universitária, direcionasse mais verbas e pessoal para execução dessas ações, assim como já acontecia anteriormente a esse processo em algumas IFES. Os autores pesquisados deixaram claro, que essa “transição” é parte inerente à solidificação e ampliação das ações assistenciais no âmbito das universidades federais.

Algumas discussões chamaram a atenção nesses artigos e por isso serão destacadas, entre elas as atuais demandas profissionais. A divergência conceitual entre alguns autores no que diz respeito à relação existente entre educação e pobreza é o primeiro destaque a ser apresentado.

A educação é o princípio básico para o desenvolvimento social e político do cidadão. É através dela que podemos promover o crescimento e a transformação social, pois a educação pode reduzir as desigualdades sociais. Para tanto há necessidade de criar mecanismos que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão da educação superior (OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p.8).

Ao afirmar que a educação seria capaz de reduzir a pobreza, desqualifica-se a discussão que deveria preceder essa e que envolve a questão da exploração do trabalho e da divisão social em classes. Essa relação não pode ser trabalhada de forma simplificada. Deve buscar desmistificar as reais condições das suas determinações que incidem diretamente na

vida dos estudantes brasileiros e na intervenção dos assistentes sociais que atuam na assistência estudantil. Especificadamente nesse espaço socio-ocupacional é necessário compreender como se dá o processo de validação da força de trabalho que está em formação, para compreender que o processo educacional atual apenas corrobora com o aumento significativo da desigualdade social.

A classe dominante, inclusive no Brasil, visa apenas à manutenção do seu *status quo* e por isso tem a necessidade de dar continuidade na formação da força de trabalho que garante a expansão do capital. Situação essa que pode ou não levar os trabalhadores a não vislumbrem alternativas e também a não se reconhecerem enquanto classe social. Movimento esse que pode ser percebido no movimento estudantil atual em que nem todos os estudantes se reconhecem enquanto portadores de direitos sociais e nem se mobilizam pelo atendimento das demandas de seus pares. Essa questão deve ser central para que a análise crítica da realidade seja bem elaborada pelos assistentes sociais, o que permite uma intervenção qualificada por parte desses profissionais, inclusive na mobilização social que pode ser uma frente de trabalho a ser desenvolvida.

O não reconhecimento da condição de classe tanto por parte dos trabalhadores e consequentemente, dos inúmeros estudantes presentes no ensino superior público federal e principalmente por parte dos profissionais envolvidos, gera uma grande confusão conceitual que leva à simplificação desse processo de superação da pobreza. Isso acontece porque os assistentes sociais e os demais profissionais que atuam na assistência estudantil não fazem uma relação entre essas condicionalidades – de classes que explicariam as reais necessidades dos estudantes a partir de um “filtro” das imposições de necessidades impostas pela sociedade capitalista. Necessidades essas que não dizem somente respeito à sua condição de sobrevivência, mas também às suas condições de vida que são determinadas historicamente e socialmente. O aumento das necessidades e o modo como é necessário fazer para que elas sejam satisfeitas está obedecendo aos mecanismos de desenvolvimento e expansão da sociedade capitalista e não simplesmente às condições e necessidades do próprio homem que estão vinculadas diretamente a uma série de fatores relacionados com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

Essas e outras questões nos encaminham para a discussão acerca das demandas profissionais advindas do processo de exploração da força de trabalho e da condição de classe em que tanto o profissional quanto os usuários de seus serviços estão envolvidos. Decorrem assim, das constantes mudanças vindas das novas expressões da questão social. Dessa forma, procura-se qualificar o trabalho que pode contribuir, de forma educativa, não só para garantir

a permanência nas universidades federais, mas também na condição de formação de cidadãos comprometidos com a realidade social como parte integrante dessa realidade e consequentemente com o avanço da cidadania, já que esse é o fio condutor dessa análise e de uma intervenção considerada crítica marxista.

As ações assistenciais desenvolvidas até o presente momento, nada mais são do que respostas às demandas dos estudantes, dentro do limite estabelecido pela ordem capitalista. Ou seja, não possuem nenhum compromisso de mudança com essa realidade desigual que esses estudantes estão submetidos e os assistentes sociais também. O espaço das universidades apenas recria dentro da sua realidade, as contrições inerentes ao sistema capitalista. Essa análise também é necessária para não perder as particularidades do real, ao considerar a lógica das políticas sociais e o real papel da política social de assistência social.

Essa questão é pouquíssima trabalhada nos textos, o que faz perder a consistência teórica tão necessária para compreender que a princípio, como já dito anteriormente que existe um projeto educacional que favorece a classe dominante e que proporciona a manutenção das práticas ditas “assistencialistas”. Não tendo essa clareza, os assistentes sociais acabam reforçando a ideia de que essa é a única realidade, descaracterizando assim o papel da assistência social que deve ser prestada a quem dela precisar, independente de contribuição. Já que para a superação dessa condição é necessário um movimento muito maior, da sociedade num todo, para que a emancipação humana seja conquistada e efetivada.

Quando se iniciou o processo de análise das produções científicas e da pesquisa empírica em si para esse trabalho, foram apresentadas algumas realidades referentes à intervenção do assistente social realizado na assistência estudantil. Essa intervenção possui diversos condicionantes e determinantes que vão desde as respostas profissionais, que são uma exigência histórica até as novas demandas numa perspectiva que deve objetivar particularizar a sua análise sem fragmentá-la. Ou seja, sempre relacionando com os sujeitos sociais até o movimento de tensão proporcionado pelo conjunto dos estudantes, de forma organizada e legítima, na busca pelo atendimento de demandas para a sua permanência nas IFES.

Sendo assim, é necessário o assistente social ter clareza teórica que o ajude a compreender a realidade da assistência estudantil no Brasil atual. As ações desenvolvidas não são capazes e nem possuem o compromisso de acabar com a pobreza e suas consequências. Para isso, é necessário ir além da política. Seriam necessárias ações em torno de um projeto coletivo alternativo, a partir de movimentos sociais que busquem não apenas melhorias nas condições sociais, mas econômicas também. A desigualdade social e a pobreza tem como

questão central de seu problema a apropriação privada dos frutos do trabalho que precisa ser superada.

Atualmente, há um comprometimento do Estado na responsabilização pelas ações desenvolvidas pela assistência estudantil passível de várias críticas. Mesmo que elas não tenham esse caráter emancipatório, possibilitam ao menos que os estudantes tenham condições de permanecerem no ensino superior público, mesmo que suas condições socioeconômicas não possibilitem. Ações essas que precisam ser pressionadas de forma coletiva e organizada pelos estudantes, assim como vem ocorrendo em diversas universidades federais brasileiras e em algumas universidades pesquisadas também. Todo esse movimento é necessário para que a sua execução e expansão das ações já existentes sejam garantidas de forma imediata, para que mais estudantes tenham acesso aos benefícios ofertados, mesmo em tempos de acirramento das expressões da questão social e da precarização do ensino e diante da fragilização das condições de permanência dos estudantes nas IFES.

5.1.1 Centralidade na análise socioeconômica?

Como consequência dessa situação, outro ponto pouco abordado pelos autores é a questão do acesso aos benefícios assistenciais. Essa situação incide diretamente na demanda crescente e sistemática pela realização de análises socioeconômicas, que não destoam dos encaminhamentos dados às demais políticas sociais. Políticas essas que se tornam cada vez mais seletivas, pontuais e focalizadas, restando o atendimento apenas aos estudantes que comprovem ser muito pobres, já que o recurso destinado não é suficiente para realizar um atendimento universal. O número de estudantes total e o montante financeiro destinado a esse fim corroboram com essa situação.

Dessa forma, é gerada uma tensão na assistência estudantil, principalmente entre o assistente social e os estudantes que necessitam dos benefícios. É justamente nesse cenário, de recursos escassos que os profissionais pesquisados apontaram que são vistos pelos estudantes na figura de um juiz, como aquele que decide quem precisa e quem não precisa de assistência estudantil.

Outro ponto pouco abordado pelos autores e pelos assistentes sociais pesquisados é a questão da universalização do acesso aos benefícios assistenciais. Essa situação não é vislumbrada como possível por diversos profissionais, por conta da atual realidade dessa e das demais políticas sociais na atualidade. Cada vez mais essas ações se tornam mais seletivas,

pontuais e focalizadas, restando o atendimento apenas aos que comprovem ser muito pobres, já que o recurso destinado não é suficiente para o atendimento de forma universal.

Os profissionais diante dessa realidade de restrição e seletividade são pressionados pelos próprios estudantes, de forma individual e coletiva, para que um número maior deles seja atendido. Essa pressão resulta em muitas vezes, na ocupação de espaços institucionais na busca de visibilidade e atendimento das diversas demandas do movimento estudantil que não se resumem na assistência estudantil. Esses espaços de mobilização social são essenciais para a expansão de toda a assistência estudantil, inclusive no que diz respeito ao número de profissionais necessários para a realização das análises socioeconômicas. Como as necessidades dos estudantes são mensais e não tem como esperar a realização de todo o processo definido institucionalmente, os assistentes sociais são pressionados a realizarem de forma muito rápida a análise socioeconômica.

Como o orçamento não é suficiente, é necessário (re)criar e aperfeiçoar os mecanismos de seleção existentes até então, ao mesmo tempo em que é necessário estar atento para não cair na armadilha de apenas reproduzir as desigualdades já existentes na sociedade. E, dessa forma, deixar de desvelar como a política de educação se inscreve em todo esse processo de exploração advindo da sociedade capitalista.

Dos 44 trabalhos, apenas 1 (um) problematiza especificadamente essa questão. Outros 9 trazem ao longo do artigo alguma discussão e outros apenas a descrevem como sendo uma ação executada pelo assistente social. Mais uma vez fica claro que os profissionais de Serviço Social não estão articulando seu trabalho com as condições reais da existência humana, que também se expressa nas universidades federais em diversas formas e demandas.

Essa atividade se destaca como sendo a central no trabalho do assistente social, de acordo com nossa hipótese e com os participantes da pesquisa dessa dissertação.

[...] Na assistência estudantil atualmente a atuação do Serviço Social está centrada no serviço de concessão de bolsas e auxílios, principalmente no que tange a análise socioeconômica. Há também alguns atendimentos individuais. Penso que a assistência estudantil ainda tem muito que avançar nessa instituição e conseqüentemente o trabalho do assistente social que deve acompanhar esse crescimento para desenvolver ações que realmente contemple o objetivo disposto no PNAES.

[...] Muitos nos procuram para falar de suas necessidades pessoais, das dificuldades que passam em sua família, que não é só no âmbito financeiro, mas sim afetivo, social, conflitos familiares, etc. Por isso enfatizo que o Serviço Social é muito mais que apenas fazer avaliação socioeconômica. Existem muitas outras atividades interessantes que podem ser desenvolvidas por este profissional, o que falta é uma organização maior.

A análise socioeconômica acaba por ser central em nossa intervenção profissional por ser a porta de entrada para ter acesso aos benefícios oferecidos (bolsas, materiais, etc.) e por conta do número escasso de integrantes da equipe de profissionais da assistência estudantil, o que também restringe de forma muito incisa a execução de outras atividades que não demandem “ter um perfil” – declarar e comprovar a sua necessidade de auxílios financeiros. Realizamos outras atividades também, mas em um número muito inferior.

Um participante da pesquisa usa palavras não tão diretas para afirmar essa centralidade. Descreve outras atividades que são decorrentes da execução da análise socioeconômica.

[...] desenvolvo ações relacionadas à análise socioeconômica, entrevista, visita domiciliar e atendimento socioassistencial.

Já em outra universidade, na que possui um número extenso de profissionais na equipe da assistência estudantil – inclusive de assistentes sociais, o assistente social pesquisado não expressa a questão da centralidade da análise socioeconômica porque na “sua” universidade há um setor específico para a realização desse tipo de atividade.

Sendo assim, tal afirmação foi ratificada pelas produções científicas e pelos profissionais que fizeram parte da pesquisa desse estudo. Centralidade essa consequente da relação conflituosa entre a universalidade e a seletividade.

Uma discussão mais elaborada e aprofundada acerca dessa questão, permite apresentar a necessidade de se ultrapassar uma visão tradicional e meramente burocrática da intervenção profissional. A seleção socioeconômica e as demandas por benefícios, nem tampouco aos procedimentos já institucionalizados não devem ser as únicas intervenções realizadas pelos assistentes sociais. É necessário, portanto, uma intervenção mais qualificada e comprometida com os compromissos assumidos pela categoria profissional, através das orientações do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Sendo assim, é possível fazer a crítica necessária a todo o processo de trabalho, inclusive o de seleção socioeconômica, cada vez mais constante, para não cair nas armadilhas de responsabilizar os estudantes pela sua condição de pobreza e por se responsabilizar unicamente pelas condições necessárias para a sua permanência nas IFES. O movimento estudantil é um forte aliado para que essa realidade seja constantemente reinterpretada, sem perder de vista os seus reais condicionamentos e determinantes.

Em consequência da necessidade de seleção socioeconômica, a questão da metodologia e a forma da análise também passam a ser questionadas, cotidianamente nos espaços de trabalho, tanto pelos assistentes sociais como pelos estudantes. Coloca-se em

xeque a autonomia profissional por conta do não entendimento dos reais determinantes da pobreza e da desigualdade social, ao mesmo passo em que não se busca superar o verdadeiro motivo da necessidade dessa assistência.

Além do determinante financeiro, a relação de assalariamento do assistente social nesses espaços socio-ocupacionais em que esse profissional não detenha todos os meios necessários para executar suas ações - a autonomia profissional, mesmo enquanto uma autonomia relativa é condicionada também pela realidade descrita acima.

Tendo a universalidade de acesso como grande contraposição à análise socioeconômica, outra questão problemática que perpassa a realidade da assistência estudantil é a composição/recomposição das equipes profissionais para executarem a assistência estudantil nas IFES. Muitas universidades foram criadas há pouco tempo e outras não possuem um número adequado de profissionais devido a não recomposição de seus quadros, inclusive de outras áreas para atender os estudantes de forma integral e interdisciplinar como pedagogos, psicólogos, nutricionistas, dentre outros profissionais que poderiam atender de forma satisfatória às demandas dos estudantes das IFES brasileiras.

A diversidade de profissionais que trabalham diretamente com assistência estudantil também é necessária por conta das ações que estão previstas para serem executadas no PNAES como moradia estudantil, alimentação, transporte, cultura, esporte, creche, atenção à saúde, inclusão digital, apoio pedagógico, e de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, de acordo com o decreto do PNAES. Como o objetivo maior do programa é evitar a retenção e a evasão dos estudantes de graduação presencial, as IFES necessitam desenvolver ações conjuntas entre esses profissionais para enfrentar de forma qualificada essas problemáticas, sem perder de vista as identidades e as competências de cada profissão.

Essa situação do quantitativo de profissionais na assistência estudantil incide diretamente na execução da assistência estudantil, tanto para as ações institucionais quanto para as ações profissionais. Desafios esses que podem ser exemplificados pela necessidade de se avançar nas ações que já são desenvolvidas, como criar redes socio-assistenciais, socializar informações, garantir uma formação cidadã e emancipadora, viabilizar direitos, etc., que não se desprendem do compromisso assumido pela categoria profissional, através do Projeto Ético-Político Profissional.

As produções ora analisadas e as pesquisas realizadas, possibilitaram desvendar claramente a realidade dos assistentes sociais. Forneceram dados necessários ao aprofundamento teórico nas questões pertinentes à intervenção profissional, à realidade dos

estudantes, das universidades federais públicas e das demandas apresentadas ao Serviço Social. Salientaram o número crescente de assistentes sociais que passaram a trabalhar na assistência estudantil. Mesmo que esse número ainda não seja suficiente, considera-se que a ampliação de vagas no ensino superior no Brasil, mesmo com todas as críticas que se fazem necessárias e que são pertinentes a esse processo proporcionaram novos postos de trabalho aos assistentes sociais, principalmente após a implantação do PNAES.

Como um desdobramento das condições objetivas de trabalho do assistente social, a demanda pelos diversos benefícios ofertados e conseqüentemente por análises socioeconômicas aumenta a cada ano, devido às políticas de incentivo ao acesso e permanência no ensino superior. O número de profissionais que atuam nessa área, por mais que tenha se expandido, ainda não é suficiente como já foi demonstrado anteriormente nesse trabalho.

Essa situação também esbarra na precarização das relações de trabalho profissional e acaba acarretando na contratação temporária de profissionais de forma pontual, para a execução de algumas atividades. Situação essa que não permite estabelecer qualquer tipo de vínculo entre os assistentes sociais e os estudantes, e até mesmo com a realidade institucional fragilizando, de certo modo, as ações profissionais.

Esses profissionais são pressionados a responderem o quanto antes, às demandas que lhes são postas por conta das necessidades dos estudantes e das políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas e seletivas. Essa situação resulta em atividades mecanizadas que dificultam e/ou impedem a realização de uma prática político-pedagógica, que articule as três dimensões que perpassam o fazer profissional - técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Resulta na exaustão do assistente social e torna-se um grande empecilho no dia-a-dia do trabalho e até mesmo para a qualificação profissional.

Diante de tal realidade, organizar todo o processo de trabalho é o primeiro passo para começar a construir uma assistência estudantil mais comprometida com a realidade dos estudantes. Dessa maneira fica difícil, mas não impossível produzir artigos, sistematizações da intervenção, conhecimento científico e até mesmo construir um projeto de assistência estudantil a nível institucional e profissional também, à luz das legislações já existentes e das novas demandas que surgem a cada dia. Essas medidas são extremamente importantes para a organização de todo o processo de trabalho do assistente social. Facilita a articulação dialética tão necessária nas práticas interventivas na busca da consolidação do Projeto Ético-Político Profissional, orientada e legitimada nesse espaço socio-ocupacional pela Lei de

Regulamentação da Profissão, Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993 e pelo Código de Ética, aprovado em 13 de março de 1993.

Essas legislações representam o reconhecimento da habilitação que o assistente social possui, perante a sociedade brasileira, além de dispor sobre a profissão. Também determina as competências e as atribuições privativas pertinentes ao fazer profissional.

A competência profissional é formada por um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, aptidão, atitudes e decisões que permitem cumprir alguma tarefa ou função designada, a partir de um atributo legal, como na Lei de Regulamentação da Profissão de assistente social, mas sem ser exclusiva. Ou seja, de uma única especialidade profissional. Já as atribuições privativas dizem respeito às atividades profissionais que apenas determinado profissional – assistente social está apto a realizar como no caso analisado, pois se trata de matéria exclusiva da área do Serviço Social.

A Lei de Regulamentação da Profissão define as atividades que os assistentes sociais estão aptos a realizar, as suas competências e as suas atribuições privativas:

Art. 4º *Constituem competências do Assistente social:*

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;*
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;*
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;*
- IV - [\(Vetado\)](#);*
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;*
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;*
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;*
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;*
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;*
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;*
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.*

Art. 5º *Constituem atribuições privativas do Assistente social:*

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;*
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;*

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que é o órgão responsável pela contratação de servidores públicos federais em todo o país, como é o caso das universidades, seguiu o direcionamento da Lei de Regulamentação da Profissão do assistente social. Também normatizou só que através de ofício circular o cargo do assistente social e de todos os outros cargos existentes, autorizados e definidos como técnico-administrativos em educação.

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: E

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

CÓDIGO CBO: 2516-05

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO:

- **ESCOLARIDADE:** Curso superior em Serviço Social
- **OUTROS:**
- **HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Registro no Conselho competente. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de Assistente social.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.

- Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.
- Pesquisar a realidade social: Realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados (grifos nossos).
- Executar procedimentos técnicos: Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição; formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários, etc).
- Monitorar as ações em desenvolvimento: Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.
- Articular recursos disponíveis: Identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de discentes; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas.
- Coordenar equipes e atividades: Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar e selecionar pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição.
- Desempenhar tarefas administrativas: Cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos.
- Utilizar recursos de informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL. OFÍCIO CIRCULAR nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC).

Pode-se observar que não são grandes as diferenciações acerca das atividades que podem ser desenvolvidas pelos assistentes sociais em relação à Lei de Regulamentação da profissão. Mas destaca-se a grande questão que envolve todos, ou pelo menos a grande maioria dos assistentes sociais que trabalha com assistência estudantil, a análise socioeconômica.

Essa demanda, entre tantas outras, é vinculada aos envolvidos diretamente com a com a assistência estudantil - o profissional de Serviço Social. Vale lembrar que essa é uma demanda que perpassa todo o histórico do Serviço Social desde a sua origem como já foi demonstrado nesse trabalho. A peculiaridade que pode ser destacada é a necessidade de se qualificar a ação profissional cada vez mais, uma vez que as políticas sociais estão se tornando cada vez mais restritivas. Hoje se seleciona não mais quem precisa, mas aquele que mais precisa. Isso acontece não só por conta dos recursos, mas pela intensificação e desdobramentos das novas expressões da questão social.

Na Lei de Regulamentação da Profissão essa atividade é considerada uma competência profissional já nas descrições típicas do cargo de assistente social da educação,

fica frisada que essa é uma atividade típica e não apenas uma competência, como determina a legislação citada anteriormente. Será que esse “descompasso” de entendimento que incide diretamente na intervenção profissional do assistente social, está apenas ligado aos direcionamentos atuais das políticas sociais, ou há também uma concordância desses profissionais em relação a essa questão?

É muito claro observar, tanto nas legislações pertinentes quanto na prática cotidiana, que a intervenção profissional vai muito além das análises socioeconômicas tão necessárias nos dias atuais. Mas infelizmente, ela se torna central entre muitas outras atividades profissionais na atualidade, como já foi apontado.

Apesar de ser um instrumento associado historicamente à seletividade (eleger e classificar, dentre os “pobres, os mais pobres”), a análise socioeconômica também permite o conhecimento das demandas para acesso aos serviços/direitos e pode ser utilizada para apresentar a necessidade de ampliação, explicitando-se a demanda real para acesso aos mesmos, entre outras possibilidades de utilidades. Por ser um instrumental muito utilizado pelos assistentes sociais, sua execução evidencia uma competência profissional acumulada historicamente mesmo não sendo uma atividade privativa do Serviço Social. Há também um reconhecimento social da profissão devido ao seu modo de olhar, interpretar e intervir, o que possibilita uma intervenção mais apurada e qualificada diante de algumas variáveis, pertencentes à realidade dos estudantes. A inserção da análise socioeconômica como típica do assistente social de acordo com o MPOG, demonstra tal reconhecimento.

Por fim, o acesso à assistência estudantil de modo universal, evitaria tanto a evasão como a retenção de discentes nas universidades públicas e propiciaria, por fim, uma formação com mais possibilidades de serem qualificadas, mais chances de obter e aperfeiçoar o conhecimento, de conquistar um espaço no mercado de trabalho, e quem sabe de uma maior e melhor consciência acerca da sua realidade. O estudo/a formação acadêmica não é o único e nem é o caminho para que grandes mudanças sociais ocorram, mas pode contribuir com todo esse processo por ser também uma das grandes demandas por parte dos indivíduos e da sociedade.

Sendo assim, a análise socioeconômica não precisa ser um fim em si mesma. Isso resultaria em um mecanismo de não acesso aos bens e serviços. Mas, abre diversas possibilidades de ser um meio de mobilizar e pressionar para que os direitos já conquistados sejam garantidos e até mesmo ampliados. Possibilita que os estudantes participem das atividades fins da universidade que são ensino, pesquisa e extensão, qualificando dessa

maneira a sua formação profissional, ao mesmo tempo em que as condições de vida poderiam ser asseguradas para que a sua permanência nas IFES fosse concretizada.

5.2 Horizontes de ação estratégica para o Serviço Social na assistência estudantil

Destaca-se agora, a necessidade de se ter clareza das ações profissionais, a partir da certeza que a assistência estudantil é uma construção social e histórica, assim como a própria profissão em questão. Portanto, esse momento é para verificarmos ou não se os assistentes sociais estão problematizando as demandas que são colocadas diariamente para a sua intervenção profissional. Essa análise será realizada tendo como parâmetro o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social como horizonte para uma ação estratégica profissional comprometida com a realidade dos estudantes.

Como forma de elucidar o que foi exposto a pouco, Paura (2012), ao descrever as frentes de trabalho do Serviço Social na Educação Superior, se detém em atividades que pressupõem a análise socioeconômica para ter acesso à isenção da taxa dos vestibulares, a concessão de diferentes modalidades de bolsas, alojamentos ou residência estudantil e restaurantes universitários, apesar dela se colocar aberta às novas demandas. Ou seja, é claro para muitos assistentes sociais que é possível, atender a outras demandas, mas para se chegar a essa conclusão é necessário problematizar essa e outras questões que envolvem a intervenção do assistente social.

Um estudo prévio realizado por Pitarello (2013), ratifica que a análise socioeconômica além de ser um dos elementos que compõem a dimensão técnico-operativa, é um dos instrumentos essenciais tanto para o acesso como para a execução de políticas sociais, assim como do PNAES. Essa atividade pode ir além porque não está deslocada da realidade e nem da finalidade que o assistente social imprime à sua ação. Infelizmente é tão necessária diante da pobreza e da escassez dos recursos que traz em si diversos determinantes, que contraditoriamente atendem tanto às demandas dos estudantes como das condições que se tornam necessárias para a contínua expansão do capital. Compõe, portanto, o meio de trabalho que também “legitima a desigualdade na sociedade capitalista”.

Já que essa é uma demanda central na intervenção do assistente social na assistência estudantil, ao mesmo passo em que pode ser classificada como uma requisição da instituição, também é uma demanda por parte dos estudantes. Constitui-se esse instrumento do assistente

social que é a porta de entrada dos estudantes no PNAES, o meio de garantia do acesso e da permanência de estudantes nas ações de assistência estudantil.

Como uma forma de minimizar o agravamento da questão social, garantir o desenvolvimento capitalista ao mesmo passo de garantir a execução do PNAES e o atendimento mínimo aos estudantes, está sendo demandado cada vez mais dos assistentes sociais, um processo de trabalho constantemente acelerado como meio de garantir o atendimento tanto das demandas dos estudantes como das IFES. Essa é uma demanda vinda principalmente dos estudantes, já que as necessidades de sobrevivência não podem aguardar muito tempo para serem atendidas.

Além dessa demanda, os estudantes procuram os assistentes sociais para buscar meios de ter acesso ao sistema de saúde, garantir que alguma necessidade particular sua seja atendida (ex.: uma estudante sofreu acidente e precisava de cadeira de rodas para se locomover e ir à aula), mediar questões referentes ao seu aproveitamento de estudo na instituição, possibilitar a sua participação (de “estudantes pobres”) no Programa Ciência sem Fronteiras. Procuram até mesmo uma conversa acerca das suas condições de sobrevivência na universidade e de alguma outra questão que possa também estar interferindo no seu convívio familiar, dentre tantas outras demandas particulares que surgem no dia-a-dia do estudante na universidade. Além das coletivas, cita-se como exemplo a intermediação de negociações entre estudantes e representantes das universidades.

Para buscar desvendar os horizontes possíveis de ação estratégica que decorrem das condicionalidades imposta pelo mundo do trabalho, precisa-se retomar a legislação que dá os direcionamentos para que essas ações sejam executadas de acordo com o Projeto Ético-Político Profissional. É necessário desvendar como os profissionais estão lidando com as demandas atuais, sejam elas vindas da legislação, da instituição ou dos estudantes que tanto necessitam de assistência estudantil. É necessário também ter claro que enquanto esse modelo político e econômico excludente vigorar, cada vez mais será necessário contrapor nos espaços de trabalho o “aperfeiçoamento” dos mecanismos de análise socioeconômica à luta pela garantia, ampliação e universalização dos direitos.

Como no Brasil há uma grande diversidade socioeconômica e cultural dos estudantes nas universidades, as ações de assistência estudantil precisam ir cada vez mais, além das proposições do decreto do PNAES. Esse é o reflexo da própria sociedade contemporânea cada vez mais desigual que se acentuou com a política de ampliação de vagas “desordenadas”, promovida a partir do REUNI em todas as universidades brasileiras.

O programa traz como proposta ações que possibilitem ampliar as condições de permanência de jovens na educação superior pública federal, através de ações em diversas áreas, como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte creche, apoio pedagógico, além do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Como o recurso destinado a esses fins não é suficiente para suprir toda a demanda, o próprio decreto frisa que caberá à instituição de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. Portanto, o trabalho do assistente social torna-se cada vez mais necessário como forma de garantir que esse programa tenha continuidade, já que pelo MPOG quem deve realizar essa atividade é o assistente social. Torna-se necessário que esse profissional problematize não apenas os desdobramentos que levem à análise socioeconômica, mas todos os outros determinantes que incidem diretamente na sua intervenção profissional.

O PNAES, portanto, não limita o trabalho do assistente social apenas à análise socioeconômica, mas possibilita, inclusive legalmente, a realização de diversas outras atividades que podem ser respaldadas tanto pela Lei de Regulamentação da Profissão como pela descrição de cargos do MPOG, contrariando e abrindo possibilidades da realocação da análise socioeconômica na intervenção profissional do assistente social para além da sua centralidade.

A expansão das atividades realizadas pelo assistente social no atendimento aos estudantes pode ser respaldada, através do artigo 5º do decreto que possibilita o atendimento de demais estudantes, sendo que há a necessidade de dar prioridade, e não exclusividade, aos que possuem renda *per capita de* até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados.

Perante essa realidade, o profissional de Serviço Social deve sempre estar atento a qual direção teleológica que deseja imprimir à sua ação para não agir contrariamente ao Projeto Ético-Político Profissional. Projeto esse que se opõe à restrição ao acesso a direitos sociais por considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional.

As dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, conjuntamente permitem orientar a ação profissional para uma ação que seja problematizada e comprometida com os usuários, nesse caso os estudantes, e que não fique restrita somente a esse processo seletivo. Por isso, são extremamente necessárias no processo de trabalho para

que os profissionais não caiam na tendência de restringirem-se apenas ao cumprimento de normas. Isso pressupõe ir além das atividades burocráticas, repetitivas e eminentemente instrumentais, que possam transcender essa situação, sinalizando para a necessidade urgente, de atendimento das necessidades dos estudantes nas IFES, visando sempre à universalização dos direitos.

O Serviço Social faz parte desse processo. Por isso, necessita relacionar a teoria e a prática como uma unidade do diverso, o que só pode ser resultante de uma formação profissional qualificada e comprometida com a classe trabalhadora. Permite traçar objetivos de consolidar o trabalho já realizado e de se conquistar novos espaços de trabalho que sejam alinhados ao Projeto Ético-Político e às demandas dos estudantes.

Esses objetivos devem ser capazes de trazer ganhos, mesmo que momentâneos, mas que de certo modo pressionariam pela ampliação do direito de acesso e permanência e por mais e maiores mudanças na realidade das IFES brasileiras.

Esses profissionais devem ser dotados de saber e técnica para lidar com as questões pertinentes ao cotidiano profissional que vão desde o planejamento - perpassando pela realidade dos estudantes, que se expressa na necessidade de acesso a diversos benefícios oferecidos (auxílio alimentação, permanência, alimentação, creche, além de auxílios, destinados ao desenvolvimento direto das atividades acadêmicas – atividade de campo, participação em eventos científicos e culturais, isenção de taxas em eventos científicos e culturais da universidade, instrumental de aulas práticas, curso de idiomas, participação de eventos esportivos representando a universidade e apoio pedagógico para participação em eventos de representação do movimento estudantil oficiais do Diretório Central do Estudante - DCE, Diretório Acadêmico – DA`s e Centros Acadêmicos – CA`s), pela realidade institucional, pela realidade brasileira tanto social quanto econômica – até sua execução.

Por mais que a tendência é de que as políticas sociais sejam cada vez mais voltadas para a população pobre, de forma focalizada, seletiva e permanente, perdendo de vista o propósito de caráter universalista, esse se torna um espaço bem fecundo para a intervenção do assistente social. Permite ao profissional utilizar estratégias e técnicas que possibilitam perpassar a mera aparência, que vai além do imediato, no intuito de apreender e buscar obter uma maior aproximação do real e assim conhecer a totalidade da realidade vivida pela maioria dos estudantes, que conseguem chegar ao nível superior de estudo no Brasil.

A necessidade de desenvolver um conjunto de atividades com uma equipe de trabalho comprometida com as reais condições e necessidades dos estudantes e que vise uma gestão democrática da assistência estudantil a nível institucional, é um dos grandes fatores

que possibilitariam que fosse desenvolvido um processo de trabalho mais qualificado e educativo com os estudantes. Essa pode ser considerada até mesmo como uma demanda por parte da própria profissão, de acordo com os profissionais pesquisados. Isso permitiria esclarecer os estudantes sobre as suas condicionalidades de vida e de trabalho. Ao considerar o estudante como um ser integral e suas necessidades também, justifica-se a necessidade de diversos saberes para atuarem na direção da garantia do acesso e da permanência do estudante no sistema de ensino. Isso justifica a necessidade da composição de uma equipe interdisciplinar para trabalhar com assistência estudantil nas mais diversas realidades das IFES brasileiras.

Outros condicionantes e determinantes do trabalho do assistente social na assistência estudantil compõem esse cenário. Mas os destaques acima foram considerados centrais, para que as ações profissionais sejam cada vez mais qualificadas e comprometidas com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e com a realidade dos estudantes. Ao potencializar a intervenção profissional, conseqüentemente poderia pressionar, conjuntamente com os estudantes pela garantia dos direitos já conquistados e pela sua ampliação. Sendo assim, diversos impactos surgiriam através dessa ação mais qualificada, que infelizmente o dia-a-dia dificulta o acesso e a sua realização.

Além dessa luta pela garantia e ampliação dos direitos já conquistados também seria possível e necessário fazer um acompanhamento mais qualificado dos estudantes que demandam assistência estudantil. Muitas das vezes os profissionais de Serviço Social ficam limitados a conhecê-los apenas através de documentos, pois são inúmeros. Com certeza, essa seria mais uma grande conquista no compromisso do trabalho do assistente social na luta conjunta pela emancipação humana.

Conseqüentemente, há a necessidade cada vez maior de desvendar o cotidiano profissional para qualificar os métodos utilizados na intervenção profissional e mais especificadamente na execução das análises socioeconômicas, já que o dinheiro investido não é suficiente para atender toda demanda existente e que com o passar dos dias, se torna cada vez maior. Essa pressão recai fortemente sobre o assistente social que na maioria das vezes entende, de forma errônea a:

[...] assistência estudantil como sinônimo da política de assistência social, o que significa rebaixar a política de educação a uma “política de pobre para pobre” que se afirma por meio da “bolsificação” num processo de “alívio da pobreza” e “passivização da questão social”. Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal a ser usufruída por todos os estudantes, independente da sua condição social (KOWALSKI, 2012, p.159).

Outro meio vislumbrado para conseguir ampliar, qualificar e superar essas ações profissionais é trabalhar também na gestão dos recursos financeiros, orientados pelo Projeto Ético-Político Profissional e não ficar apenas nas tarefas vinculadas ao atendimento direto aos usuários dos serviços sociais. Isso é possível de se realizar e num sentido mais amplo, recuperar o debate acerca da dimensão pedagógica do trabalho do assistente social, enfatizando seu caráter emancipatório, além de se aproximar das forças sociais que lutam para que um projeto societário contra hegemônico se torne realidade.

[...] reforçar o campo da educação na formação profissional do assistente social demanda, num sentido mais amplo, recuperar o debate acerca da dimensão pedagógica da prática profissional, enfatizando seu caráter emancipatório, além de se aproximar, no campo teórico prático, das forças organizadas e dos movimentos sociais comprometidos com a construção de um projeto societário contra hegemônico (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p.106).

No caso específico da assistência estudantil, os assistentes sociais devem se aliar às forças organizadas dos estudantes para que haja um bom uso do dinheiro público, para atender as necessidades trazidas por essa fração da universidade, além de permitir que os estudantes tenham acesso a direitos já instituídos e de lutarem tanto por novos direitos como pela ampliação dos já existentes, além de passar a realizar diversas outras ações que abrangem a vida acadêmica. Só para ilustrar essa proposição, os investimentos na assistência estudantil tiveram um salto significativo, mas não foram suficientes para atender a todos os estudantes que necessitavam de assistência estudantil. Montante esse bem divergente e distante da proposta apresentada pelo FONAPRACE para o PNAES, que os recursos destinados a esse fim fossem na ordem de R\$ 1,5 bilhões para atender 43,7% dos estudantes de graduação que demandam por assistência estudantil (FONAPRACE, 2012, p.73).

Ainda hoje, em muitas universidades os profissionais envolvidos com a execução do PNAES desconhecem o montante destinado a esse programa, alegando diversos motivos que vão desde o desconhecimento até a falta de transparência em relação a esse recurso público.

Em uma das universidades pesquisadas a situação é diferente. O acesso tanto ao valor destinado como aos mecanismos de definição de investimento na universidade é viabilizado por intermédio da própria universidade, ou seja, os três segmentos da universidade, tem a possibilidade de avaliar e decidir qual a melhor forma de distribuir o recurso do PNAES e de aplicá-lo. Acredita-se que esse é um dos meios mais eficazes na luta pela ampliação desse direito e dos demais, visando à conquista dos direitos humanos que tanto se almeja.

Alguns assistentes sociais já trabalhavam com ações de assistência estudantil, antes da formalização desse decreto, pois sempre foi necessário e possível ir além dos marcos regulatórios, e compreender esse estudante como um ser integral, real e histórico e que possui necessidades sociais, biológicas, psicológicas e econômicas. Tanto é que várias ações listadas no PNAES são decorrentes da luta que muitos profissionais travaram conjuntamente com os estudantes como meio de garantir legalmente, que pelo menos parte das necessidades reais dos estudantes fossem atendidas.

Quanto às requisições ao trabalho do assistente social pela instituição, além da análise socioeconômica já citada acima, as atividades de planejamento, gerenciamento e execução das ações de assistência estudantil também conjugam o fazer profissional. Ao planejar, o assistente social pode “negociar” tanto com a instituição quanto com os estudantes, acerca das possibilidades reais possíveis a partir do orçamento existente e das demandas advindas das duas partes. No gerenciamento, o profissional acompanha como as ações de assistência estudantil estão sendo empregadas e se há necessidades de mudanças em pleno curso dessas. E na execução, além da análise socioeconômica em si, a “ordem” de pagamento de benefícios aos estudantes torna-se outra atividade essencial desempenhada pelo assistente social. Dependendo, alguns profissionais também se responsabilizam pelo ordenamento de pagamento de fornecedores referente às outras ações que também podem ser executadas no PNAES.

Nem todas as universidades possibilitam aos assistentes sociais fazerem parte de todos os mecanismos relacionados à assistência estudantil. Algumas como a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, somente no ano de 2015 depois de uma forte mobilização estudantil é que os profissionais passaram a participar da execução do programa e ter noção dos recursos destinados a esse fim. Essa situação gerou uma forte pressão sobre os representantes da assistência estudantil por parte dos estudantes, o que acabou gerando a realização de um seminário em que os envolvidos puderam participar, compreender e até mesmo apresentar sugestões para a assistência estudantil da universidade.

Outra requisição bastante solicitada é a intermediação de conflitos existentes com os estudantes. Como a autonomia do assistente social é relativa, a busca pelo consenso torna-se o principal alvo desse tipo de intervenção, assim como no início da profissão do Brasil, só que hoje com um compromisso a zelar com os estudantes.

Na verdade, todas essas ações sofrem variações em cada universidade federal brasileira, já que as realidades são distintas e as possibilidades são inúmeras. Sendo assim, cabe aos assistentes sociais compreender bem os mecanismos de trabalho e ficar atentos às

demandas sociais trazidas pelos estudantes. É preciso ter coragem de assumir metas que estão fora do alcance comum que tenham uma perspectiva redistributiva e que permita que objetivos sociais sejam ousados. E que também coloquem o estudante e qualquer outro cidadão demandante de sua intervenção como portador de direitos numa gestão democrática, mesmo que ainda persistam traços na administração pública que precisam ser superados como o patrimonialismo e o clientelismo. Mesmo que essa situação gere um embate entre as forças conservadoras e as forças democráticas presentes na sociedade contemporânea, e conseqüentemente nas universidades.

Resta apenas à sociedade reconhecer esse fato e explorá-lo estrategicamente (PEREIRA, 1996, p.56) para que seja possível continuar a traçar a história da assistência estudantil no Brasil de forma mais comprometida com a classe trabalhadora, por ter a clareza de estar inserido em uma sociedade cada vez mais desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse trabalho, espera-se que tenha sido possível contribuir com a produção acadêmica acerca da intervenção do assistente social na assistência estudantil. Por essa ser uma temática escassa na produção científica do Serviço Social e por conta do contexto atual, de consolidação da assistência estudantil através do PNAES nas universidades federais de todo o país é que essa discussão foi proposta e realizada.

O problema principal se colocou em torno da ratificação ou não da centralidade da análise socioeconômica na intervenção desses assistentes sociais. E a partir daí, apontar quais eram os elementos que determinavam essa questão e quais os desdobramentos possíveis a partir dessa intervenção. As reflexões e análises realizadas possibilitaram trazer à tona, elementos que condicionam e determinam a intervenção profissional e a própria assistência estudantil, como o desenvolvimento constante da sociedade burguesa que tem como compromisso assegurar a acumulação capitalista.

Dessa forma, alguns subsídios foram trabalhados ao longo desse estudo para que houvesse elementos contundentes para essa análise da profissão. A forma como o Estado se configurou é central nessa proposta. Desde sua origem, o Estado foi o ente garantidor da reprodução do capital ao se tornar o responsável pela mediação necessária entre as classes sociais. Ao assumir esse papel, o Estado passou a executar as políticas sociais como respostas às diversas manifestações da questão social. Respostas essas, condicionadas pela política econômica que visa única e exclusivamente assegurar o desenvolvimento da sociedade burguesa.

A emancipação política torna-se então, o norte possível para que as políticas sociais sejam expandidas dentro da ordem capitalista. O processo de universalização dessas políticas deve ser a pauta de luta para que as conquistas sociais sejam garantidas e materializadas nessa sociedade tão desigual.

Na verdade, essas ações nada mais são do que o retorno de parte da parcela do pagamento retirada do trabalhador, apropriada indevidamente através da exploração da sua força de trabalho. Esse retorno em toda a história da humanidade só se concretizou, mesmo que de forma precária, a partir da pressão exercida pela classe trabalhadora.

As políticas sociais de assistência social e de educação foram criadas justamente nesse contexto de conflito e de contradição, típico da sociedade capitalista. Foram criadas somente depois de serem demandadas pelos trabalhadores, na busca de melhores condições de vida e de trabalho ao mesmo passo em que foram apropriadas pelo capitalismo, como uma das

estratégias de seu desenvolvimento. Determinou ao Estado o papel de assegurar a validação da força de trabalho através da política social de assistência social e a valorização da força de trabalho através da política social de educação, consolidando assim o trabalho do assistente social como mediador desses interesses distintos.

A assistência estudantil executada há muitos anos pelas universidades federais também é parte integrante dessa realidade. Sua peculiaridade está na questão da viabilização da validação da força de trabalho que se encontra em formação, ou seja, em processo de valorização. Assim constituiu-se a assistência estudantil e continua a ser executada através dos direcionamentos e financiamento do PNAES.

Qualquer ação executada a partir da viabilização de políticas sociais não está e nem estará comprometida com a superação do real condicionante da desigualdade social, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Esse é o grande motivo de que a luta dos estudantes necessita avançar. Precisa criar um embate para que ao menos a sua expansão e quem sabe a sua universalização seja alcançada, já que a educação burguesa tem apenas o compromisso de formar apenas mão-de-obra para o mercado de trabalho. Somente a luta articulada com a classe trabalhadora poderia trazer o rompimento necessário para o fim da exploração do trabalho e conseqüentemente da ordem capitalista vigente.

São justamente esses mesmos elementos que condicionam e determinam a intervenção do assistente social nesse e em qualquer outro espaço socio-ocupacional. As demandas profissionais são decorrentes das precárias condições de vida dos trabalhadores, por conta da exploração que o trabalhador foi submetido ao longo da história e que na atualidade vem se intensificando.

As respostas profissionais precisam ser qualificadas, cada vez mais, para poder decifrar a realidade vivida não só pelos trabalhadores em geral, mas também pelo próprio profissional e pelo estudante que demanda sua intervenção na assistência estudantil. O assistente social precisa ter claro quais são os elementos que constituem a sua intervenção profissional. As condições de trabalho são centrais e determinantes das suas ações profissionais desenvolvidas.

A centralidade na análise socioeconômica é real na intervenção do assistente social na assistência estudantil. Essa é uma consequência da desigualdade imposta pela sociedade capitalista, em que o atendimento aos trabalhadores de um modo em geral e no âmbito da universidade aos estudantes é realizado apenas de forma pontual, focalizada e restritiva. A seleção será sempre integrante desse processo e com isso, a seleção socioeconômica também. Somente o tensionamento por parte dos estudantes, como as que ocorreram nas últimas

ocupações de universidades federais é um dos meios encontrados que permite alargar esse horizonte e expandir as ações e atendimentos que já são executados, principalmente no atual momento em que os direitos estão regredindo em detrimento da necessidade de criação de mecanismos que garantam a reprodução social e a mais-valia por parte do capital.

Essa situação acontece mesmo diante da situação de que a análise socioeconômica não é uma atividade privativa do assistente social e sim uma competência. Qualquer outro profissional pode realizar essa atividade, mas o assistente social é o profissional capacitado para compreender a realidade dos estudantes, além da sua situação econômica, o que configura seu prestígio social na realização dessa atividade. A análise socioeconômica pode também ser um importante instrumento para desvendar a realidade e fornecer subsídios para o avanço da assistência estudantil e de outras políticas sociais que utilizam esse instrumento seletivo. Isso se torna possível quando há o comprometimento com a realidade vivida pelos estudantes que lutam para que seus direitos sejam conquistados, assegurados e materializados.

A formação profissional orientada pelo Código de Ética Profissional tem por proposta ser crítica. Por esse motivo entre tantos outros é que o assistente social é chamado a executar esse tipo de ação.

Cabe ao profissional estar atento e somar forças com outros assistentes sociais que também trabalham na assistência estudantil em outras universidades federais, para que possam criar estratégias de trabalho comprometidas com a categoria profissional e principalmente com a realidade vivida pelos estudantes. As respostas profissionais nesse espaço de trabalho precisam criar esses vínculos para serem mais qualificadas e assim poder avançar.

Avançar, antes de ser uma conquista, é uma necessidade que os assistentes sociais apontaram na pesquisa realizada. Esse avanço pode ser realizado através de ações que não necessariamente demandem recursos financeiros, mas que principalmente estejam vinculadas às demandas postas pelos estudantes. A escuta atenta desses usuários é essencial para que esse tipo de ação seja realizada.

A política social de educação, mais especificadamente a assistência estudantil, por estar condicionada pelos determinantes da política econômica e às orientações do fundo público, precisa ser apreendida diariamente com todas as suas transformações. Num período em que há aumento do investimento público, mas não de acordo com as reais necessidades dos estudantes e uma reorientação das ações já executadas até então, exige que o assistente social esteja sempre atento a essas mudanças. E que seja capaz de fazer as leituras e releituras

da realidade como uma possibilidade de desvendar o real e atender de forma mais qualificada e comprometida àqueles que demandam por sua intervenção profissional – os estudantes.

Algumas questões precisam ser resolvidas para contribuir no avanço da assistência estudantil de forma mais comprometida como a consolidação de espaços adequados para o trabalho dos profissionais e a construção de uma política de assistência estudantil, a nível institucional tão necessária para esse processo.

Como em nenhuma das universidades pesquisadas há um projeto profissional específico, de intervenção do assistente social na assistência estudantil e por haver o desejo desses profissionais qualificarem suas ações, planejando-as, esse se coloca como um possível objeto para o próximo estudo. Essa é a demanda mais urgente e necessária para o momento, não só para a autora, mas para muitos assistentes sociais que se encontram apenas na execução dessas ações que exige uma intervenção profissional cada vez mais qualificada. As legislações pertinentes a esse tipo de intervenção – Lei de Regulamentação da Profissão e Descrição de Cargos, e a realidade vivida na intervenção profissional do assistente social na assistência estudantil são as chaves para o início dessa atividade.

Essa dissertação não tem por pretensão esgotar esse assunto. Mas tem o desejo de provocar os assistentes sociais a refletirem sobre sua intervenção profissional na assistência estudantil e conseguirem avançar em suas intervenções para além da análise socioeconômica. O debate sobre esse tema se coloca como algo essencial para que esse avanço almejado por esses profissionais seja concretizado.

Esse estudo é apenas uma produção que busca trazer elementos que são necessários para o avanço de tal discussão. É pertinente por provocar questionamentos e apontar possibilidades. Pode ser considerado como um ponto de partida para uma compreensão mais apurada da realidade, que a cada dia se transforma e que para a autora demorou sete anos para ser processada e produzida através dessa dissertação de mestrado. Durante esse período, havia incompreensão e frustração com tal realidade, que exigia basicamente e constantemente a realização de análises socioeconômicas. Tal situação também motivou a desvendar esse espaço riquíssimo e cheio de possibilidades para a intervenção profissional ser comprometida com a realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T ; RODRIGUES, M. C. P. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In: _____. **Serviço social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 91-109.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **A Andifes**. 2012. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em 29 jun. 2015.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do estado e da sociedade civil. In: **SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009. p.69-86.

_____. Política social no contexto da crise capitalista. In: **SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 301-321.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Capitalismo, liberalismo e origens da política social**. São Paulo: Cortez, 2006. cap. 2, p.47-81.

_____. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. cap. 1, p.25-46.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 581-582.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior (CONSUP)**. 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. 2005. Disponível em: <<http://www.ufpe.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Portal Brasil: educação superior**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/ensino-superior>> Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. **Plano Nacional da Educação (PNE)**. 2014. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478>. Acesso em: 25 abr.2015.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J.B. O projeto ético-político do serviço social. In: **SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-200.

COUTINHO, C.N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e teoria Social**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 151-160, 1997.

COUTO, B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: **SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009. p. 651- 666.

_____. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, E. P. O limite da politicidade para a superação da desigualdade econômica. **Libertas- Revista Faculdade Serviço Social**, Juiz de Fora, v.11, n.2, p. 77-93, jul./dez. 2011.

DUSSEL, H. **A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova, São Paulo, n.24, p.101-105, set. 1991.

FACEIRA, L. S. **Universidade e educação: meritocracia ou direito?** Curitiba (PR): CRV, 2013.

FALEIROS, V.P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 2011.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições de ensino superior**. Brasília: FONAPRACE, 2007.

_____. O FONAPRACE e a assistência estudantil na IFES brasileiras: uma história em construção. **FONAPRACE: Revista comemorativa 25 anos: história, memórias e múltiplos olhares**, Uberlândia, p.1-108, 2012.

GARAUDY, R. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, Brasília, ano 2, n.3, jan./jun. 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWALSKI, A.V. **Os descaminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, 2012.

LAURELL, A. C. (Org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXVII, n. 90, jun. 2007.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v.33.

MANIFESTO do movimento “ocupa UFJF”. 2015. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/13UEtRQt8DxsBcIPxeSQfxYegUMIhBXkG_mA28XPIL9A/pub>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MARK, K. “Introdução” [à Crítica da Economia Política]. In: _____. **Marx**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARK, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I: o processo de produção do capital).

MESTRINER, M. L. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2008.

MINAS GERAIS. Conselho Regional de Serviço Social. **Coletânea de leis**. 6.ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005.

MONTÃO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe social e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A.E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: _____. **O mito da assistência social**: ensaios sobre o estado, política e sociedade. São Paulo, Cortez, 2008. p. 29-45.

_____. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: _____. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012. p.133-146.

OLIVEIRA, E.R.; SOUZA, E.M. de. A assistência estudantil como espaço de atuação do serviço social. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, Brasília, 31 de julho a 05 de agosto, 2010. 8 p. CD-ROM.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. **Revista Praia Vermelha**: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, n.14-15, p. 72-103, 2007.

PAULO NETTO, J. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v.4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PAULO NETTO, J. ; BRAZ, M. O capitalismo contemporâneo. In: _____. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. cap.9, p.211-241.

_____. O Imperialismo. In: _____. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. cap.8, p.168-210.

PAURA, S. G. O Serviço Social na educação superior. In: _____. **Serviço social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 113-131.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 378f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PITARELLO, M. **Seleção socioeconômica**: legitimação da desigualdade na sociedade capitalista. Um estudo dos fundamentos socio-históricos de sua operação na política social e no Serviço Social. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)- Programa de Pós-Graduação, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, M. MOREN, A.C. **Matrículas no ensino superior sobem 3,8% e atingem 7,3 milhões de alunos**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/matriculas-no-ensino-superior-sobem-38>>. Acesso em: 15 abr.2015.

SADER, E. (Org). **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. (Coleção da Nossa Época, n.78).

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA FILHO, R. de. **Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. **Temporalis**- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, ano III, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

PERFIL

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual ano você concluiu a graduação?
- 3- Qual a instituição que terminou a graduação? Módulo presencial ou à distância?
- 4- Possui alguma pós-graduação? Se sim, em qual instituição? Em que? Qual modalidade?
- 5- Atuou/atua em algum outro trabalho? Se sim, qual a sua trajetória profissional?

INSERÇÃO INSTITUCIONAL

- 6- Nome da universidade que trabalha?
- 7- Quando você iniciou suas atividades na Assistência Estudantil?
- 8- Quando e como se deu o início da Assistência Estudantil na instituição?
- 9- Como a Assistência Estudantil está alocada em sua universidade? Constitui-se numa diretoria, pró-reitoria ou que outra forma de organização? Qual o organograma referente ao lugar da Assistência Estudantil na universidade? E qual o organograma interno da Assistência Estudantil?
- 10- A equipe que trabalha com a Assistência Estudantil tem acesso ao montante do orçamento destinado pelo MEC diretamente ao PNAES? A equipe também faz parte da discussão e da decisão de como deve ser gasto esse montante?
- 11- Quais os serviços oferecidos pela Assistência Estudantil na instituição?
- 12- Como é composta a equipe vinculada à Assistência Estudantil na instituição? Pertencem a quais categorias profissionais e quantos são? Qual(is) tipo(s) de vínculo(s) - estatutário, celetista ou terceirizado de cada um? Qual a carga horária de cada profissional?

13- Essa equipe é suficiente para implementar as ações previstas pela Assistência Estudantil na instituição? Quais as suas considerações a esse respeito?

14- Qual o número de alunos na universidade em geral e o número real de atendidos pela Assistência Estudantil?

INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

15- Quantos assistentes sociais trabalham com Assistência Estudantil?

16- Quais são as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na Assistência Estudantil?

17- Os assistentes sociais atendem outras demandas dentro da universidade, além da Assistência Estudantil?

18- Há acompanhamento dos estudantes assistidos? Como ele é feito?

AVALIAÇÃO/COMPREENSÃO DO ASSISTENTE SOCIAL ACERCA DO SEU TRABALHO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

19- Existe um projeto de intervenção específico do Serviço Social? Se sim, descrever.

20- Em que condições esse projeto se desenvolve? Condições efetivas de participação - devir e o real, ou seja, como ele foi planejado e como ele é executado?

21- Como você compreende a atual inserção do assistente social na Assistência Estudantil e como ela deveria ser? Caso tenha críticas ao trabalho que está sendo realizado.

22- Como você considera a sua autonomia profissional?

23- Como você avalia a identificação do assistente social pelos discentes?

24- O que mudou depois do PNAES para a ação do assistente social na instituição?

25- Como você compreende a demanda dos estudantes pela Assistência Estudantil?

26- Você sistematizou sua intervenção profissional, produziu artigos, relatórios, trabalhos para congresso ou qualquer outro tipo de material científico? Se sim, quais e quantas? Se não, qual o motivo?

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE

- 27- Existe um histórico já documentado da Assistência Estudantil em sua universidade?
Se houver esse documento, favor anexar. Se você não tiver conhecimento, com quem/que setor seria possível obter essa informação?